



1 IDENTIFICAÇÃO

Programa: Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) – Intervenção em Favelas	Contrato CAIXA Nº: 0352695 - 39
Ação/Modalidade: Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários / Requalificação de Imóveis	
Empreendimento: Projeto de Requalificação Urbanística, Social e Ambiental	
Localização: Comunidade Titanzinho/Serviluz	
Município: Fortaleza	UF: CE
Fonte de recursos: Orçamento Geral da União - OGU	Regime de Execução do PTTS: Indireta
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF	
Executor da Intervenção: Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR	
Tel: (85) 3488-3375 E-mail: projetoaldeiadapraia@gmail.com	
Responsável Técnico Social: Dayanne Cavalcante da Costa	Formação: Assistente Social
Contato: (85)3488.3375	e-mail: dayannecosta23@yahoo.com.br
Nº de famílias: AM: 1.181 / AR: 1.024	Nº de pessoas: AM: 3.898/ AR: 2.099
Nº de famílias em situação de risco: AM: 509 / AR: 378	Nº de mulheres chefes de família: AM: 434 / AR: 638
Nº de famílias a serem removidas/reassentadas: AM: 0 / AR: 1.024	Renda média familiar (em SM): AM: 0,9 / AR: 0,96
Nº de pessoas com deficiência: AM: 188 / AR: 125	Nº de pessoas com deficiência chefes de família: AM: 01 / AR: 0

- **Legenda: AM – Área de Melhorias; AR – Área Famílias Reassentadas.**

2 APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, a partir de 2005 vem colocar em pauta o debate sobre a revitalização do litoral de Fortaleza, no âmbito do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima – PROJETO ORLA (Ministério do Meio Ambiente – MMA e da SPU/MPOG).

Dessa forma, o Programa Aldeia da Praia vem atender as diretrizes do Projeto Orla, com a requalificação urbanística do Serviluz, através das intervenções propostas para ordenar a ocupação urbana e promover uma melhor qualidade de vida das famílias residentes na área.

O presente documento é composto pela proposta do Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEINF, sob a coordenação da Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP, com supervisão técnica da Caixa Econômica Federal – CEF. Os recursos são garantidos pelo governo federal, oriundos do Orçamento Geral da União – OGU.

O Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia é uma proposta de intervenção social junto às famílias que integram a área de intervenção física do Programa que consiste em desenvolver um conjunto de ações socioeducativas voltadas para garantir o plano de reassentamento e suporte ao trabalho dos eixos estruturais de atuação, quais sejam: Mobilização e Comunicação, Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio Organizativo, Empreendedorismo e Educação, visando contribuir com o desenvolvimento comunitário e sustentabilidade das intervenções propostas pelo Programa. Este irá contemplar as famílias que compõem a área de reassentamento e área remanescente (Melhorias Habitacionais), beneficiando diretamente 1.024 famílias com reassentamento e 1.181 com Melhorias Habitacionais.

O prazo previsto para execução do trabalho social é de 36 meses, sendo 06 meses destinados para o período pós-obra. O Projeto Social constará das seguintes etapas: pré-obra física, durante a execução da obra e pós-obra.

As ações implementadas irão garantir ainda, atividades jurídicas para fundamentar o processo de Regularização Fundiária e entrega do documento de Termo de Direito Real de Uso e Posse dos imóveis, consolidando por meio dessas ações, um processo de valorização da comunidade, de seus moradores, de seu patrimônio ambiental, histórico e cultural.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E ENTORNO/MELHORIAS HABITACIONAIS

Localizado no setor leste da cidade de Fortaleza, a área do Programa Aldeia da Praia, que compreende a comunidade da Praia do Titanzinho e Serviluz está inserida no chamado Grande Mucuripe (Mucuripe, comunidade Serviluz, Cais do Porto, Vicente Pinzón, Meireles, Varjota e Praia do Futuro I e II).

Segundo a divisão político-administrativa municipal, está vinculada a Secretaria Executiva Regional II – SER II. O Programa Aldeia da Praia será desenvolvido na área de abrangência das comunidades do Serviluz/Titanzinho.

Com efeito, existe uma incoerência na localização do Serviluz, não denominado oficialmente como bairro, mas reconhecido pela população como tal, ele está inserido tanto no bairro Cais do Porto quanto no Vicente Pinzón. Localizado entre esses dois bairros o Serviluz ainda tem subdivisões territoriais que agregam os seguintes lugares: Estivas (moradores do Cais do Porto), Comunidade do Farol, Titanzinho e Vizinho. Não obstante esta incoerência, tanto o IBGE quanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo (nº. 7.987, de 23 de dezembro de 1996) reconhecem toda essa área, incluindo o Porto do Mucuripe, como bairro Cais do Porto e o setor distribuído entre as ruas Ismael Pordeus e Engenheiro Renato Braga é tido como Vicente Pinzón.

O topônimo Serviluz, sendo uma comunidade, não pode ser considerado bairro sob a atual divisão político-administrativa da Prefeitura de Fortaleza, visto que o trecho compreendido, por ele, está inserido entre dois bairros. Todavia, pode ser estimado como um bairro popular, reconhecido e constituído a partir do “sentimento de pertença” da comunidade lá inserida. Assim, também como de alguns equipamentos sociais que se instalaram no que se denomina, apesar de não oficial, bairro Serviluz. Estes processos se estabelecem como legítimos, através das histórias de seus moradores e da ocupação do espaço.

De modo geral, o acesso imediato ao serviluz pode ser dado através das avenidas Abolição, Vicente de Castro, Zezé Diogo, Dioguinho e Alberto Sá.

O Serviluz compreende ainda mais quatro lugares distribuídos entre as ruas mencionadas, as quais estão localizadas:

- 1) Favela do Farol - a área contém as casas localizadas no entorno e nas proximidades do antigo farol, está inserido na confluência da Av. Vicente de Castro com a travessa Amâncio Filomeno;
- 2) Titanzinho - o local corresponde aos antigos moradores da Praia Mansa, está situado em um espaço inserido entre as ruas São José, José Monteiro, Murilo Borges e Ponta Mar;
- 3) Vizinho – corresponde ao trecho localizado entre a praia mansa e o molhe do Titanzinho é o lugar situado entre a travessa Amâncio Filomeno e Avenida Zezé Diogo;



- 4) Estivas – local dos antigos estivadores do porto do Mucuripe. É parte integrante do bairro Cais do Porto. Localiza-se na confluência da Avenida José Sabóia com a Rua Professor Henrique Firmeza e nas adjacências do parque de Tancagem do Mucuripe.

3.1 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO SERVILUZ

Os primeiros assentamentos no Serviluz datam tanto do fim da década de 1940, quanto do início da década de 1950. Há suposições de que as primeiras ocupações no Serviluz são da década de 1930. De qualquer forma, é consenso entre historiadores e também entre moradores antigos do lugar, que os primeiros assentamentos na região do Serviluz eram formados basicamente por pescadores e imigrantes do interior do Estado.

A denominação Serviluz remota a construção da Autarquia Municipal de Serviço de Luz e Força de Fortaleza (SERVILUZ) no ano de 1954, quando a Prefeitura de Fortaleza assume os serviços de iluminação pública, avocando o fornecimento de energia municipal. Localizava-se nas imediações do antigo farol, em uma área de terrenos de marinha, que foi cedido pela união.

Dentro desse contexto, a ocupação do espaço hoje reconhecido por Serviluz, aconteceu em torno do porto do Mucuripe. As primeiras intervenções no espaço aconteceram por volta de 1807, nos primeiros ensaios da construção de um porto na cidade de Fortaleza que oferecessem as melhores condições às embarcações.

Foi em 10 de agosto de 1886, iniciada a construção do porto de Fortaleza pela companhia Ceara Corporation Limited. Um quebra-mar servindo como embarque e desembarque foi construído no ano de 1887, mas seu desempenho foi prejudicado devido à intensidade de sedimentos acumulados no entorno deste empreendimento. Em consequência dos transtornos ambientais, causados principalmente pela incidência das areias que se moviam e aterravam, pesquisas foram realizadas em outras áreas que oferecessem a instalação de um novo porto. Mas, foi apenas em 1939, que foi dado início à construção do novo porto, aproveitando a geomorfologia de um promontório (ponta) na enseada do Mucuripe, que se apresentava como melhor local para instalação de acordo com o Decreto de numero 504, de 7 de Julho de 1938.

Em vista a expectativa da construção das obras portuárias, o novo Porto atraiu um contingente de pessoas que viam em seu entorno uma funcionalidade que agregava meio de vida e residência. Os mais atraídos pelas possibilidades do Porto e de suas atividades subjacentes, foram os “excluídos”, marginalizados

da sociedade. Além disso, o porto foi um local de refúgio para as populações de pescadores expulsos de suas primeiras ocupações, na antiga Rua da Frente, hoje, Avenida Beira-Mar.

Por volta do ano de 1947, foi realizado um levantamento topográfico do trecho situado entre a Igreja São Pedro e o Porto de Mucuripe, objetivando, posteriormente, a construção de uma avenida ligando a Praia de Iracema ao Mucuripe. Nesse trecho havia residências, tanto de casebres como de casas valorizadas pelo mercado imobiliário. Para construção da avenida, os casebres tiveram que ser desapropriados, e tendo a população migrada para a área do entorno do Farol Velho. As primeiras construções residenciais nas proximidades do Farol antigo e do Porto foram anteriores ao início das construções tanto do Porto quanto da Usina do Mucuripe.

Os equipamentos relacionados ao Complexo Portuário do Mucuripe foram um atrativo para construção do Serviluz, hoje dividido entre os bairros Cais do porto e Vicente Pinzón. Além disso, o porto foi um local de refúgio para as populações de pescadores expulsos de suas primeiras ocupações.

Dessa forma, a constituição do lugar Serviluz aconteceu por meio de um crescimento populacional espontâneo, por uma população que fluía em busca de um lugar para fixar moradia e possibilidades de sobrevivência em meio às adversidades sociais. Os primeiros habitantes do Serviluz ocuparam “ilegalmente” o lugar, suas moradias foram construídas com recursos precários e desprovidos de infraestrutura. Tratava-se de uma alternativa de habitação frente à falta de acesso ao mercado legal da produção de moradias.

3.2 PRAIA DO TITANZINHO

No mesmo contexto de ocupações não formais, as ocupações na atual chamada praia Mansa datam do início da década de 1970. Antes, tal praia era denominada de praia do Titã, referência à máquina Titã utilizada para deslocar as rochas que construíram os espigões do Mucuripe e do Titã (Titanzinho). Por isso hoje, a praia se chama Titanzinho. Grande parte dos moradores dessas ocupações era formada por imigrantes proveniente de diversas cidades do interior do Ceará.

A marinha em conjunto com a Companhia Docas do Ceará removeu os habitantes da praia Mansa para além do molhe do Titã, hoje Serviluz, em meados do ano 1974. O motivo alegado pela Marinha dizia respeito aos problemas naturais relacionados a subida da maré que circundavam a praia Mansa e provocavam impactos nos residentes.

A praia do Titanzinho é considerada uma das mais relevantes para os esportes do mar (surf, Wind, mergulho) que a coloca no âmbito do esporte, no topo do surf no mundo, com cinco campeões mundiais. É também ambiente de treinamento de mergulho submarino, sendo o único local da cidade de Fortaleza onde

existe um aquário natural, o que o faz potencial de um excelente ecoturismo (a título de informação, cerca de 300 mil pessoas no Brasil, viajaram ao Caribe no ano de 2008 para apreciar a possibilidade de ver espécies em mergulho).

3.3 O FAROL VELHO

Apesar do bairro Serviluz possuir um dos patrimônios históricos da cidade, que é o farol do Mucuripe, a comunidade não desfruta de suas possibilidades turísticas, como marco da história e da cultura da cidade. Não há na comunidade atividades de preservação da história do lugar, mesmo ainda havendo um número razoável de pescadores e moradores antigos que preservam a memória e pescadores que preservam a prática da pesca como atividades de sobrevivência e de cultura no Serviluz.

O velho Farol do Mucuripe foi construído pelos escravos entre os anos de 1840 a 1846. Uma construção em alvenaria, madeira e ferro, em estilo barroco. Uma das mais antigas edificações de Fortaleza. Foi durante muito tempo referência para embarcações que ali aportavam. O velho olho do mar, como era conhecido, foi desativado em 1957. No período de 1981 a 1982, foi reformado para abrigar o Museu do Jangadeiro, atual Museu do Farol, cujo acervo faz referência a Fortaleza Colônia. Faz parte do patrimônio histórico, sendo um dos mais belos pontos turísticos da cidade. No momento está fechado a visitação e a segurança é mantida através de dois vigilantes que se revezam na tarefa de resguardar o patrimônio.

4 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA E DOS IMÓVEIS DAS MELHORIAS HABITACIONAIS

A caracterização das famílias beneficiárias é resultado do Diagnóstico Social que tem como finalidade possibilitar elementos de análise acerca do cenário socioeconômico, cultural e ambiental das famílias da comunidade Serviluz, que se encontram na área de intervenção do Programa Aldeia da Praia e compõem a área das Melhorias Habitacionais, localizada no bairro Cais do Porto, na cidade de Fortaleza-Ce.

O projeto, originalmente, verificou o universo de 1.600 imóveis na área de melhorias habitacionais. Destes, através de amostragem realizada pela equipe de engenharia, projetou um número de 1.181 imóveis a serem contemplados.

A pesquisa utilizou para fins de diagnóstico social, o quantitativo de 1.181 imóveis / edificações identificados e congelados. Destes, 1.023 foram cadastrados e 158 se configuram como pendências de

cadastros, pois seus respectivos proprietários não foram localizados, e, em algumas situações, no caso 02 (dois) cadastros, (que já estão incluídos dentro das pendências) houve recusa por parte do morador.

Posteriormente, constatou-se 81 imóveis que estavam fora dos critérios de Melhorias Habitacionais, ou seja, a tipologia de uso é para fins exclusivamente comerciais e afins. Entretanto, esse quantitativo de melhorias será preservado e as famílias beneficiárias serão substituídas, conforme a necessidade e critérios estabelecidos pelo Projeto.

Em relação às pendências, ocorrerão as Assembleias com a comunidade, portanto, uma grande parte das pendências será solucionada. Foram identificados também 102 famílias que se caracterizam coabitação, totalizando 1.283 famílias na área de Melhorias Habitacionais, subtraindo as pendências, foram pesquisadas 1.125 famílias na área de melhorias.

O presente documento aponta indicadores e possibilidades para direcionar a elaboração do Projeto de Trabalho Técnico Social que esteja adequado às necessidades da população e área pesquisada, o qual o Programa Aldeia da Praia prevê como componentes a Requalificação Urbanística e Melhorias Habitacionais, beneficiando as famílias enquadradas no perfil de baixa renda.

O Diagnóstico em questão é composto por duas etapas distintas: na primeira, foi feito um resgate histórico da comunidade em questão, onde se buscou compreender as lutas internas e a dinâmica social que deram origem a comunidade Serviluz. Na segunda, o estudo volta-se para a análise dos dados levantados na pesquisa de campo, que compreende a caracterização da comunidade beneficiária, no seu aspecto social, econômico, cultural e ambiental.

Neste sentido, foram identificadas, através da tabulação das informações cadastrais, as características com relação à faixa etária, gênero, trabalho e renda, escolaridade, condições de saúde, infraestrutura dos imóveis e do seu entorno. Também foram contempladas análises acerca da organização comunitária, utilização dos equipamentos sociais, percepção dos moradores sobre a comunidade e expectativas em relação às melhorias habitacionais e urbanísticas.

Na área das Melhorias Habitacionais, o trecho delimitado para a aplicação dos formulários junto às famílias alvo da pesquisa cadastral, encontra-se na comunidade Serviluz, e foi demarcado pelas seguintes limites: Rua Leite Barbosa, onde se localiza o Espigão, até a Rua Ismael Pordeus.

A pesquisa de campo realizada junto às famílias beneficiárias na área de intervenção do Programa ocorreu durante um período de 02 (dois) meses, tendo início no dia 01 de junho de 2011 e término no dia 31 de julho de 2011, sendo que na área de Melhorias Habitacionais a pesquisa iniciou no dia 13 de junho de 2011 a 31 de julho de 2011, percorrendo as seguintes etapas:

- 1) **Visitas técnicas para reconhecimento da área de intervenção e verificação dos serviços de urbanização existentes:** Durante as primeiras visitas, foram registradas as potencialidades e os principais problemas ambientais e socioeconômicos existentes. As visitas proporcionaram à equipe o conhecimento físico do local, a compreensão da dinâmica da área ocupada com o meio ambiente, com o próprio bairro e a cidade.
- 2) **Mapeamento da rede social existente na área de intervenção e entorno:** Nesse período foram realizadas visitas às instituições e equipamentos sociais existentes tanto na área de melhorias habitacionais como de reassentamento;
- 3) **Identificação das lideranças locais e construção de uma rede comunicativa integrada entre o Projeto e os mediadores comunitários da área:** As lideranças comunitárias também foram identificadas durante esse processo, inclusive participando de reuniões e encontros agendados pela equipe para a discussão e apresentação da proposta do Programa Aldeia da Praia. Dessa forma, os encontros realizados sempre aconteceram de forma bastante participativa, onde os mesmos estavam sempre dispostos a interagir e colaborar, contribuindo muito para a compreensão de como ocorreu o processo de ocupação. Os líderes contatados, seja do setor formal ou informal, sempre estiveram na luta e na defesa das melhorias da comunidade Serviluz;
- 4) **Congelamento e cadastramento da área:** A Equipe realizou a marcação dos imóveis, atribuindo um número de PMF - Prefeitura Municipal de Fortaleza, a todos os imóveis cadastrados;
- 5) **Pesquisa socioeconômica nas residências:** Para atingir tal objetivo, fez-se a opção pela pesquisa qualitativa, tentando privilegiar o relato oral da população cadastrada.

É importante destacar que a Equipe Social esteve disponível na comunidade mesmo após a realização do trabalho de campo para o preenchimento dos formulários da pesquisa, onde as famílias que não foram pesquisadas, por motivos diversos, tiveram a oportunidade de solucionar a pendência em períodos noturnos e aos finais de semana. A equipe técnica social permanece na área e continuará até o final do Programa.

4. 1 DEFINIÇÃO DA POLIGONAL DA ÁREA E DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A praia do Titanzinho caracteriza-se como uma área de risco devido à proximidade da orla, além da situação de extrema vulnerabilidade social à que as famílias são expostas, uma vez que se pode observar alto índice de violência, criminalidade, tráfico de drogas, condições precárias de moradia, dentre outros problemas sociais. Tendo em vista a fragilidade e precariedade das habitações, a equipe priorizou o Titanzinho como



área de reassentamento. Outro fator importante é a dificuldade em implantar saneamento básico – rede de esgoto na área.

Observou-se também a necessidade de intervenção no restante da Comunidade que corresponde à área do Serviluz, que em alguns pontos apresenta vulnerabilidades semelhantes às identificadas no Titanzinho. Porém, essa área possui melhores condições de implantação de melhorias de infraestrutura.

Portanto, levando em conta as necessidades da comunidade, os critérios e condições orçamentárias, a equipe de engenharia fundamentalmente priorizou todo o Titanzinho como área de reassentamento, tamanha a necessidade de intervenção no local. Ressalta-se que a área corresponde ao lugar onde será implantado o Jardim da Praia.

Após realização de previsões estatísticas na área para atestar o número de imóveis por metro quadrado que possuem necessidade de reassentamento ou melhorias habitacionais, foi possível delimitar uma área de intervenção capaz de atender a demanda habitacional e social da comunidade. A Poligonal do Serviluz ficou definida correspondendo às áreas próximas a beira mar, tendo início da Rua Leite Albuquerque, indo até a Rua Ismael por Deus.

No que se refere à construção do instrumental de pesquisa, a Equipe Social/PMF optou por um modelo de BIC (Boletim de Informações Cadastrais) já utilizado em outros projetos com comunidades semelhantes. Salientamos que este instrumental terá dados complementares a partir das assembleias com a comunidade.

4. 2 EQUIPE DE PESQUISADORES E CAPACITAÇÃO DA EQUIPE

O trabalho de campo foi realizado pela Equipe Técnica Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura – SEINF, através dos pesquisadores com formação em Serviço Social e estagiários da respectiva área. No total, participaram da pesquisa 12 Assistentes Sociais e 07 estagiárias de Serviço Social. A composição da Equipe Técnica que participou da pesquisa consta no Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia, entregue no dia 31 de janeiro de 2012 à GIDUR/CEF.

É importante destacar que a maioria dos profissionais que constituíram a Equipe Técnica Social possui experiência e vivência em outros projetos urbanísticos nas áreas de habitação e/ou saneamento básico. Como forma de garantir a realização de um bom trabalho, a Equipe Técnica teve vários momentos de capacitação e esclarecimento:



- Encontro com os técnicos da Unidade de Gerenciamento de Projetos/SEINF, em que foi apresentada a proposta do Projeto de Intervenção detalhado, estudo do mapa da poligonal de intervenção com a definição estratégica do congelamento da área;
- Informação sobre o plano operacional da pesquisa de campo, como definição de horário, acompanhamento da Defesa Civil/SER II, patrulhamento da área pela GPM do bairro Serviluz, precauções na área, bem como orientações em possível situação de emergência;
- Apresentação do instrumental de pesquisa (Boletim de Informações cadastrais – BIC) e esclarecimento de cada campo do formulário, com retirada de dúvidas. Porém, a atualização de informações aconteceu em diversos momentos, sempre que se apresentavam situações que necessitasse uma análise conjunta, a fim de fazer os devidos ajustes as mudanças de percurso.

Participaram do processo de pesquisa de campo os seguintes profissionais:

	Nome	Formação	C.H
01	Daniele de Almeida Teodoro	Assistente Social-CRESS/ 4374	30H
02	Daniele de Oliveira Costa Bacelar	Serviço Social-CRESS/ 3027	30H
03	Eveliza Maria Barbosa Lima	Serviço Social-CRESS/ 4438	30H
04	Flavia Karlene Batista Cordeiro Santiago	Serviço Social-CRESS/ 4016	30H
05	Livia Cavalcanti Adeodato	Serviço Social-CRESS/ 4498	30H
06	Mara Derlane Vieira Brito	Serviço Social- CRESS/ 2077	30H
07	Marcelo Pereira Rebouças	Serviço Social-CRESS/ 5002	30H
08	Rebeka de Moraes Pinheiro	Serviço Social-CRESS/ 4501	30H
09	Rejaneide Maria Almeida da Silva	Serviço Social-CRESS/ 2431	30H
10	Samara Alves Sousa	Serviço Social-CRESS/ 3190	30H
11	Tatiana da Silva Nogueira	Serviço Social-CRESS/ 4190	30H
12	Yara Maria Bernardes Monteiro	Serviço Social-CRESS/ 4170	30H
13	Daniele Holanda Pinheiro	Estagiária de serviço social	20H
14	Fernanda Maria Vasconcelos	Estagiária de serviço social	20H
15	Flávia Juliana Holanda Feitosa	Estagiária de serviço social	20H
16	Juliana Menezes de Sousa	Estagiária de serviço social	20H
17	Leilanne Viana de Souza	Estagiária de serviço social	20H

18	Maria Erica ribeiro pereira	Estagiária de serviço social	20H
19	Renata lima Tavares	Estagiária de serviço social	20H

Vale ressaltar que essa lista refere-se à equipe social composta no período da pesquisa de campo, destaca-se que a composição inicial sofreu algumas alterações.

É importante ainda ressaltar que no período de pesquisa de campo, profissionais de outros projetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura - SEINF também colaboraram com esse processo, porém com participação de apenas 01 semana. Houve a contratação de pessoal de nível médio para digitação dos dados do cadastro socioeconômico no Sistema de Acompanhamento de Projetos Sociais.

Os cadastros dos imóveis comerciais (66) assim como igrejas, escolas, associações e outros, foram realizados somente para fins de caracterização de todos os imóveis que se encontravam na poligonal de intervenção, e inclusão no diagnóstico, não havendo a possibilidade de sofrerem intervenção das melhorias habitacionais de estrutura propostas pelo Programa Aldeia da Praia.

A seguir, apresentamos nos tópicos abaixo dados e informações relevantes e atuais que caracterizam a realidade socioeconômica dessa população.

A nova conceituação indica que a dinâmica e organização das famílias baseia-se na distribuição de afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pelas conquistas de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana. Trata-se, dessa forma, de disputas que estimulam sentimentos ambíguos de amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio entre seus membros.

As famílias do Serviluz são em sua maioria chefiadas por mulheres. Com uma grande predominância de jovens desempregados e muitos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda. A escolaridade é baixa, o que caracteriza também a grande precariedade na profissão dos chefes de família que ocupam empregos com baixos salários. Diante do exposto, passa-se a seguir a análise dos dados obtidos na comunidade beneficiária.

4. 3 PERFIL DA POPULAÇÃO

4.3.1 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

A cidade de Fortaleza é a 5ª cidade mais populosa do Brasil, desde o ano de 2000, segundo dados do IBGE. Com mais de 2,5 milhões de habitantes, é uma cidade dita jovem, com o maior número de pessoas

inseridas na faixa etária de 20 a 29 anos (cerca de 500 mil), seguido pela faixa que compreende dos 10 aos 19 anos (cerca de 227 mil).

Ao nos referimos à área de melhorias habitacionais, identificamos que 49,72% da população são do sexo feminino e 50,28% do masculino, remetendo uma diferença apenas de 0,56% a mais do percentual de homens em relação ao de mulheres.

Pode-se observar, ainda, que na comunidade analisada, existe a mesma tendência apresentada pela cidade de Fortaleza no que diz respeito às faixas etárias com quadro de predominância. A faixa etária mais expressiva é aquela que vai dos 18 aos 39 anos de idade, correspondendo a 38,76% da população total, caracterizando o Serviluz como uma comunidade jovem. Já as crianças entre 0 e 11 anos correspondem a segunda faixa etária mais populosa com 22,78% do total de moradores, sendo observado, inclusive, durante as visitas de campo, o grande quantitativo dessa população nas ruas. A população idosa corresponde a apenas 5,24% dos moradores da comunidade.

Observemos os dados da tabela:

Tabela nº01

SEXO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)											
	0 - 11	%	12 - 17	%	18 - 39	%	40 - 59	%	>60	%	TOTAL	%
Masculino	467	52,59	329	52,97	748	49,50	306	45,40	88	43,14	1938	49,72
Feminino	421	47,41	292	47,03	763	50,50	368	54,60	116	56,86	1960	50,28
Numero de Pessoas	888	100	621	100	1511	100	674	100	204	100	3898	100
%	22,78		15,93		38,76		17,29		5,24		100	

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.3.2 POPULAÇÃO E ESCOLARIDADE

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/ 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo caiu em 1,8% entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. A meta do país, definida em um acordo estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é chegar à taxa de 6,7% de analfabetismo em 2015.

O Nordeste ainda detém a maior parcela de pessoas não alfabetizadas: 18,4%, porém esta é a região que demonstrou a maior queda nos índices em cinco anos. A alta taxa de analfabetismo do Nordeste se deve



diretamente à grande concentração de bolsões de pobreza, que, entre outras problemáticas sociais, resulta no acesso restrito à saúde, habitação e trabalho, e tem repercussões diretas também na educação.

Segundo dados do censo demográfico do ano de 2000, a cidade de Fortaleza teve uma melhora geral no quadro de escolaridade, se comparado aos dados obtidos no censo de 1991. Todas as faixas etárias da população sofreram elevação no grau de instrução, o que foi mensurado através da quantidade de anos de estudo formal. Exemplificando, temos a faixa etária que compreende dos 10 a 14 anos de idade, com um aumento de 25,9% de pessoas com mais de quatro anos de estudo. Já na faixa dos 18 a 24 anos, temos um aumento de 15,9% de pessoas com mais de oito anos de estudo. A frequência das crianças à escola, na cidade de Fortaleza, também aumentou no período analisado.

Os dados da área de melhorias habitacionais demonstram que a maior parcela da comunidade possui baixo nível educacional, sendo que 1818 pessoas, do total de 3898 pessoas, têm apenas o nível fundamental incompleto. O segundo nível educacional com maior número de pessoas é o ensino médio completo, onde estão enquadradas 537 pessoas, destoando em poucos números do quantitativo dos moradores que possuem ensino médio incompleto com 512.

Entre os idosos, o nível de analfabetismo é alto: 72 pessoas com mais de 60 anos não sabem ler, nem escrever. Entre os apenas alfabetizados, temos o quantitativo de 43 do total de 204 pessoas idosos.

Apenas 98 indivíduos possuem ensino superior (completo ou incompleto) ou técnico. Destes, 84 estão na faixa etária de 18 a 39 anos de idade. Entre as pessoas de 40 a 59 anos, este dado é bem menos significativo: apenas 12 pessoas estão cursando ou já terminaram cursos superiores ou técnicos. Estes números revelam que ainda é pouca a quantidade de pessoas da comunidade com acesso ao ensino superior, mas que esta realidade está começando a mudar, absorvendo, principalmente, os jovens recém saídos do ensino médio.

A área de influência direta do Programa Aldeia da Praia possui três escolas de ensino fundamental (Escola Professor Álvaro da Costa, Anexo São Vicente de Paulo e Escola Godofredo de Castro Filho), porém, em bairros vizinhos, há um bom número de instituições de ensino como se pôde verificar no levantamento institucional deste instrumento de estudo.

As escolas de ensino médio são em menor número se comparadas às do ensino fundamental. A escola de ensino médio mais frequentada é a EEFM Murilo Borges, localizada à Rua do Entardecer Número90, no bairro Vicente Pinzón. Porém, os jovens também procuram escolas na Praia do Futuro e Varjota devido a impossibilidade de transitar nos arredores da EEFM Murilo Borges, situação causada pela territorialização do comércio de droga, onde muitas vezes o morador de determinada rua não pode transitar em outra.

Outra carência educacional está na quantidade de creches-escola. A mais próxima é o CAIC – Maria Felício Lopes, localizada à Rua 20 de Julho nº 480, Vicente Pinzón.

Tabela nº02

POPULAÇÃO E ESCOLARIDADE													
Idade	Pré-escolar	Sem idade escolar	Pré-vestibular	Analf.	Alfa.	E.F. Com.	E.F. Inc.	E.M. Com.	E.M. Inc.	E. Sup. Comp.	E.Sup. Inc.	Curso Técnico	Total
0 A 11	182	218	0	07	05	0	476	0	0	0	0	0	888
12 A 17	0	0	0	02	0	12	418	09	179	0	0	01	621
18 A 39	0	0	06	28	19	124	516	441	293	19	49	16	1511
40 A 59	0	0	0	77	68	61	340	78	38	06	03	03	674
.> 60	0	0	0	72	43	09	68	09	02	01	0	0	204
TOTAL	182	218	06	186	135	206	1818	537	512	26	52	20	3898

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.3.3 TITULARIDADE DO CADASTRO

No processo de cadastramento do Programa Aldeia da Praia, deu-se preferência à titularidade feminina, seguindo orientações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (lei nº 11.124 de 2005).

Esta é uma tendência que se observa em todo mundo, pois apenas 1% das propriedades são intituladas em nome das mulheres. Também há uma preocupação com o processo de empobrecimento feminino, fenômeno ocasionado pela histórica dominância masculina, principalmente no que concerne à detenção dos recursos financeiros no núcleo familiar.

A configuração das famílias patriarcais possuía papéis bem definidos: o homem trabalhava e a mulher cuidava da casa. Ainda é relativamente recente a independência e a conquista dos direitos das mulheres e, ainda nos dias atuais, o público feminino sofre os reflexos da predominância masculina como, por exemplo, o que se observa no mercado de trabalho, quando a mulher, mesmo ocupando cargo idêntico ao do homem, recebe proventos diferenciados e inferiores.

Em análises conjunturais, o governo concluiu que as mulheres demonstram uma maior preocupação com a manutenção dos mínimos necessários às suas famílias como alimentação, pagamento das companhias



de água e energia, compra de gás de cozinha e vestuário. Experiências em projetos de gestões anteriores como o vale-gás e o programa do leite, evidenciaram uma tendência observável: os homens, por vezes, desviavam os recursos para compras desnecessárias como álcool e cigarros.

Em vista desta realidade, as mulheres ganharam preferência na titularidade de todos os programas sociais, inclusive na Política Habitacional, um dos focos do Programa Aldeia da Praia.

Assim, temos os seguintes dados tabulados: 82,04% dos cadastros têm titularidade feminina e 17,96% titularidade masculina.

Tabela nº03

TITULARIDADE DO CADASTRO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
MASCULINO	202	17,96
FEMININO	923	82,04
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.3.4 VÍNCULO DO TITULAR COM O CHEFE DE FAMÍLIA

A titularidade dos cadastros tem preferência feminina, porém os principais provedores da família, muitas vezes, não são os titulares. Há uma natural tendência de se considerar chefe de família àquele ente que trabalha e contribui com mais veemência no orçamento. Porém, constata-se que o conceito de chefia ainda sofre influências diretas da configuração das famílias patriarcais e ditas machistas: o homem ainda é uma figura marcante e sempre lembrada. Mesmo que a mulher seja a única que trabalha, não raras vezes, o companheiro é apontado como responsável pelas principais decisões.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2003, dentre as famílias empobrecidas do estado do Ceará, 80,2% eram chefiadas por homens e somente 19,8% estavam sob liderança feminina.

Além das questões de gênero, outras estão intrinsecamente envolvidas no seio familiar e que definem a chefia desta. Por vezes, o chefe de família seria àquele que toma decisões, e/ou trabalha, e/ou é o proprietário da casa, quando o imóvel foi adquirido com recursos individuais ou foi fruto de herança. Este indicador, portanto, é algo pessoal e que vai de acordo com a percepção de cada entrevistado.

A pergunta acerca da chefia era realizada diretamente ao titular e lhe cabia ponderar acerca desta questão. Assim, temos os seguintes dados: 76,08% de titulares que também são chefes de família e 22,31% de companheiros que são os chefes de família.

Os percentuais seguintes se referem aos parentes ou outros componentes familiares apontados pelos entrevistados como sendo os chefes de família. Assim, temos: neto(a) com 0,35%, pai/ mãe com 0,18%, e irmão(ã) e genro/ nora aparecendo com os mesmos índices 0,09%, para citar os mais expressivos.

Tabela nº04

TITULARIDADE DO CADASTRO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CHEFE	856	76,08
COMPANHEIRO(A)	251	22,31
ENTEADO	0	0
GENRO/NORA	01	0,09
NETO(A)	04	0,35
PAI/MÃE	02	0,18
IRMÃO/IRMÃ	01	0,09
FILHO (A)	10	0,9
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.3.5 NÚMEROS DE MEMBROS DA FAMÍLIA

Em 2003, o Brasil possuía um pouco mais de 48 milhões de famílias, as quais tinham tamanho médio de 3,5 pessoas. Em se tratando de famílias pobres, este número sobe para 4,6 pessoas por família. No Ceará, estes dados são um pouco maiores: as famílias em geral demonstram uma média de 3,9 membros e as famílias ditas empobrecidas retratam uma média de 4,8 membros no ano de 2003, segundo dados da PNAD.

Na área de intervenção em questão, pode-se observar que as famílias possuem uma configuração pequena, abaixo da média nacional, sendo que a maior parte enquadra-se na especificação de "02 a 03 pessoas" com 39,73% do total de 1125 famílias. A segunda configuração mais frequente é a de "04 a 05 pessoas" com 26,76% e acima de 05 pessoas o resultado é 12,80%.

Tabela nº05

NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%



01 PESSOA	233	20,71
DE 02 A 03 PESSOAS	447	39,73
DE 04 A 05 PESSOAS	301	26,76
ACIMA DE 05 PESSOAS	144	12,80
TOTAL	1.125	100,00%

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.6 NÚMERO DE MEMBROS POR FAIXA ETÁRIA

O perfil das pessoas que moram sozinhas na área de intervenção de Melhorias Habitacionais (233 pessoas) é o seguinte: a maior parcela está na faixa dos 18 a 39 anos, seguido pela faixa etária dos 40 aos 59 anos. Aqui é notável a incidência das pessoas solteiras, separadas, viúvas ou com companheiros esporádicos.

As crianças (0 a 11 anos) estão inseridas, em sua maioria, nas famílias de 04 a 05 pessoas, apresentando 45,78% do total de 876 indivíduos. Os adolescentes de 12 a 17 anos, também são integrantes, na maior parte, de famílias de 4 a 5 membros, apresentando um percentual de 40,13% do total de 613 pessoas. Os adultos de 18 a 39 anos aparecem com maior frequência nas famílias de 2 a 3 pessoas, mensurando 34,78% do total de 1524 jovens adultos. Os indivíduos de 40 a 59 anos de idade, são melhor representados através das famílias de 4 a 5 pessoas com 32,16% de um total de 681 pessoas.

Com o percentual de 40,20%, os idosos (pessoas acima de 60 anos) estão inseridos, principalmente, nas famílias de 2 a 3 membros e, em segundo lugar, nas famílias com configuração de 4 a 5 membros, perfazendo um total de 24,02%. Alguns destes idosos, após seus filhos já terem saído de casa para formar suas próprias famílias, hoje voltaram a viver sozinhos com seus companheiros.

Tabela nº 06

NÚMERO DE MEMBROS POR FAIXA ETÁRIA												
ESPECIFICAÇÃO	0 - 11	%	12 - 17	%	18 - 39	%	40 - 59	%	>60	%	TOTAL	%
01 PESSOA	0	0	3	0,49	113	7,41	87	12,77	30	14,70	233	6,00
DE 02 A 03 PESSOAS	229	26,14	123	20,07	530	34,78	213	31,28	82	40,20	1177	30,18
DE 04 A 05 PESSOAS	401	45,78	246	40,13	510	33,47	219	32,16	49	24,02	1425	36,55
ACIMA DE 05 PESSOAS	246	28,08	241	39,31	371	24,34	162	24,04	43	23,79	1063	27,27
TOTAL	876	100	613	100	1524	100	681	100	204	100	3898	100
TOTAL %	22,47		15,73		39,10		17,47		5,23		100,00	

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF



4.3.7 SITUAÇÃO DO IMÓVEL POR NÚMERO DE MEMBROS

Muitos são os fatores que se articulam para que a falta de moradia seja uma realidade nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento: a falta de programas de interesse social, a especulação de habitações e de terras, a migração urbana não planejada.

O terreno das residências analisadas está localizado em terreno pertencente à Marinha do Brasil e foi fruto de histórica ocupação, porém as famílias sentem-se donas da terra, sendo que 80,43% responderam que suas casa são próprias. Em vários casos, os atuais moradores compraram os imóveis com “contrato de compra e venda” e, por este motivo, se consideram com plenos poderes sobre imóvel e a terra. Como etapa de regularização fundiária do Programa Aldeia da Praia, os moradores receberão a documentação dos imóveis. Esta etapa, juntamente às obras de revitalização da orla e construção de equipamentos comunitários, celebra o verdadeiro acesso digno à moradia.

Considerando que os grupos familiares compostos de 2 a 3 pessoas somam 1177 famílias, 855 responderam que moram em casa própria e 279 disseram morar em casa alugada. Considerando ainda as famílias de 4 a 5 pessoas, que juntas, somam um total de 1425 famílias, 1169 afirmaram morar em casa própria, e apenas, 222 em casa alugada.

Outro dado relevante é que, apesar do processo de ocupação ser uma realidade no Serviluz, apenas 0,02% da comunidade respondeu que mora em terreno ocupado, ou seja, apenas 1 pessoa do total de 3898 moradores.

Tabela nº 07

SITUAÇÃO DO IMÓVEL POR NÚMERO DE MEMBROS												
ESPECIFICAÇÃO	PRÓPRIO	%	HERANÇA	%	CEDIDO	%	OCUPADO	%	ALUGADO	%	TOTAL	%
01 PESSOA	172	5,50	04	18,18	09	8,65	01	100	47	7,33	233	5,98
DE 02 A 03 PESSOAS	855	27,33	03	13,63	40	38,45	00	0	279	43,45	1177	30,20
DE 04 A 05 PESSOAS	1169	37,36	09	40,91	25	24,04	00	0	222	34,58	1425	36,56
ACIMA DE 05 PESSOAS	933	29,81	06	27,28	30	28,85	00	0	94	14,64	1063	27,26
TOTAL	3129	100	22	100	104	100	01	100	642	100	3898	100
TOTAL %	80,27		0,57		2,67		0,02		16,47		-	

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF



4.3.8 FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA

No Ceará, no ano de 2003, a grande maioria dos chefes de família das classes empobrecidas estava enquadrada na faixa etária que vai dos 25 aos 44 anos de idade, sendo que os homens somavam 56,9% e as mulheres 48,3%, segundo a classificação por gênero. Em 2º lugar, segue-se a faixa etária que compreende dos 45 aos 59 anos, onde os índices são, respectivamente, para homens e mulheres: 26,4% e 30,9%.

Analisando o panorama nacional, temos uma constante no que diz respeito as faixas etárias dos chefes de família. Assim como no Ceará, os chefes são, em maioria, enquadrados na faixa dos 25 aos 44 anos (59,2% de homens e 50,7% de mulheres), seguido pela faixa dos 45 aos 59 anos. (24,4% de homens e 28,6% de mulheres).

O mesmo ocorre na área das Melhorias Habitacionais do Programa Aldeia da Praia: a faixa etária dos 18 aos 39 anos engloba 48% do total de chefes de família e a que vai dos 40 aos 59 anos, aparece em segundo lugar com 38,05% do total de 1125 chefes de família.

Tabela nº08

FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
0-11	0	0
12-17	09	0,8
18-39	540	48,00
40-59	428	38,05
>60	148	13,15
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.9 ESTADO CIVIL DO CHEFE DE FAMÍLIA

No século XX pode-se vislumbrar um avanço significativo quanto aos direitos da pessoa. Inserido nestes, destaca-se os arranjos familiares que, desde os primórdios dos tempos, estão constantemente se redefinindo; antes desprovidos de garantias no que refere aos ideais de respeito e dignidade. Através da Constituição Federal brasileira de 1988, os filhos havidos fora do casamento puderam ser legitimizados e a união estável passou a ser conhecida como uma entidade familiar.

Os chefes de família são, em maior parte os homens, devido à herança machista e patriarcal, modelo de sociedade seguido historicamente. Porém, nas grandes cidades, as chefias femininas vêm crescendo em todo

país. Com relação a este fenômeno destacam-se as mulheres mais jovens, negras, pobres, separadas, e com baixo grau de escolaridade.

A tabela abaixo apresenta dados referentes a comunidade beneficiária Serviluz, o qual está inserida na área de Melhorias Habitacionais do Programa Aldeia da Praia, demonstrando a realidade no que se refere ao estado civil do chefe de família. Assim, temos que 33,07% são casados, 29,60% vivem em união estável, 1,69% são divorciados, 6,22% são separados, 23,02% são solteiros e 6,4% viúvos.

Tabela nº09

ESTADO CIVIL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CASADO (A)	372	33,07
UNIÃO ESTÁVEL	333	29,60
DIVORCIADO (A)	19	1,69
SEPARADO (A)	70	6,22
SOLTEIRO (A)	259	23,02
VIÚVO (A)	72	6,4
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.10 RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA POR SEXO

As desigualdades entre homens e mulheres foram construídas ao longo da história. O modelo de família patriarcal contribuiu para, em escala mundial, existir 70% de mulheres na condição de pobreza. Através dos movimentos feministas, a conquista de direitos das mulheres foi incorporada na constituição de 1988, a qual faz a seguinte referências em seu 5º artigo: "Homem e mulher são iguais em direitos e obrigações, nos termos da constituição".

As mudanças alcançadas ainda não possibilitaram uma real igualdade de direitos entre homens e mulheres, o mercado de trabalho é um dos campos em que o ser feminino é excluído e, quando absorvido, possui salário inferior, se comparado ao ser masculino.

Os chefes de famílias empobrecidas possuem ganhos que não suprem as necessidades básicas de seus membros. Em 2003 no Ceará, os homens tinham renda média mensal de 78,7% do salário mínimo e, as mulheres chefes de família, uma média de 66,5% de salário, ou seja, a grande maioria dessas famílias não chega a receber um salário e desenvolve trabalhos à margem do mercado de trabalho formal.

O baixo índice demonstrado pelo público feminino se deve, em grande parte, ao papel que é atribuído à mulher: o de exercer as atividades domésticas, incluindo o cuidado com as crianças, os idosos e os doentes,

levando-a a ter dupla ou tripla jornada de trabalho. Estas relações vão interferir na inclusão da mulher no mercado de trabalho, onde ela passa a optar por trabalhos de período parcial ou ainda optar por não trabalhar fora, quando considerar que não compensa, ou seja, quando a remuneração a receber não cubra as despesas com a contratação de terceiros para exercer o serviço doméstico considerado de sua responsabilidade.

Na área de intervenção das Melhorias Habitacionais, como observado anteriormente, as mulheres são predominantemente chefes de famílias e sua remuneração, comprovadamente inferior à masculina, influi diretamente para o agravamento das refrações da questão social como, por exemplo, o nível de pobreza das famílias que serão beneficiadas com a execução do projeto.

Tanto entre os homens chefes de família, quanto entre as mulheres, a faixa de renda predominante é a de ½ a 1 salário mínimo, porém ao se considerar as faixas menores de renda (sem rendimentos e de 0 a 1/2 salário), as mulheres estão melhor representadas. Ao se considerar os maiores salários (de 2 a 3 e acima de 3 salários), os homens destacam-se. Esta realidade está diretamente ligada às ocupações informais realizadas pelas mulheres, muitas desenvolvidas no próprio lar ou nas "horas vagas", surgidas após os afazeres domésticos.

A renda familiar dos chefes de família que não apresentam rendimentos não reflete a realidade, pois outros membros garantem a sustentabilidade do grupo familiar.

Tabela nº10

RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA POR SEXO														
ESPECIFICAÇÃO	SEM RENDA	%	0 – 1/2 SM	%	1/2 – 1 SM	%	1 – 2 SM	%	2 – 3 SM	%	> 3 SM	%	TOTAL	%
MASCULINO	47	31,13	42	22,11	212	42,48	144	62,07	33	80,49	09	75	487	43,29
FEMININO	104	68,87	148	77,89	287	57,52	88	37,93	08	19,51	03	25	638	56,71
TOTAL	151	100	190	100	499	100	232	100	41	100	12	100	1125	100
%	13,42		16,89		44,36		20,62		3,64		1,07		100	

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.11 RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA ACIMA DE 60 ANOS



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o censo de 2000, divulgou que os idosos no país são hoje 14,9 milhões de pessoas, ou seja, 8,6% da população total do país. Para este órgão, é considerado idoso a pessoa a partir de 60 anos de idade.

Em uma década houve o crescimento de 17% nesta faixa etária, pois em 1991 correspondia a 7,3% da população. A média de vida da população brasileira é de 68,6 anos, 2,5 anos a mais do que no início da década de 90. Presume-se que, em 2020, as pessoas com mais de 60 anos devam alcançar o número de 30 milhões, ou seja, 13%, e a esperança de vida deva aumentar para 70,3 anos.

Dados do censo de 2000 revelam que uma significativa parcela da população idosa é chefe de família, correspondendo a 62,4% de homens e 37,6% de mulheres e que, 54,5% dos idosos chefes de família, residem com os filhos e provém o seu sustento.

Na área de intervenção, os dados levantados, e dispostos na tabela abaixo, nos fornecem informações quanto à renda dos chefes de família idosos. Ao todo, são 148 indivíduos nesta posição.

A maior parcela tem rendimentos de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (75 pessoas), grande parte devido à aposentadoria que, por direito, todo homem a partir de 65 anos e toda mulher acima de 60 anos, que contribuiu para previdência por um período mínimo estabelecido em lei, deve receber. Outra parcela enquadrada nesta faixa de rendimentos recebe o benefício de prestação continuada (BPC) da assistência social, que prevê o pagamento de um salário mínimo ao idoso acima de 65 anos, sendo que o total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes, resulte em menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, ou seja, onde a renda familiar não ultrapasse R\$ 181,00.

Em segundo lugar, aparece a faixa de rendimentos que vai de 1 a 2 salários mínimos, com 36 idosos inseridos neste universo. Em terceiro lugar, estão os idosos chefes de família que disseram não possuir nenhum rendimento, somando 15 idosos do total de 148. Destes, alguns não procuraram direito ao benefício, ou mesmo, não declararam renda por sentirem-se inseguros quanto ao comprometimento da informação. Acima de 3 salários mínimos só foram identificados nove idosos nesta faixa de rendimento.

Tabela nº 11

RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA ACIMA DE 60 ANOS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SEM RENDA	15	10,13
DE 0 A $\frac{1}{2}$ SALÁRIO	11	7,43
DE $\frac{1}{2}$ A 1 SALÁRIO	75	50,68
DE 1 A 2 SALÁRIOS	36	24,33

DE 2 A 3 SALÁRIOS	02	1,35
DE 3 A 4 SALÁRIOS	06	4,05
> DE 4 SALÁRIOS	03	2,03
TOTAL	148	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.3.12 CHEFE DE FAMÍLIA X DEFICIÊNCIA

Segundo dados do IBGE, através do censo demográfico de 2000, 14,5% de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 24,5 milhões. Segundo o tipo de deficiência, segue a ordem de frequência: em 1º lugar estão as deficiências visuais, na 2º posição aparecem as deficiências motoras, em 3º as deficiências mentais e, em 4º, as deficiências físicas. O número de brasileiros que apresenta mais de um tipo de deficiência está na ordem de 10 milhões.

Na área objeto deste diagnóstico social, 56,52% dos deficientes possui acometimento visual, 28,27% físico, 13,04% auditivo e 2,17% distúrbio mental. Com relação à deficiência visual, também foram considerados os moradores com baixa acuidade visual, ou seja, que apresentam algum tipo de distúrbio ocular que prejudica a visão. Este é um problema que afeta de crianças a idosos e que leva ao uso de lentes corretivas, devido aos seguintes vícios de refração: miopia, astigmatismo, hipermetropia e presbiopia.

No Programa Aldeia da Praia haverá uma estrutura física voltada para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência física e para os idosos, dispendo de vias e calçadas com depressão para passagem e rampas de acesso aos equipamentos públicos, além das adaptações nas unidades habitacionais.

Tabela nº12

CHEFE DE FAMÍLIA X DEFICIÊNCIA		
TIPO DE DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE	%
FÍSICA	13	28,27
AUDITIVA	06	13,04
VISUAL	26	56,52
MENTAL	01	2,17
TOTAL	46	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.13 CONDIÇÃO EMPREGATÍCIA ATUAL DO CHEFE DE FAMÍLIA

Considerando que as famílias inseridas na área de intervenção (Melhorias Habitacionais) estão localizadas próximo ao complexo turístico da orla de Fortaleza, onde é centralizada a rede hoteleira e demais serviços deste setor, torna-se viável planejar ações que venham absorver a mão-de-obra local.

Analisando os dados da tabela, temos que 28,44% dos chefes de família estão atualmente empregados com carteira assinada, e, em segundo lugar, estão os autônomos com 16,62%. No universo dos trabalhadores autônomos, encontram-se, além dos vendedores ambulantes, àqueles que sobrevivem da pesca, atividade bastante importante e bem representada no cenário analisado.

O Programa Aldeia da Praia prevê, em um dos seus componentes de infra-estrutura (área de Melhorias Habitacionais), manter a comunidade em seu local de origem, reafirmando os laços de vizinhança e pertença dos moradores. Outra preocupação é com a qualificação da mão-de-obra, através de cursos profissionalizantes e outras ações presentes no trabalho social a ser desenvolvido com os beneficiários. Isto é primordial quando se considera o potencial do mercado de trabalho da região que disporá de mão-de-obra qualificada e com residência próxima ao local de trabalho. Espera-se, com isso, aumentar o número de pessoas regularmente empregadas.

Tabela nº13

CONDIÇÃO EMPREGATÍCIA ATUAL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
STATUS	QUANTIDADE	%
EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA	320	28,44
EMPREGADO SEM CARTEIRA ASSINADA	100	8,89
APOSENTADO (A)	100	8,89
PENSIONISTA	25	2,22
AUTÔNOMO	187	16,62
COOPERADO	07	0,62
EVENTUAL	66	5,87
DESEMPREGADO (A)	142	12,62
DONA-SE-CASA	169	15,03
NUNCA TRABALHOU	09	0,8
SEM IDADE PARA TRABALHAR	0	0
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.14 PROFISSÃO/ATIVIDADE LABORAL DO CHEFE DE FAMÍLIA

Profissão detém diversas acepções. Dentro do enfoque moral diz-se profissão a atividade pessoal desenvolvida ao serviço dos outros e a benefício próprio, que esteja em conformidade com a própria vocação e atenta à dignidade da pessoa humana. Observa-se assim, que a comunidade foco deste estudo, apresenta uma grande precariedade em relação à profissão do chefe de família, visto que há uma grande parcela de pessoas desempregadas ou em subemprego.

A maioria dos entrevistados economicamente ativos que trabalha com carteira assinada estão distribuídos, principalmente, nas seguintes atividades: indústria, comércio, construção civil, serviço público e serviço administrativo.

Entre os trabalhadores informais chefes de família, as principais alocações estão nos serviços domésticos, desenvolvendo funções como: como babás, passadeiras, lavadeiras, entre outros. Também nos serviços gerais, é possível encontrar boa parte destes trabalhadores informais, desempenhando funções como capataz, ajudante, zelador e serviços gerais. No entanto, são os autônomos que estão melhor representados nesta categoria informal, tendo o comércio como sua principal fonte de renda, assim, realizam vendas diversas, principalmente na praia, de artigos como óculos, protetores solares, alimentos, CD's/ DVD's, entre outros.

Um número bastante significativo é o de donas de casa chefes de família, apresentando o percentual de 15,02% de mulheres nesta situação. Aqui, foram consideradas as trabalhadoras do lar que não realizam qualquer tipo de atividade remunerada. O Programa Aldeia da Praia, através do trabalho social que será desenvolvido na área Titanzinho/ Serviluz, pretende descobrir o potencial das profissionais do lar, através de oficinas e cursos de capacitação, colaborando com as chances reais de melhoria na renda familiar.

O número de aposentados e pensionistas também é alto, apresentando um quantitativo de 11,11% pessoas, sendo que os aposentados são a grande maioria (ver dados da tabela anterior).

Tabela nº14

PROFISSÃO/ATIVIDADE	TOTAL	%
PROFISSIONAIS DOMÉSTICOS	130	11,55
SERVIÇOS GERAIS	38	3,4
AUTÔNOMO	187	16,62



PROFISSIONAIS DA INDÚSTRIA	28	2,48
PROFISSIONAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	36	3,2
COMÉRCIO	64	5,68
SERVIÇOS	137	12,2
SERVIÇOS PÚBLICOS	46	4,08
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	14	1,24
APOSENTADOS, PENSIONISTAS	125	11,11
DESEMPREGADOS SEM OCUPAÇÃO	142	12,62
DONA DE CASA	169	15,02
OUTROS	09	0,8
TOTAL	1125	100%

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.15 TRABALHO E RENDA

Diante da flexibilização do trabalho, que se apresenta como mais uma característica da reestruturação produtiva, tem-se a precarização do emprego formal, a desregularização das relações trabalhistas combinadas com a terceirização, a polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador frente às variadas demandas do trabalho.

No decorrer da pesquisa, observou-se que diante do cenário de uma sociedade capitalista, a comunidade referida sofre com as dificuldades que atingem o mundo do trabalho, como o aumento da competitividade, exigência de maior qualificação e exclusão das pessoas menos qualificadas e especializadas, aumentando a discriminação para com aqueles que não atingem o perfil que o mercado exige.

Observou-se que a atividade da pesca é bastante comum na comunidade Serviluz, devido ao potencial natural da região, situada em zona praiana. De acordo com os pescadores da comunidade a atividade da pesca é uma das principais fontes de renda de muitas famílias do Serviluz. Nas ruas próximas à praia é possível ver vendedores ambulantes de peixes e mariscos e, no interior da comunidade, vários estabelecimentos de tratamento de frutos do mar, que empregam os moradores da região, pagando por produção.

A praia é, sem dúvida, cenário de geração de renda. Registramos vários tipos de trabalhos informais como a venda de mariscos, óculos de sol, protetores solar, CD's, entre outros variados artigos. As barracas de praia da Beira-Mar e da Praia do Futuro empregam trabalhadores avulsos como garçons, garçonetes, cumins,

auxiliares de cozinha e auxiliares de serviços gerais, principalmente aos fins de semana. Alguns têm esta atividade como única fonte de renda, outros complementam o orçamento familiar.

Um bom número de trabalhadores com carteira assinada estão empregados no Porto do Mucuripe e na Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste – LUBNOR, refinaria de petróleo da Petrobras. Porém, apesar da grande quantidade de indústrias e usinas do grande Mucuripe, a citar a indústria de Gorduras e Margarinas Especiais - GME, a Concreteira Engemix, a Nacional Gás Butano e o Moinho Dias Branco, a taxa de desemprego na comunidade é alta, talvez pelo trabalho especializado que os cargos demandam.

Em razão dessa realidade, a proposta dos cursos, capacitações e atividades que geram renda visam atender à demanda constatada na pesquisa de campo, bem como em outros momentos com a comunidade, quais sejam: reuniões, oficinas, assembléias e eventos realizados.

Houve critério na escolha dos cursos propostos pelo PTTS para que a mão de obra qualificada seja absorvida pelo mercado de trabalho, havendo, portanto, compatibilidade entre a demanda real do mercado e a qualificação dos trabalhadores e/ou pessoas que desejam se profissionalizar para o trabalho.

A tabela abaixo apresenta a renda das famílias da comunidade alvo da área de Melhorias Habitacionais. Os dados mostram que a renda mensal de 207, chega a, no máximo, meio salário mínimo. A maioria destas pessoas exerce atividades informais, portanto, a renda total da família é constituída de forma bastante precária. Em outros casos, a renda do Programa Bolsa Família é a única fonte de recursos financeiros.

As famílias que responderam possuir renda mensal de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo são a grande maioria, correspondendo a 62,6% do total. A faixa de renda de 1 a 2 salários representa 14,14%. Outro dado relevante a ser observado é o das famílias que possuem renda mensal entre 3 a 4 salários mínimos: apenas 20 famílias do total de 1125 famílias pesquisadas, ou seja, 1,8% informaram receber mensalmente essa renda e apenas 0,26% recebem acima de 4 salários. Não foram identificadas famílias sem renda, pois todas as famílias pesquisadas obtinham alguma fonte de renda por menor e incerta que seja.

Importa destacar que essas 23 famílias que se encontram na faixa de renda acima de três salários mínimos, não refletem o perfil de atendimento do Programa, que devem ter renda mensal até três salários mínimos. Porém, o aspecto saneamento na área de intervenção, requer uma análise mais apurada, em que se deve considerar que mesmo as famílias que estão fora do perfil de atendimento, não possam, ou mesmo se indisponham a realizar a ligação intradomiciliar com recursos próprios, impossibilitando assim, que o sistema de saneamento atenda a totalidade de famílias que permanecerão na área. Observa-se também que a maioria



das famílias citadas não tem salário fixo, ou seja, dependem de uma renda variável, que provém de fontes diversas, como bicos, trabalhos informais sem carteira assinada, ajuda de familiares, entre outras.

Esses dados demonstram as condições de vida da população beneficiária do Projeto. As informações acima revelam que esta população é em sua maioria de baixa renda e possui renda mensal incompatível com o atendimento das necessidades básicas de um ser humano.

Tabela nº15

RENDA FAMILIAR		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SEM RENDA	0	0
DE 0 A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	207	18,40
DE 1/2 A 1 SALÁRIO MÍNIMO	705	62,6
DE 1 A 2 SALÁRIO MÍNIMO	159	14,14
DE 2 A 3 SALARIO MINIMO	31	2,8
DE 3 A 4 SALÁRIO MINIMO	20	1,8
> 4 SALARIO MINIMO	03	0,26
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.16 ORIGEM DA RENDA FAMILIAR

A grande maioria das famílias analisadas sobrevive com renda proveniente de trabalhos informais, ou seja, não tem carteira assinada e nenhuma garantia dos direitos trabalhistas estabelecido por Lei (33,49%), seguido de 30,85% que recebem proventos advindos do salário mínimo mensal. Uma parcela das famílias pesquisadas recebe o programa de transferência de renda do Governo Federal: Bolsa-Família (16,32%), 2,43% está atualmente amparado pela Previdência Social recebendo o benefício de prestação continuada para o idoso (BPC Idoso), e a população sem renda soma 14,82%, esta, não reflete a realidade da renda familiar.

A pesquisa de campo aponta que algumas famílias já tiveram direito ao Programa Bolsa-Família anteriormente e que possuem o Número de identificação Social – NIS. Estas famílias tiveram o benefício cancelado devido ao descumprimento das condicionalidades do programa, principalmente a frequência mínima de 85% de carga horária mensal do ano letivo em instituição regular de ensino. Estes casos serão

alvo do trabalho social da Equipe Técnico-Social do Programa Aldeia da Praia e serão encaminhados aos Centros de Referência da Assistência Social do Serviluz e Mucuripe para as devidas providências quanto ao direito de permanência das crianças e adolescentes de 06 a 15 anos na escola.

Ressalta-se que a origem da renda familiar provém de mais de uma fonte, sendo, portanto, possível a marcação de mais de uma opção. A renda informada não é somente do chefe, mais de todos os membros da família.

Tabela nº16

ORIGEM DA RENDA FAMILIAR DOS MEMBROS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
FAMILIARES	18	0,75
BOLSA FAMÍLIA	390	16,32
BPC IDOSO	58	2,43
BPC/PCD	17	0,71
PROJOVEM	15	0,63
SALÁRIO	737	30,85
OUTROS	800	33,49
SEM RENDA	354	14,82
TOTAL	2389	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.3.17 MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO CHEFE PARA IR AO TRABALHO

A ETUFOR é a empresa municipal responsável pelo controle, regulação e fiscalização dos sistemas de transportes coletivos da cidade, tais como ônibus, táxi, moto-táxi e outros diversos sistemas de transportes coletivos. Uma particularidade do sistema de transporte do Serviluz é o uso de táxis que praticam o sistema de lotação, cobrando o preço de uma passagem inteira, fazendo o trajeto do bairro ao centro da cidade, local bem próximo da comunidade.

A comunidade acaba criando meios alternativos de se deslocar, diante das dificuldades financeiras e estruturais vividas em seus cotidianos.

O transporte coletivo no Serviluz inclui 3 linhas de ônibus e uma topic:

- 1) Caça e Pesca / Centro Nº 906
- 2) Serviluz / Papicu Nº 913

3) Parangaba / Mucuripe Nº 077

Conforme resultado da pesquisa, o meio de transporte mais utilizado pelos moradores para ir ao trabalho (34,75%) é o ônibus, enquanto 13,96% vão para o trabalho à pé. O uso de bicicletas também é bastante citado pelos moradores, com um índice de 6,76%, apenas 10% fazem uso de carro, e 39,56% responderam outros, que corresponde aos entrevistados que encontram-se desempregados, pensionistas, dona-de-casa e/ou nunca trabalharam. Ver tabela abaixo:

Tabela nº17

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO CHEFE PARA IR AO TRABALHO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ÔNIBUS	391	34,75
À PÉ	157	13,96
CARRO	23	2,04
BICICLETA	76	6,76
MOTO	33	2,93
NÃO SE APLICA	445	39,56
TOTAL	1.125	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.3.18 OPÇÕES DE LAZER E CULTURA

A comunidade Serviluz é privilegiada por se localizar em uma das paisagens litorâneas mais bonitas da cidade de Fortaleza, tendo a praia do Titanzinho como ícone e reconhecida com muita propriedade pelos moradores, que conscientes da beleza do lugar, afirmam ser uma das opções de lazer. Porém, a insatisfação dos moradores com o descaso e falta de preservação do ambiente, ocorrido tanto por parte das autoridades públicas, como pela própria população, acabam desmotivando muitos moradores a usufruir do lazer da praia com toda a potencialidade que ele oferece.

Cabe ressaltar que o surf foi apontado, dentre as atividades desenvolvidas pela população local, como sendo de suma importância para o atendimento aos jovens. Crianças e adolescentes encontram poucas alternativas de esporte e lazer naquela região.

Um dos grandes desafios enfrentados na comunidade é a integração dos jovens com atividades de lazer e cultura. A comunidade carrega o peso das estatísticas elevadas de criminalidade, principalmente entre o segmento jovem da população. Os moradores frequentemente relatavam episódios de violência e

criminalidade ocorridos no dia a dia da comunidade. Por algumas vezes, a equipe social presenciou batidas policiais, busca de armas na praia, abordagem dos policiais a moradores suspeitos, além de jovens que transitam armados livremente e sem constrangimentos diante da equipe social.

Um dos fatores desencadeadores apontado é a falta de estrutura e equipamentos de lazer e cultura na área. Todavia, estas considerações não abrangem a totalidade da problemática e apesar da realidade, a própria comunidade luta para reverter esse quadro, encontrando na cultura e prática do surf importante aliado para distanciar jovens e crianças do mundo da criminalidade. Porém, algumas iniciativas estão acontecendo na comunidade, como aulas de surf, oficinas de argila, aulas de percussão, entre outras..

O setor urbano em questão, abriga um dos patrimônios históricos da cidade que é o antigo Farol do Mucuripe, elemento marcante da história do local e fica localizado na Praia do Titanzinho, que, por sua vez, está vinculada à reserva paisagística e ambiental do Istmo da Praia Mansa. Porém, a comunidade não desfruta de suas possibilidades turísticas, em virtude do mesmo encontrar-se fechado a visitação pública.

A maioria dos moradores 37,72% disseram que o lazer mais freqüente é assistir televisão, 16,15% afirmar que o lazer mais contínuo é escutar música, já 15,95% tem como opção ir a Igreja ou alguma associação religiosa, 10,96% preferem jogar bola e/ou praticar outros esportes, que inclui a prática do surf e pescaria artesanal, outras formas de lazer também foram citadas, porém com menor índice.

Salienta-se que a pesquisa possibilitou ao entrevistado (a) a escolha de mais de uma opção. Conforme se verifica na tabela:

Tabela nº18

LAZER MAIS FREQUENTE			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%%	%
FUTEBOL/OUTROS ESPORTES	691	10,96	
SAIR COM AMIGOS/VIZINHOS	595	9,44	
ASSISTIR TV	2.377	37,72	
ESCUTAR MÚSICA	1.018	16,15	
FESTAS	278	4,41	
PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO	54	0,86	
FREQUENTA BARES	165	2,62	
VAI À PRAÇAS	119	1,89	
IGREJAS OU ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS	1.005	15,95	
TOTAL	6.302	100,00	

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.4 CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Os dados abaixo se referem as 1023 imóveis localizados nas áreas de melhorias habitacionais e fornecem informações gerais sobre situação fundiária, material, utilização do imóvel, tipologia de uso e construção, revestimento de parede, tipo de cobertura e piso.

4.4.1 LOCALIZAÇÃO

A ocupação do espaço conhecido como Serviluz, data de assentamentos que ocorreram tanto do fim da década de 1940, quanto do início da década de 1950. Esses assentamentos foram formados basicamente por pescadores e imigrantes vindos do interior do Estado e algumas famílias que ocupavam a praia Mansa na época e foram transferidos para a área que hoje ocupa o Serviluz. Muitos moradores tem conhecimento desse histórico e reconhecem que a área é terreno de marinha, cedido pela união, como afirma 59,92% dos moradores entrevistados, enquanto 39,40% reconhecem que é uma área de ocupação, e apenas 0,09% afirmam ser terreno para equipamento comunitário e não foi citado nenhum dos outros itens relacionados no formulário da pesquisa, conforme mostra a tabela:

Tabela nº19

LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
QUADRA LOTEADA	06	0,59
LEITO DE RUA	0	0
TERRENO DE MARINHA	613	59,92
ÁREA VERDE	0	0
TERRENO P/ EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO	01	0,09
OCUPAÇÃO	403	39,40
TOTAL	1023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.4.2 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Quanto à situação fundiária, nenhum morador afirmou ter registro e escritura lavrado em cartório do imóvel, pois a característica de ocupação não permite a regularização fundiária. Muitos moradores citaram a

importância de obter o título de posse de seus imóveis. Para que haja o processo de regularização fundiária, torna-se necessário requalificar a área provendo infraestrutura.

A maioria dos moradores, 60,50%, compreende que a situação fundiária do espaço é público, enquanto 5,67% manifestaram ser privado e 33,83% de pessoas duvidosas quanto à situação, revelaram não saber. A tabela abaixo comprova as afirmações.

Tabela nº20

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PÚBLICO	619	60,50
PRIVADO	58	5,67
NÃO SABE	346	33,83
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.4.3 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Conforme legislação ambiental brasileira, Área de Proteção Ambiental (APA) é aquela destinada à preservação dos recursos ambientais (fauna, flora, solo e recursos hídricos). Uma área de proteção ambiental pode apenas ter uso sustentável, ou seja, seu acesso, ocupação e exploração devem ser controlados para não prejudicar o ecossistema da área. As áreas de proteção ambiental podem ter posse e domínios público ou privado. Porém, cabe aos órgãos governamentais a fiscalização da ocupação e exploração destas áreas.

O Serviluz encontra-se em vias de processo para se caracterizar uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, o que torna o lugar uma área prioritária para investimento em regularização fundiária e infra-estrutura. A maioria dos moradores pesquisados, 82,80% tem conhecimento que o Serviluz não se configura uma Área de Preservação Ambiental I – APA, enquanto 17,20% desconhecem a informação. Ver tabela:

Tabela nº21

ÁREA DE PRESERVAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	176	17,20
NÃO	847	82,80
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.4.4 TIPOLOGIA DE USO

Os dados coletados apontam que a principal utilização do imóvel/edificação; 90,62% para fins exclusivamente residenciais, enquanto 6,45% são utilizados somente para função de comércio; 1,47% das famílias fazem uso misto, ou seja, apresentam a configuração de residência e comércio e 1,46% corresponde à edificação para fins diversos na área de intervenção do Projeto, sendo (03) Igrejas, (08) ONGS, (03) Escolas, que compreende 02 particulares e 01 anexo (EMEIF São Vicente de Paulo) e 0,10% outros, que corresponde ao prédio da Estação de Tratamento da CAGECE.

As ONGS citadas abaixo, que se encontram na área das Melhorias Habitacionais são: Instituto Kulturbrás, Associação Benéficas de Surf Titanzinho, Associação Esportiva Combate, ONG Boca do Golfinho, Associação Moradores do Serviluz, Associação Moradores do Titanzinho, Associação Comunitária Vila Mar e anexo da Associação Comunitária Vila Mar. A extensão total da comunidade Serviluz abrange muitas outras instituições (ver quadro de Entidades Existentes e Identificação da Rede Social). Ver tabela abaixo:

Tabela nº22

UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL /EDIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
RESIDENCIAL	927	90,62
COMERCIAL	66	6,45
MISTA	15	1,47
IGREJA	03	0,29
ESCOLA	03	0,29
ASSOCIAÇÃO/ONGS	08	0,78
OUTROS	01	0,10
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.4.5 UTILIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO IMÓVEL

Os cadastros dos imóveis comerciais (66) assim como igrejas, escolas, associações e outros, foram realizados somente para fins de caracterização de todos os imóveis que se encontravam na poligonal de intervenção, e inclusão no diagnóstico, não havendo a possibilidade de sofrerem intervenção das melhorias habitacionais de estrutura propostas pelo Programa Aldeia da Praia.

O resultado apresentado na pesquisa mostra que a principal utilização dos imóveis, ou seja, para fins exclusivamente residenciais, 79,18% são próprios, enquanto 15,10 % são alugados. As situações de herança, cedido e ocupado somam 10,72%. Em relação aos imóveis que são de uso misto, configurando-se como residência e comércio, 86,67 % são próprios, seguido de 13,33% que são alugados. Conforme tabela:

Tabela nº23

UTILIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO IMÓVEL /EDIFICAÇÃO												
ESPECIFICAÇÃO	PRÓPRIO	%	HERANÇA	%	CEDIDA	%	OCUPADA	%	ALUGADA	%	TOTAL	%
RESIDENCIAL	734	79,18	10	1,08	42	9,53	01	0,11	140	15,10	927	100
MISTA	13	86,67	0	0	0	0	0	0	02	13,33	15	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO

Grande parte dos imóveis reflete a condição de pobreza da população, pois apresentam condição estrutural muitas vezes inabitável e impróprias para o bem-estar do ser humano sendo esta uma condição básica de vida para o cidadão. Quanto à composição estrutural do imóvel/edificação, a pesquisa apontou que dos 1.023 imóveis cadastrados, 1.013 são de alvenaria, 02 são de madeira; 06 de taipa e 01 é casa mista, ou seja, de arranjos improvisados, tais como: taipa com tijolo, taipa com lona, etc, e apenas 01 de lona. Observe-se na tabela abaixo:

Tabela nº24

TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ALVENARIA	1.013	99,02
TAIPA	06	0,59
MADEIRA	2	0,19
LONA	1	0,1
MISTA	1	0,1
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

]

4.4.6 REVESTIMENTO DE PAREDE

O reboco (revestimento de cimento e areia) nas paredes de uma habitação é ideal, pois além de reforçar a estrutura, é importante para a saúde dos moradores, na prevenção de doenças, uma vez que evita o esconderijo de insetos como o barbeiro (transmissor da doença de chagas) e a barata (hepatite), e minimizam crises de alergia respiratória provenientes do bolor e do pó.

Apesar da precariedade dos imóveis observam-se minimamente construções que utilizam papelão, madeira e plástico em sua estrutura (0,30%). A maioria dos imóveis possui reboco (52,59%), porém uma parcela destes está em mal estado, necessitando reparos, justificado pelo fato dos moradores destes domicílios darem prioridade a outros itens como alimentação e outros gastos fixos (água e luz). A quantidade de casas somente com pintura (36,46%) também é expressiva. É necessário esclarecer que quanto ao item em questão (revestimento de parede), o instrumental está além da necessidade da pesquisa, pois contém a opção pintura, onde deveria conter apenas as opções reboco e sem reboco.

Tabela nº25

REVESTIMENTO DE PAREDE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
COM REBOCO	538	52,59
SEM REBOCO	108	10,56
PINTURA	373	36,46
PLÁSTICO	3	0,29
PAPELÃO	0	0
MADEIRA	1	0,1
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade/ SEINF

4.4.7 TIPO DE COBERTURA

A comunidade Serviluz, sobretudo as famílias que se encontram na orla marítima, sofrem com o processo de soterramento dos domicílios, principalmente em determinadas épocas do ano, sendo algumas famílias bastante prejudicadas com a areia da praia que invade as casas, inclusive através do telhado, no que se refere a manutenção desses domicílios para mantê-los limpos. Desse modo, o tipo de cobertura mais utilizada pelos moradores para reduzir os danos causados pelas intempéries é a telha com plástico forrado,

sendo identificado em 86,51% dos imóveis; 12,12% apresentam o imóvel forrado e apenas 1,17% utilizam plástico/madeira e 0,20% afirmou utilizar a palha. Conforme tabela:

Tabela nº26

TIPO DE COBERTURA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
FORRADO	124	12,12
TELHA	885	86,51
PALHA	02	0,20
PLÁSTICO/MADEIRA	12	1,17
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.4.8 TIPO DE PISO

Em relação ao piso utilizado no imóvel, a pesquisa revela que 46,14% dos imóveis tem cerâmica; 52,40% são cimentados e, apenas, 1,46% dos imóveis possuem barro batido. Ver tabela abaixo:

Tabela nº27

TIPO DE PISO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
BARRO BATIDO	15	1,46
CIMENTADO	536	52,40
CERÂMICA	472	46,14
TOTAL	1023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.5 A FAMÍLIA NA UNIDADE HABITACIONAL

Morar é tão essencial quanto comer beber, vestir, respirar... É uma necessidade básica de todo ser humano. O jeito de morar, as características de uma casa, tudo pode mudar ao longo dos anos, mas ninguém vive sem um espaço onde morar.

O direito à moradia se tornou um direito humano universal a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Hoje vários órgãos internacionais monitoram a questão da moradia nos continentes,

notadamente a ONU que apresenta doze diferentes documentos sobre este direito fundamental. Porém, sua implementação, principalmente nas grandes cidades, ainda é um grande desafio em todo o mundo. Muitos não possuem habitações, utilizando espaços públicos como moradias. Outros tantos moram em condições subumanas, sem a dignidade de um espaço próprio com acesso aos bens ambientais e comunitários.

O direito a moradia digna é um direito social importante, conquistado através de muita luta, promovida por movimentos populares organizados, e hoje está previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

Não se trata apenas da moradia em si, mas de um mínimo de qualidade e conforto que as unidades habitacionais tem de oferecer, como infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e drenagem) acesso a transporte coletivo e aos equipamentos sociais como postos de saúde, hospitais, creches, escolas, posto de polícia, bombeiros, parques, teatro etc, oferecendo, assim, aos moradores uma possibilidade de melhoria contínua de suas condições de vida.

4.5.1 TEMPO DE MORADIA

Referente ao tempo de moradia das famílias residentes na comunidade Serviluz, a Equipe Técnico Social considerou não somente os dados quantitativos levantados no trabalho de campo, mas também buscou elementos no que se refere a particularidade de cada família, onde é possível afirmar que as primeiras ocupações do Serviluz deram-se no início da década de 50, tendo a Equipe Social o privilégio de escutar muitos relatos de vida de alguns moradores que vivenciaram o processo de ocupação na área.

A maioria dos moradores pesquisados, 22,93%; residem entre 06 a 15 anos na comunidade, fato que pode ser explicado em virtude do processo de ocupação e organização comunitária; 25,15% residem na comunidade entre 16 a 25 anos; 26,58% de 01 a 05 anos. Os dados ainda apontam que 9,78% residem a menos de 01 ano, isso se deve por ser uma área de muitos aluguéis, violência acentuada (assaltos, rivalidade de grupos, uso de drogas ilícitas a céu aberto) precariedade de infraestrutura, falta de estabilidade financeira, tendo ainda que conviver com fatores diversos que o obrigam a mudar constantemente de lugar, permitindo uma grande rotatividade na área e 15,56% residem há mais de 26 anos na comunidade, em virtude de seus antecessores familiares já residirem nesses domicílios, como mostra a tabela:

Tabela nº28

TEMPO DE MORADIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%



MENOS DE 01 ANO	110	9,78
DE 01 A 05 ANOS	299	26,58
DE 06 A 15 ANOS	258	22,93
DE 16 A 25 ANOS	283	25,15
MAIS DE 26 ANOS	175	15,56
TOTAL	1.125	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

SITUAÇÃO DO IMÓVEL

Identificou-se no levantamento de dados que 77,50% dos imóveis são próprios, ou seja, pertencem ao entrevistado, 17,30% vivenciam uma situação de aluguel, muitas vezes em uma estrutura física precária e 4,10% são cedidos pela família, em virtude de condições temporárias diversas, tais como: desemprego, viagem, união estável. Os imóveis pesquisados que apresentavam a situação de herança, contabiliza 1,00%, e apenas 0,1% encontra-se em casa ocupada.

Salienta-se que os imóveis de herança são de propriedade do morador, os imóveis cedidos ou alugados sofrerão as mesmas melhorias dos demais, pois estes possuem proprietários. As melhorias habitacionais estão destinadas a todos os imóveis que necessitam de alteração e estão dentro da poligonal na área referente a melhorias habitacionais.

Tabela nº29

SITUAÇÃO DO IMÓVEL		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PRÓPRIA	793	77,50
HERANÇA	10	1,00
CEDIDA	42	4,10
OCUPADA	01	0,1
ALUGADA	177	17,30
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.5.2 SITUAÇÃO DO COMÉRCIO

A pesquisa dos imóveis comerciais aponta que 66,64% são próprios, ou seja, pertencem ao entrevistado e 36,36% vivenciam uma situação de aluguel, no qual para comercializar e garantir o seu

rendimento familiar mensal necessitam pagar o aluguel do imóvel em uma estrutura física precária. Alguns proprietários desses imóveis são moradores da própria comunidade.

Observa-se o resultado dos dados na tabela abaixo:

Tabela nº30

SITUAÇÃO DO COMÉRCIO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PRÓPRIO	42	63,64
HERANÇA	0	0
CEDIDO	0	0
OCUPADO	0	0
ALUGADO	24	36,36
TOTAL	66	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.5.3 COABITAÇÃO

A coabitação ocorre quando, no núcleo familiar existem outras famílias ou mesmo agregados familiares convivendo em uma mesma residência. As condições financeiras desfavoráveis, desemprego, imigração de cidades do interior, entre outros são fatores desencadeadores.

As famílias que permanecerão na área das Melhorias Habitacionais, incluindo as coabitações, terão a princípio, o benefício das melhorias habitacionais.

Em relação às famílias pesquisadas, constatou-se que, 9,06% vivem em situação de coabitação. A tabela abaixo indica:

Tabela nº31

COABITAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	102	9,06
TOTAL	1.125	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.5.4 SITUAÇÃO DE RISCO

O direito à moradia se tornou um direito humano universal a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Hoje vários órgãos internacionais monitoram à questão da moradia nos continentes, notadamente a ONU que apresenta doze diferentes documentos sobre este direito fundamental. Porém, sua implementação, principalmente nas grandes cidades, ainda é um grande desafio em todo o mundo. Muitos não possuem habitações, utilizando espaços públicos como moradias. Outros tantos moram em condições subumanas, sem a dignidade de um espaço próprio com acesso aos bens ambientais e comunitários.

Na comunidade alvo deste estudo, o acesso à moradia digna não é uma realidade, a começar pela propriedade da terra, que pertence à União. Constatou-se que uma mínima parcela dos moradores está em dias com o pagamento do imposto para concessão do uso do terreno de marinha. Outra realidade é a falta de recursos sanitários e de convivência comunitária.

No momento da pesquisa procurou-se conhecer a percepção do morador acerca da situação do seu imóvel, ou seja, mesmo que o documento não fosse oficial, o morador dizia que tinha a concessão do terreno pela Marinha, pois realmente acreditava nessa afirmação. Para que esse dado seja realmente constatado, a equipe social entrará em contato com a Capitania dos Portos, onde provavelmente deverá ter a informação da situação real desses imóveis.

Além de identificar uma possível situação de risco, o entrevistado foi sensibilizado a refletir sobre os fatores e conseqüências que se correlacionam para uma qualidade de moradia insatisfatória como riscos de alagamentos, inundações, desabamentos, entre outros. Assim, quase metade dos visitados (49,76%) se dizem habitantes de imóveis em situação de risco.

Tabela nº32

SITUAÇÃO DE RISCO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	509	49,76
NÃO	514	50,24
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.5.5 TIPO DE RISCO

Há situações de vulnerabilidade nos imóveis, sendo apresentado risco de inundação decorrente das marés, soterramento pela areia da praia, desabamentos por má estrutura com risco eminente, principalmente nas quadras chuvosas e alagamentos das vias.

Nesta área há a incidência de muitos becos, onde dezenas de casa se amontoam sem a infra-estrutura mínima para promoção da boa qualidade de vida dos moradores. Estes espaços são estreitos, impossibilitando o tráfego de veículos de quatro rodas como ambulâncias e carros de polícia, não pavimentados, sem saneamento básico e com a presença de animais de rua, muitas vezes portadores de doenças. Algumas famílias não declararam tipos de risco. Salienta-se que a pesquisa em questão possibilitou ao entrevistado (a) a escolha de mais de uma opção.

Tabela nº33

TIPO DE RISCO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ALAGAMENTO	470	66,57
INUNDAÇÃO	215	30,45
DESLIZAMENTO	20	2,83
VIA FÉRREA	0	0
LINHA DE ALTA TENSÃO	1	0,15
TOTAL	706	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.5.6 REPAROS ESTRUTURAIS NO IMÓVEL

Os imóveis no Serviluz apresentam características típicas de habitação em áreas de baixa renda, caracterizados pela construção inacabada, ou mesmo em condições precárias de moradia, onde há uma preocupação constante em reformar e/ ou realizar algum reparo estrutural no imóvel. Dessa forma, a maioria dos imóveis passou por ampliações, por conta da necessidade de mais espaço e do aumento da família, fazem o revestimento das paredes, construíram outro andar como forma de ganhar área edificada, entre outras.

De acordo com a pesquisa realizada, observa-se que 14,40% dos imóveis necessitam de reparos nas instalações hidrossanitárias, 11,71% no banheiro, sendo que muitos possuem o banheiro como uma estrutura física precária e sem finalidades sanitárias, 22,56% afirmam necessitar de pintura, 13,40% na cozinha e 9,19 % outras dependências.

Em relação ao tipo de melhorias habitacionais que serão realizadas, estas serão esclarecidas após avaliação da equipe técnica de engenheiros e arquitetos. Contudo, as especificações relatadas pelos moradores serão consideradas, como: instalações hidrossanitárias, pintura, cobertura, telhado, tanque, banheiro, cozinha, e outros, conforme apresentado na tabela.

Salienta-se que a pesquisa em questão possibilitou ao entrevistado(a) a escolha de mais de uma opção. Ver tabela:

Tabela nº34

NECESSITA REPAROS ESTRUTURAIS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	520	14,40
PINTURA	815	22,56
COBERTA/TELHADO	518	14,34
TANQUE	520	14,40
BANHEIRO	423	11,71
COZINHA	484	13,40
OUTROS	332	9,19
TOTAL	3.612	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6 INFRAESTRUTURA DO IMÓVEL

4.6.1 ABASTECIMENTO E REDE DE ÁGUA

Um sistema de abastecimento de água caracteriza-se pela retirada da água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades. O mesmo pode ser concebido para atender a pequenos povoados ou a grandes cidades, variando nas características e no porte de suas instalações.

Na comunidade Serviluz existe um agravante em relação às condições de saneamento básico, relacionadas à ocupação irregular de moradias em área de praia. Alterações sofridas pelos ambientes litorâneos devido às ocupações inadequadas, em ambiente que não são, via de regra, viáveis à moradia. O Serviluz constantemente tem sofrido com as reações dessas ocupações não planejadas, principalmente no que

se refere às questões de infraestrutura básica, pois a areia das dunas móveis soterram as casas e obstruem o fluxo da rede coletora de esgoto.

A maioria dos domicílios conta com água encanada originária da rede oficial de abastecimento de água feito pela CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará), mesmo as situações de ligação clandestina e atende a 92,77% dos domicílios pesquisados e somente uma porcentagem de 7,23% utilizam formas de abastecimento fora da rede oficial, que corresponde à utilização de poço e outros. Ver tabela:

Tabela nº35

LIGADO A REDE DE ÁGUA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	949	92,77
NÃO	74	7,23
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

Com relação ao abastecimento de água da Comunidade Serviluz, 81,13 %, ou seja, a maioria dos imóveis, possuem hidrômetro individual, 9,29% utilizam hidrômetro coletivo, 2,35% são abastecidos através das ligações clandestinas, 2,35% ainda utilizam o poço artesanal e 4,88% dos moradores afirmaram possuir outros meios, como utilizar a água do vizinho ou de familiares. A tabela abaixo mostra essa situação.

Tabela nº36

TIPO DE ABASTECIMENTO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
HIDRÔMETRO INDIVIDUAL	830	81,13
HIDRÔMETRO COLETIVO	95	9,29
LIGAÇÃO CLANDESTINA	24	2,35
POÇO	24	2,35
CHAFARIZ	0	0
OUTROS	50	4,88
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

O acesso à água de boa qualidade e em quantidade adequada é uma prioridade, em especial em áreas urbanas, e está diretamente ligada à saúde da população. É importante frisar que diversas doenças têm

sua origem na água contaminada e respondem por mais da metade das internações hospitalares na rede pública de saúde.

Os resultados da investigação realizada na área demonstraram que dentre as 1.125 famílias entrevistadas, 424 destas (37,69%) afirmaram utilizar água clorada para o consumo; com destaque para as que responderam outros (46,04%), referente à compra de água para o consumo.

Tabela nº37

CONSUMO DE ÁGUA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CLORADA	424	37,69
FERVIDA	19	1,69
FILTRADA	164	14,58
OUTROS	518	46,04
TOTAL	1125	100

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6.2 REDE DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO

O funcionamento adequado de um sistema de coleta, tratamento e destino de esgoto sanitário é um dos aspectos mais importante das questões ambientais. A falta de um sistema adequado é condição para as causas primárias da alta incidência de diarreia, verminoses e outras doenças relacionadas à degradação da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.

A realidade da grande maioria dos domicílios da área das melhorias da comunidade Serviluz (87,88%), estão ligados à rede coletora de esgoto, porém ainda há um número mínimo de domicílios 12,12%, que não estão ligados à rede.

Observa-se que apesar da área ser beneficiada com o sistema de esgotamento, o seu funcionamento é feito de forma precária ou mesmo totalmente inadequada, inclusive lançando esgoto "in natura" na praia. Ver tabela:

Tabela nº38

LIGADO A REDE DE ESGOTO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	899	87,88

NÃO	124	12,12
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

A partir dos dados apontados na tabela abaixo, observa-se que 80,06% dos domicílios pesquisados utilizam o serviço da CAGECE (Sanear) para coletar o esgoto doméstico, enquanto 15,54% ainda fazem uso da fossa/sumidouro, 2,64% dos domicílios lançam em vala pública e 1,66% utilizam outros meios, que corresponde a lançar esgoto a céu-aberto em direção à praia.

Tabela nº39

TIPO DE ESGOTAMENTO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CAGECE (SANEAR)	819	80,06
FOSSA/SUMIDOURO	159	15,54
VALA EM VIA PÚBLICA	27	2,64
REDE DE DRENAGEM /RECURSOS HÍDRICOS	01	0,1
OUTROS	17	1,66
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6.3 TIPO DE DRENAGEM

A canalização das águas pluviais é realizada, em sua maioria (78,86%), através de curso d'água não canalizado; 6,45% dos entrevistados alegaram que há curso d'água canalizado na rua onde moram e 13,64% atestam que o escoamento da água é realizado através de galeria subterrânea.

Tabela nº40

TIPO DE DRENAGEM		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
GALERIA SUBTERRÂNEA	140	13,64
SARJETA	0	0
CURSO D'ÁGUA CANALIZADO	66	6,45



CURSO D'ÁGUA NÃO CANALIZADO	817	78,86
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6.4 DESTINO DO LIXO

Numa sociedade de intenso consumo e rápido descarte, o lixo se transforma em um problema que carece de atenção constante por parte do poder público: A eficiência do serviço de coleta denota a preocupação com o acúmulo de lixo, potencial gerador de doenças e uma das principais causas da degradação do meio ambiente nas cidades urbanas.

Na área pesquisada, o sistema de coleta de resíduos sólidos é realizado pela Empresa Municipal de Limpeza Urbana da Cidade de Fortaleza – EMLURB, mas apesar da coleta de lixo trafegar pela maioria das ruas da comunidade, os problemas socioambientais se acentuam devido ao desordenamento das edificações de imóveis que invadem os espaços públicos (ruas) constituindo becos e ruelas, alguns sem saída e sem condições de tráfego de caminhões para a coleta.

Desta forma, algumas famílias pesquisadas fazem a disposição do lixo nas ruas principais de coleta, causando transtornos por parte dos moradores que se sentem prejudicados.

Dentre os serviços de natureza pública avaliados no ensejo da aplicação dos cadastros, a coleta do lixo mostrou-se o mais satisfatório na fala dos moradores. Ocorrendo, três vezes por semana.

Conforme a fala dos moradores, o destino do lixo é realizado através do sistema de coleta pública municipal para 89,54% dos entrevistados, o equivalente a 1,76% faz uso de contêiner, 1,27%, afirmaram descartar em terreno baldio, 1,56% ainda utilizam à prática de enterrar o lixo residencial e 1,27% afirmam queimar o lixo como prática de descarte e 1,47% do curso d'água, 1,66% do passeio, e 1,47 responderam outros, que corresponde a jogar a céu aberto.

Observa-se que há uma divergência quando se fala que a maioria das famílias utiliza a coleta pública municipal, pois a realidade da comunidade retrata um outro cenário, de acúmulo de lixo na faixa de praia, jogado ou mesmo enterrado, ruas sujas, com os maus variados tipos de lixo e em vários espaços transitados pela equipe. Segue tabela:

Tabela nº41

DESTINO DO LIXO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%



SISTEMA DE COLETA	916	89,54
CONTAINER	18	1,76
TERRENO BALDIO	13	1,27
ENTERRADO	17	1,56
QUEIMADO	13	1,27
CURSO D'ÁGUA	15	1,47
PASSEIO	17	1,66
OUTROS	15	1,47
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6.5 VENTILAÇÃO NO IMÓVEL

Quanto à situação de salubridade dos imóveis, a pesquisa revela que 58,35% apresentam condições satisfatórias de ventilação e 41,65% dos imóveis não oferecem condições adequadas de ventilação.

Tabela nº42

VENTILAÇÃO EXISTENTE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	597	58,35
NÃO	426	41,65
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6.6 TIPO DE PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação é um dos componentes das Melhorias Habitacionais, sendo, portanto, um dos aspectos importantes a serem observados na comunidade.

As condições precárias de pavimentação ou a sua inexistência causam dificuldades de locomoção e acesso para os pedestres e veículos particulares e comerciais que circulam na comunidade.

Desse modo, a pesquisa indica que 56,50% afirmam possuir asfalto na rua, embora de forma precária, 28,26% não apresentam pavimentação, 10,55% afirmaram pedra tosca e apenas 4,40% é de paralelepípedo. Como indica a tabela:

Tabela nº43



PAVIMENTAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ASFALTO	578	56,50
PEDRA TOSCA	108	10,55
PIÇARRA	03	0,29
PARALELEPÍPEDO	45	4,40
SEM PAVIMENTAÇÃO	289	28,26
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.6.7 ENERGIA ELÉTRICA

O sistema de iluminação pública de Fortaleza é realizado pela Companhia Energética do Ceará – COELCE. Conforme dados coletados no trabalho de campo, o serviço oferecido atende a demanda da comunidade, pois está implantado e distribuído em toda sua extensão. No entanto, segundo relatos dos moradores, acontecem frequentemente ações contra o patrimônio público, de danificação das lâmpadas, por grupos de indivíduos interessados no favorecimento de ações criminosas, nas ruas e praças.

Diante da análise da tabela abaixo, constatou-se que 95,79% dos imóveis estão oficialmente ligados à rede de energia elétrica, 2,25% estão com ligações clandestinas (gambiaras) não declaradas, em virtude de ser uma prática ilegal, enquanto 1,18% não estão ligados a “nenhum” dos tipos de fornecimento utilizados normalmente, e apenas 0,78% estão temporariamente com a energia cortada. Segue tabela abaixo:

Tabela nº44

ENERGIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
INEXISTENTE	12	1,18
OFICIAL	980	95,79
CLANDESTINA	23	2,25
CORTADA	08	0,78
TOTAL	1.023	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.7 SAÚDE

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 196, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A preocupação com a saúde pública compõem a lista das principais motivações para a realização deste Projeto. Uma vez que, as precárias condições de moradia e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde são evidentes no atual contexto das famílias fixadas no Titanzinho e Serviluz.

4.7.1 SITUAÇÃO DE RISCO/ FRAGILIDADE

A área de melhoria da comunidade Serviluz é caracterizada como local de alta vulnerabilidade e risco social, sendo localizada em uma das áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza.

A falta de acesso das famílias as políticas públicas e aos serviços básicos é condição para o agravamento da problemática acima exposta, desta forma não existe na construção de vida destas famílias maiores esclarecimentos quanto aos cuidados com a saúde.

No momento da entrevista foi possibilitado aos pesquisados responderem mais de uma opção sobre a situação de risco/fragilidade, sendo assim, como se pode constatar na tabela abaixo, do quantitativo de 1.891 moradores pesquisados, os maiores riscos de fragilidade na saúde são de 27,86% para o tabagismo, 13,22% para as diabetes e 11,58% para a hipertensão.

Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, cerca de 18,8% da população brasileira são fumantes. Hoje o uso abusivo do tabaco já é considerado uma doença que causa dependência química, como também, é a principal causa de mortalidade e enfermidades relacionadas ao tabagismo.

As diabetes também é a causa de muitos óbitos, o tratamento da doença tem um alto custo aos cofres públicos. Segundo dados do Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis indicam a ocorrência de diabetes em 5,2% da população adulta brasileira, o que representa 6.399.187 de diabéticos.

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimam que 35% da população brasileira acima de 40 anos são hipertensos, o que resulta num quantitativo de 17 milhões de pessoas portadoras da doença. Há programas de atendimento aos hipertensos e diabéticos pelo sistema Único de

Saúde, através da Atenção básica, demonstrando o agravamento da doença e a preocupação da prevenção e tratamento pelos órgãos públicos.

Tabela nº45

SITUAÇÃO DE RISCO/ FRAGILIDADE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
P.C.L	42	2,22
DOENÇA DE CHAGAS	01	0,05
HANSENÍASE	01	0,05
MALÁRIA	01	0,05
MAUS TRATOS (VIOLÊNCIA)	73	3,86
EPILEPSIA	10	0,53
DST	30	1,58
TRANSTORNO PSICOLÓGICO	48	2,53
TUBERCULOSE	12	0,63
DIABETES	250	13,22
TABAGISMO	527	27,86
HIV/AIDS	15	0,79
HIPERTENSÃO	219	11,58
NÃO TEM	615	32,52
OUTRAS	47	2,48
TOTAL	1.891	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.7.2 HISTÓRICO DE DOENÇAS

A tabela abaixo descreve quantitativamente o histórico das doenças mais frequentes dos moradores pesquisados na área de Melhorias Habitacionais da comunidade Serviluz, com a possibilidade de apontar-se mais de uma opção de doenças por pesquisado.

A pesquisa revela um considerável índice de enfermidades, com destaque para as viroses, apontadas por 925 moradores entrevistados, o que corresponde a 44,53% do universo pesquisado.

Em segundo lugar, com 18,44%, as doenças respiratórias e em seguida as diarreias com 12,08%, sendo as crianças as mais afetadas, pois estão frequentemente expostas aos danos causados pelo saneamento básico precarizado da localidade.

Com relação ao uso de substâncias entorpecentes (drogas) foi relatada apenas a ocorrência de 3,33%, mas sabemos que a realidade é bem maior, apenas pouco citada, devido ao sentimento de medo, preconceito e discriminação que a doença provoca. Mas em outros momentos de discussão com lideranças comunitárias e com grupos de moradores em oficinas, foi possível perceber através de suas falas a grande problemática do tráfico de drogas, da dependência química e dos conflitos de grupos rivais ocorrentes na área.

Alguns moradores relataram contrair doenças de pele decorrente da poluição da água do mar. Como os dejetos sanitários correm "in natura" para a praia, há a criação de um ambiente propício para proliferação de parasitas subcutâneas e verminoses. Existe também uma grande concentração de cachorros, hospedeiros e transmissores de várias doenças, inclusive uma bastante citada pelos moradores: a endoparasitose *larva migrans*, popularmente conhecido com bicho geográfico, presente nas fezes de cães e gatos.

Tabela nº46

DOENÇAS MAIS FREQUENTES		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
RESPIRATÓRIA	383	18,44
DENGUE	88	4,24
PELE	86	4,15
VIROSE	925	44,53
VERMINOSE	200	9,63
DIARRÉIAS	251	12,08
U.S.P (DROGAS)	75	3,61
ALCOOLISMO	69	3,33
TOTAL	2.077	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.7.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O contexto da pessoa com deficiência exige uma mudança consciente de comportamento, que conseqüentemente irá impulsionar a mudança de ações relacionadas à inclusão e garantia de direitos da pessoa com deficiência. Atualmente, a discussão em torno dos direitos tem avançado muito e a necessidade de integração é cada vez mais atual.

A pessoa com deficiência tem uma limitação física ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, muitas vezes adaptativos ao meio em que vive. Assim, pretende-se que a pesquisa subsidie

informações primordiais na construção do Projeto, tendo em vista que o contexto mais recente das normas de acessibilidade proporciona às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, autonomia, segurança, conforto, garantia de igualdade e oportunidades, por intermédio do desenho universal e da tecnologia assistiva.

A pesquisa mostra que 33,51% dos pesquisados afirmam ter deficiência visual. Observa-se que alguns moradores consideram o uso de lentes de correção como uma deficiência ligada a baixa acuidade visual, 26,18% apresentam deficiência física e próximo ao mesmo percentual, 25,65% com deficiências mentais e apenas 14,66% com deficiências auditivas.

Tabela nº47

TIPO DE DEFICIÊNCIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
DEFICIÊNCIA FÍSICA	50	26,18
DEFICIÊNCIA MENTAL	49	25,65
DEFICIÊNCIA VISUAL	64	33,51
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	28	14,66
TOTAL	191	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

4.7.4 EM CASO DE DOENÇA PROCURA

A garantia de direitos e em especial do direito a saúde, contém um potencial de transformação social, pois o ideário do Sistema Único de Saúde (SUS) não significa apenas assistência à saúde, mas a luta pela melhoria da qualidade de vida.

A diretriz constitucional da descentralização político-administrativa como comando único em cada esfera de governo favoreceu a organização dos sistemas municipais de saúde em todo país. Com isso houve uma ampliação significativa da rede de serviços públicos de base municipal, sobretudo na atenção primária, com o Programa Saúde da Família (PSF).

Atualmente o município de Fortaleza conta com 300 equipes do Programa Saúde da Família, sendo sua composição formada por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dentistas e assistentes sociais.

As famílias da área de melhoria buscam assistência de saúde principalmente na Unidade Básica de Saúde Dr. Célio Brasil Girão, localizada na Avenida Professor Henrique Firmeza, 82 – Cais do Porto.

Os moradores relataram que também procuram atendimento em outras unidades de saúde do entorno, porém pela maior proximidade, a mais citada foi a que fica localizada na própria comunidade.

De acordo com a pesquisa realizada na área, a maioria dos moradores declarou utilizar a unidade de saúde como forma de diagnosticar e tratar doenças, o que corresponde a 80,14% dos entrevistados. Já 17,39% dos moradores declararam recorrer ao hospital, em casos de fragilidade da saúde. As opções farmácia e benzedeira foram pouco citadas pelos moradores, de acordo com tabela abaixo:

Tabela nº48

EM CASO DE DOENÇA PROCURA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
HOSPITAL	678	17,39
UNIDADE DE SAÚDE	3.124	80,14
BENZEDEIRA	02	0,05
FARMÁCIA	94	2,42
TOTAL	3.898	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

5 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

5.1 USO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A pesquisa realizada buscou compreender, na percepção dos moradores, quais os equipamentos sociais disponíveis na comunidade e o grau da sua utilização. Objetivou-se avaliar como está estruturada a rede social do Serviluz, identificando as potencialidades e as deficiências do sistema de atendimento aos direitos da população.

O Serviluz é uma comunidade dotada de rede social, todavia, na fala da população, alguns desses equipamentos apresentam baixa qualidade de atendimento. A extensa demanda proveniente das refrações da questão social existente na comunidade, defronta-se com o desmonte das políticas públicas e faz com que grande parte da população, mesmo existindo o equipamento social, não consiga ter acesso aos serviços disponibilizados.

Os moradores reclamam opções de lazer e entretenimento. As praças da comunidade não possuem uma boa infra-estrutura e alguns moradores disseram não se sentir à vontade para passear ou mesmo tráfegar pelas praças, locais pouco iluminados e inseguros, segundos estes.

As escolas foram bem citadas na pesquisa. O levantamento institucional realizado pela Equipe Técnica Social revelou que a comunidade é bem servida de escolas com abrangência do ensino infantil e fundamental, porém é deficitária de escolas de ensino médio e creches. Esta última foi bastante citada na parte subjetiva da pesquisa, onde o morador foi instigado a refletir sobre os problemas da comunidade e seus desejos de melhoria. Não há creches públicas na área Titanzinho/ Serviluz e a escola mais próxima que atende crianças pequenas a partir dos 04 (quatro) anos é o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC Maria Felício Lopes, localizada à Rua 20 de Julho, nº 480, Vicente Pinzón, uma área um tanto distante das moradias em questão.

De acordo com Equipe de Engenharia do Programa Aldeia da Praia foi designado local próximo à área de reassentamento destinado a implantação de creche. Esta área está sendo viabilizada e esturada pela Secretaria de Educação do Município junto aos órgãos federais.

Um número reduzido de Associações Comunitárias foi citado, sendo que as mais destacadas pelos entrevistados as que possuem projetos para crianças e adolescentes, visando à promoção do esporte saudável e a profissionalização, e inserção no mercado de trabalho de jovens, através da modalidade de aprendizagem.

O Centro Social Betesda – Espaço Viva a Vida, instituição ligada à igreja Betesda, que desenvolve um trabalho através do apadrinhamento de crianças por americanos, foi lembrada enfaticamente pelos moradores. Dentro das possibilidades do espaço físicas da entidade, as crianças do Serviluz recebem reforço escolar, participam de atividades lúdicas e culturais.

Tabela nº49

USO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PRAÇA	203	4,72
POSTO DE SAÚDE	3.124	72,67
CRECHE	25	0,58
ESCOLA	774	18
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	93	2,16
POSTO POLICIAL	80	1,87
TOTAL	4.299	100,00

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

O Centro Comunitário Luiza Távora, localizado à Avenida Zezé Diogo, nº 310 no Serviluz, oferece, entre outras atividades, cursos profissionalizantes abertos à comunidade e mantém um grupo da Terceira Idade.

Esta entidade também foi lembrada expressivamente pelos comunitários. Os moradores pesquisados puderam optar por mais de um equipamento comunitário utilizado.

5.2 ENTIDADES EXISTENTES E IDENTIFICAÇÃO DA REDE SOCIAL

O processo financeiro da economia traz consigo uma série de determinações para o cotidiano da população. O Estado, responsável pela aplicação das políticas públicas, tem sua intervenção diminuída junto às camadas populares, em virtude da utilização dos recursos públicos para incentivos ao setor industrial e o pagamento dos títulos da dívida externa.

Neste contexto, o Terceiro setor, caracterizado pela atuação das Organizações não Governamentais (ONG's) vem ganhando espaço na sociedade, buscando alinhar-se nas deficiências das políticas públicas, oferecendo serviços de natureza da assistência social, saúde, educação, lazer e cultura.

Mas é dever do Estado garantir a proteção dos grupos vulneráveis através dos serviços básicos acima citados, redistribuindo da melhor forma os benefícios sociais para uma diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Foram identificados, através de visitas institucionais da Equipe Técnica Social, diversas instituições, entre OGs, ONGs e associações comunitárias que atuam na área do Serviluz e adjacências. Ver abaixo:

Tabela nº50

EQUIPAMENTOS E ENTIDADES MAPEADAS		
INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Associação dos Moradores da comunidade Titanzinho	Rua Dep.Flávio Marclio, S/N	Cultura
Associação de Moradores do Serviluz.	Rua Leite Barbosa, 1124	Cultura
Escola Beneficente de Surf Titanzinho.	Rua Ponta Mar, 15	Esporte
Conselho dos Pescadores da Colônia Z-8 no Caça e Pesca.	Av. Cesar Calls, 130	Conselho de classe
Instituto Serviluz	Zezé Diogo, 100 B	Mobilização comunitária
Associação Boca do Golfinho	Rua José Monteiro, 565	Mobilização comunitária e Esporte
Casa do Povo	Av. Zezé Diogo, 389	Mobilização comunitária
Instituto Kulturbras	Av. Zezé Diogo, 1471	Mobilização comunitária
Associação Esporte e Cidadania	Av. Zezé Diogo, 301	Mobilização comunitária e Esporte
ALOHA – Escolinha de Surf e Fabricação de Pranchas	Av. Leite Barbosa, 1018. Serviluz.	Mobilização comunitária e Esporte



Associação de Moradores do Rastro	Rua Murilo Borges, 6010	Mobilização comunitária
Associação Esportiva Atlético Combate	Rua Ponta Mar, 25	Esporte e Cultura
Associação de Moradores do Farol do Mucuripe (ASMOFAM)	Rua General Titã, 405	Mobilização Comunitária e Cultura
Associação Comunitária Vila Mar	Rua Deputado Flavio Marcílio, 26	Cultura, Esporte
União dos Jovens do Vicente Pinzón	Av. Zezé Diogo, 169. Serviluz.	Mobilização comunitária e Esporte
Centro Social Betesda – Espaço Viva a Vida	Av. Zezé Diogo, 982. Serviluz.	Mobilização comunitária, Educação e Cultura
Escola Nossa Senhora da Assunção	Av. Zezé Diogo, 1110	Educação
EMEIF Complexo São Vicente de Paulo (anexo Álvaro Costa)	Av. Zezé Diogo, 1247. Serviluz.	Educação
EMEIF Professor Álvaro Costa	Av. Vicente de Castro, 6074. Cais do Porto.	Educação
EMEIF Godofredo de Castro Filho	Endereço: Av. José Sabóia, 905	Educação
E.E.F.M Deputado Manoel Rodrigues	Endereço: Rua Oliveira Filho, Praia do Futuro	Educação
EMEIF Luis Ângelo Pereira	Rua Osmundo Cavalcante, 90.	Educação
Unidade Básica de Saúde – UBASF (Dr. Célio Brasil Girão)	Av. Professor Henrique Firmeza, 82 – Cais do Porto	Saúde
Quartel do Corpo de Bombeiros do Mucuripe - 11 SSMAR-NBL	Av. Vicente de Castro, 6074. Cais do Porto.	Serviluz
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS / Serviluz	Av. Zezé Diogo	Assistência social
Centro Vocacional Tecnológico Portuário - CVT	Praça Amigos da Marinha, s/n. Mucuripe	Capacitação profissional

Fonte: pesquisa direta na comunidade / SEINF

Ressalta-se que o relatório de visitas institucionais informando a capacidade de atendimento a demanda nos equipamentos e entidades mapeadas na área de intervenção do Programa e entorno, se encontra anexo no Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS.

A assistência social, a educação e a saúde se destacam como as principais áreas de atuação de entidades na comunidade. O Serviluz possui ainda grande número de Associações Comunitárias e organizações que objetivam trabalhar com cultura, lazer e esporte. Existem associações que funcionam como escolinhas de surf e de fabricação de pranchas voltadas para atendimento do público infantil e jovem. Os profissionais que atuam nestas associações são surfistas medalhistas, o que causa especial encantamento nas crianças e adolescentes do bairro que se espelham em grandes talentos (ídeos) das águas como Raimundo



Cavalcante, Fábio Silva, Tita Tavares, Plablo Paulino e André Silva, para citar alguns que tiveram suas histórias de vidas construídas no Serviluz/ Titanzinho.

No âmbito da Educação Ambiental, não foi identificadas instituições e/ou ONGs que atuam exclusivamente com a temática socioambiental, porém o mapeamento da rede social da área possibilitou o conhecimento de iniciativas e de atividades pontuais realizadas por algumas instituições, como a Associação Beneficiária de Surf Titanzinho, Associação Boca do Golfinho, Instituto Povo do Mar – IPOM, que inclui na sua programação, orientações sobre como descartar corretamente o lixo, importância da reciclagem, preservação dos recursos naturais, entre outros. Percebe-se que há urgência em trabalhar a temática ambiental na região, aproveitando o potencial natural da área, que induz e possibilita um amplo trabalho dessa natureza.

Em visitas institucionais para levantamento da rede de atendimento do bairro, concluiu-se que a área é bem servida de escolas públicas, o que foi reforçado pela fala dos próprios moradores que não se queixam da falta do equipamento. Por outro lado, os moradores reclamam mais creches nas proximidades, pois quase não há opções para deixar as crianças pequenas, impossibilitando a busca de emprego por parte das mães.

Para atendimento do público idoso, há grupos da terceira idade no CRAS e no Centro Comunitário Luiza Távora, onde os idosos exercitam-se (parceria com o Corpo de Bombeiros), participam de palestras informativas, trocam experiências, socializam histórias de vida e se divertem.

O terceiro setor demonstra um bom grau de articulação comunitária quando os interesses coletivos da comunidade são confrontados. Alguns episódios na história de lutas da comunidade, demonstram esta afirmação, como por exemplo, o impasse gerado pelo Governo do Estado do Ceará que tinha como proposta implementar o projeto de construção do Estaleiro, porém as organizações não governamentais e associações de bairro se uniram na luta contra este projeto, pressionando o poder público para desarticular a empreitada.

6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E ENTORNO/REASSENTAMENTO

Localizado no setor leste da cidade de Fortaleza, a área do Programa Aldeia da Praia, compreende a comunidade da Praia do Titanzinho e Serviluz e está inserida no chamado Grande Mucuripe (Mucuripe, comunidade Serviluz, Cais do Porto, Vicente Pinzón, Meireles, Varjota e Praia do Futuro I e II).

Segundo a divisão política administrativa Municipal, está vinculada a Secretaria Executiva Regional II – SER II. O Programa Aldeia da Praia será desenvolvido na área de abrangência das comunidades do Serviluz/Titanzinho.

Com efeito, existe uma incoerência na localização do Serviluz, não denominado oficialmente como bairro, mas reconhecido pela população como tal, ele está inserido tanto no bairro Cais do Porto quanto no Vicente Pinzón. Localizado entre esses dois bairros o Serviluz ainda tem subdivisões territoriais que agregam os seguintes lugares: Estivas (moradores do Cais do Porto), Comunidade do Farol, Titanzinho e Vizinho. Não obstante esta incoerência, tanto o IBGE quanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo (nº. 7.987, de 23 de dezembro de 1996) reconhecem toda essa área, incluindo o Porto do Mucuripe, como bairro Cais do Porto e o setor distribuído entre as ruas Ismael Pordeus e Engenheiro Renato Braga é tido como Vicente Pinzón.

O topônimo Serviluz, sendo uma comunidade, não pode ser considerado bairro sob a atual divisão político-administrativa da Prefeitura de Fortaleza, visto que o trecho compreendido, por ele, está inserido entre dois bairros. Todavia, pode ser estimado como um bairro popular, reconhecido e constituído a partir do “sentimento de pertença” da comunidade lá inserida. Assim, também como de alguns equipamentos sociais que se instalaram no que se denomina, apesar de não oficial, bairro Serviluz. Estes processos se estabelecem como legítimos, através das histórias de seus moradores e da ocupação do espaço.

De modo geral, o acesso imediato ao Serviluz pode ser dado através das avenidas Abolição, Vicente de Castro, Zezé Diogo, Dioguinho e Alberto Sá.

O Serviluz compreende ainda mais quatro lugares distribuídos entre as ruas mencionadas, os quais estão localizados:

1. Favela do Farol - a área contém as casas localizadas no entorno e nas proximidades do antigo farol, está inserido na confluência da Av. Vicente de Castro com a travessa Amâncio Filomeno;
2. Titanzinho - o local corresponde aos antigos moradores da Praia Mansa, está situado em um espaço inserido entre as ruas São José, José Monteiro, Murilo Borges e Ponta Mar;
3. Vizinho – corresponde ao trecho localizado entre a praia mansa e o molhe do Titanzinho. É o lugar situado entre a travessa Amâncio Filomeno e Avenida Zezé Diogo;
4. Estivas – local dos antigos estivadores do porto do Mucuripe. É parte integrante do bairro Cais do Porto. Localiza-se na confluência da Avenida José Sabóia com a Rua Professor Henrique Firmeza e nas adjacências do Parque de Tancagem do Mucuripe.

6.1 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO SERVILUZ

Os primeiros assentamentos no Serviluz datam tanto do fim da década de 1940, quanto do início da década de 1950. Há suposições de que as primeiras ocupações no Serviluz são da década de 1930. De



qualquer forma, é consenso entre historiadores e também entre moradores antigos do lugar, que os primeiros assentamentos na região do Serviluz eram formados basicamente por pescadores e imigrantes do interior do Estado.

A denominação Serviluz remota a construção da Autarquia Municipal de Serviço de Luz e Força de Fortaleza (SERVILUZ) no ano de 1954, quando a Prefeitura de Fortaleza assume os serviços de iluminação pública, avocando o fornecimento de energia municipal. Localizava-se nas imediações do antigo farol, em uma área de terrenos de marinha, que foi cedido pela união.

Dentro desse contexto, a ocupação do espaço hoje reconhecido por Serviluz aconteceu em torno do porto do Mucuripe. As primeiras intervenções no espaço aconteceram por volta de 1807, nos primeiros ensaios da construção de um porto na cidade de Fortaleza que oferecessem as melhores condições às embarcações.

Foi em 10 de agosto de 1886, iniciada a construção do porto de Fortaleza pela companhia Ceara Corporation Limited. Um quebra-mar servindo como embarque e desembarque foi construído no ano de 1887, mas seu desempenho foi prejudicado devido à intensidade de sedimentos acumulados no entorno deste empreendimento. Em consequência dos transtornos ambientais, causados principalmente pela incidência das areias que se moviam e aterravam, pesquisas foram realizadas em outras áreas que oferecessem a instalação de um novo porto. Mas, foi apenas em 1939, que foi dado início à construção do novo porto, aproveitando a geomorfologia de um promontório (ponta) na enseada do Mucuripe, que se apresentava como melhor local para instalação de acordo com o Decreto de número 504, de 7 de Julho de 1938.

Em vista a expectativa da construção das obras portuárias, o novo Porto atraiu um contingente de pessoas que viam em seu entorno uma funcionalidade que agregava meio de vida e residência. Os mais atraídos pelas possibilidades do Porto e de suas atividades subjacentes, foram os “excluídos”, marginalizados da sociedade. Além disso, o porto foi um local de refúgio para as populações de pescadores expulsos de suas primeiras ocupações, na antiga Rua da Frente, hoje, Avenida Beira-Mar.

Por volta do ano de 1947, foi realizado um levantamento topográfico do trecho situado entre a Igreja São Pedro e o Porto de Mucuripe, objetivando, posteriormente, a construção de uma avenida ligando a Praia de Iracema ao Mucuripe. Nesse trecho havia residências, tanto de casebres como de casas valorizadas pelo mercado imobiliário. Em decorrência da construção da avenida, os casebres tiveram que ser desapropriados, e a população migrou para a área em torno do Farol Velho. As primeiras construções residenciais nas proximidades do Farol antigo e do Porto foram anteriores ao início das construções tanto do Porto quanto da Usina do Mucuripe.

Os equipamentos relacionados ao Complexo Portuário do Mucuripe foram um atrativo para construção do Serviluz, hoje dividido entre os bairros Cais do Porto e Vicente Pinzón. Além disso, o porto foi um local de refúgio para as populações de pescadores expulsos de suas primeiras ocupações.

Dessa forma, a constituição do lugar Serviluz aconteceu por meio de um crescimento populacional espontâneo, por uma população que fluía em busca de um lugar para fixar moradia e possibilidades de sobrevivência em meio às adversidades sociais. Os primeiros habitantes do Serviluz ocuparam “ilegalmente” o lugar, suas moradias foram construídas com recursos precários e desprovidos de infra-estrutura. Tratava-se de uma alternativa de habitação frente à falta de acesso ao mercado legal da produção de moradias.

6.2 PRAIA DO TITANZINHO

No mesmo contexto de ocupações não formais, as ocupações na atual chamada praia Mansa datam do início da década de 1970. Antes, tal praia era denominada de praia do Titã, referência à máquina Titã utilizada para deslocar as rochas que construíram os espigões do Mucuripe e do Titã (Titanzinho). Por isso hoje, a praia se chama Titanzinho. Grande parte dos moradores dessas ocupações era formada por imigrantes proveniente de diversas cidades do interior do Ceará.

A marinha em conjunto com a Companhia Docas do Ceará removeu os habitantes da praia Mansa para além do molhe do Titã, hoje Serviluz, em meados do ano 1974. O motivo alegado pela Marinha dizia respeito aos problemas naturais relacionados a subida da maré que circundavam a praia Mansa e provocavam impactos nos residentes.

A praia do Titanzinho é considerada uma das mais relevantes para os esportes do mar (surf, Wind, mergulho) que a coloca no âmbito do esporte, no topo do surf no mundo, com cinco campeões mundiais. É também ambiente de treinamento de mergulho submarino, sendo o único local da cidade de Fortaleza onde existe um aquário natural, o que a faz potencializadora de um excelente ecoturismo (a título de informação, cerca de 300 mil pessoas no Brasil, viajaram ao Caribe no ano de 2008 para apreciar a possibilidade de ver espécies em mergulho).

6.3 O FAROL VELHO

Apesar do Serviluz ter um dos patrimônios históricos da cidade, que é o farol do Mucuripe, a comunidade não desfruta de suas possibilidades turísticas, como marco da história e da cultura da cidade.

Não há na comunidade atividades de preservação da história do lugar, mesmo ainda havendo um número razoável de pescadores e moradores antigos que preservam a memória e pescadores que preservam a prática da pesca como atividades de sobrevivência e de cultura no Serviluz.

O velho Farol do Mucuripe foi construído pelos escravos entre os anos de 1840 a 1846. Uma construção em alvenaria, madeira e ferro, em estilo barroco. Uma das mais antigas edificações de Fortaleza. Foi durante muito tempo referência para embarcações que ali aportavam. O velho olho do mar, como era conhecido, foi desativado em 1957. No período de 1981 a 1982, foi reformado para abrigar o Museu do Jangadeiro, atual Museu do Farol, cujo acervo faz referência a Fortaleza Colônia. Faz parte do patrimônio histórico, sendo um dos mais belos pontos turísticos da cidade. No momento está fechada a visitação e a segurança é mantida através de dois vigilantes que se revezam na tarefa de resguardar o patrimônio.

7 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA/ REASSENTAMENTO

A caracterização das famílias beneficiárias é resultado do Diagnóstico Social que tem como finalidade possibilitar elementos de análise acerca do cenário socioeconômico, cultural e ambiental das famílias da área denominada Titanzinho/Serviluz, que compõem o reassentamento, localizada no bairro Cais do Porto, na cidade de Fortaleza-Ce, no qual está previsto o quantitativo de 1.024 famílias a serem reassentadas. Porém, foram identificadas até o momento, para fins de pesquisa, apenas 860 famílias, destas 791 são unidades habitacionais e 69 são coabitações, sendo 377 no Titanzinho e 414 no Serviluz. Foram pesquisadas, sem pendências, 714 famílias que serão reassentadas, destas 64 configuram-se coabitações e 146 se configuram como pendências de cadastros, pois seus respectivos proprietários não foram localizados, correspondendo a 16,98% as pendências.

O presente documento pretende apontar indicadores e possibilidades para direcionar a elaboração do Projeto de Trabalho Técnico Social que esteja adequado as necessidades da população e área pesquisada, o qual o Programa Aldeia da Praia prevê como componentes a proposta de Requalificação Urbanística, Melhorias Habitacionais e Construção de Unidades Habitacionais, beneficiando as famílias enquadradas no perfil de baixa renda.

O Diagnóstico em questão é composto por duas etapas distintas: na primeira, foi feito um resgate histórico da comunidade em questão, onde se buscou compreender as lutas internas e a dinâmica social que deram origem a comunidade Serviluz. Na segunda etapa, o estudo volta-se para a análise dos dados

levantados na pesquisa de campo, que compreende a caracterização da comunidade beneficiária, no seu aspecto social, econômico, cultural e ambiental.

Neste sentido, foram identificadas, através da tabulação das informações cadastrais, as características com relação à faixa etária, gênero, trabalho e renda, escolaridade, condições de saúde, infraestrutura dos imóveis e do seu entorno. Também foram contempladas análises acerca da organização comunitária, utilização dos equipamentos sociais, percepção dos moradores sobre a comunidade e expectativas em relação às melhorias habitacionais e urbanísticas.

A área delimitada para a aplicação dos formulários da pesquisa cadastral junto às famílias do reassentamento corresponde a dois trechos situados ao longo da comunidade Serviluz, sendo abrangidas as áreas Titanzinho, demarcada pelo Farol Velho até o Espigão, enquanto o segundo trecho encontra-se na área Serviluz, limitada pelo espigão do Titanzinho, que compreende a Rua Leite Barbosa até a Rua Ismael Pordeus.

No Titanzinho as famílias a serem reassentadas estão concentradas, e, na área do Serviluz estão previstas melhorias habitacionais, tais como: drenagem, pavimentação, iluminação, construção de via paisagística. Tais intervenções resultarão na necessidade de reassentamento de algumas famílias, que não estão concentradas em uma mesma área.

A pesquisa de campo realizada junto às famílias beneficiárias na área de intervenção do Programa ocorreu durante um período de 02 (dois) meses, tendo início no dia 01 de junho de 2011 e término no dia 31 de julho de 2011, sendo que na área do Titanzinho a pesquisa iniciou no dia 01 de junho de 2011 e terminou no dia 09 de junho de 2011, percorrendo as seguintes etapas:

- 1) Visitas técnicas para reconhecimento da área de intervenção e verificação dos serviços de urbanização existentes:** Durante as primeiras visitas, foram registradas as potencialidades e os principais problemas ambientais e socioeconômicos existentes. As visitas proporcionaram à equipe o conhecimento físico do local, a compreensão da dinâmica da área ocupada com o meio ambiente, com o próprio bairro e a cidade.
- 2) Mapeamento da rede social existente na área de intervenção e entorno:** Nesse período foram realizadas visitas às instituições e equipamentos sociais existentes tanto na área de melhorias habitacionais como de reassentamento;
- 3) Identificação das lideranças locais e construção de uma rede comunicativa integrada entre o Projeto e os mediadores comunitários da área:** As lideranças comunitárias também foram identificadas durante esse processo, inclusive participando de reuniões e encontros agendados

pela equipe para a discussão e apresentação da proposta do Programa Aldeia da Praia. Dessa forma, os encontros realizados sempre aconteceram de forma bastante participativa, onde os mesmos estavam sempre dispostos a interagir e colaborar, contribuindo muito para a compreensão de como ocorreu o processo de ocupação. Os líderes contatados, seja do setor formal ou informal, sempre estiveram na luta e na defesa das melhorias da comunidade Serviluz;

- 4) **Congelamento e cadastramento da área:** A Equipe realizou a marcação dos imóveis, atribuindo um número de PMF - Prefeitura Municipal de Fortaleza, a todos os imóveis cadastrados;
- 5) **Pesquisa socioeconômica nas residências:** Para atingir tal objetivo, fez-se a opção pela pesquisa qualitativa, tentando privilegiar o relato oral da população cadastrada.

7.1 DEFINIÇÃO DA POLIGONAL DA ÁREA E DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A praia do Titanzinho caracteriza-se como uma área de risco devido à proximidade da orla, além da situação de extrema vulnerabilidade social à que as famílias são expostas, uma vez que se pode observar alto índice de violência, criminalidade, tráfico de drogas, condições precárias de moradia, dentre outros problemas sociais. Tendo em vista a fragilidade e precariedade das habitações, a equipe priorizou o Titanzinho como área de reassentamento. Outro fator importante é a dificuldade em implantar saneamento básico – rede de esgoto na área.

Observou-se também a necessidade de intervenção no restante da Comunidade que corresponde à área do Serviluz, que em alguns pontos apresenta vulnerabilidades semelhantes às identificadas no Titanzinho. Porém, essa área possui melhores condições de implantação de melhorias de infraestrutura.

Portanto, levando em conta as necessidades da comunidade, os critérios e condições orçamentárias, a equipe de engenharia fundamentalmente priorizou todo o Titanzinho como área de reassentamento, tamanha a necessidade de intervenção no local. Ressalta-se que a área corresponde ao lugar onde será implantado o Jardim da Praia.

Após realização de previsões estatísticas na área para atestar o número de imóveis por metro quadrado que possuem necessidade de reassentamento ou melhorias habitacionais, foi possível delimitar uma área de intervenção capaz de atender a demanda habitacional e social da comunidade. A Poligonal do Serviluz ficou definida correspondendo às áreas próximas a beira mar, tendo início da rua Leite Albuquerque, indo até a rua Ismael por Deus.



No que se refere à construção do instrumental de pesquisa, a Equipe Social/PMF optou por um modelo de BIC (Boletim de Informações Cadastrais) já utilizado em outros projetos com comunidades semelhantes. Salientamos que este instrumental terá dados complementares a partir das assembléias com a comunidade.

7.2 EQUIPE DE PESQUISADORES E CAPACITAÇÃO DA EQUIPE

O trabalho de campo foi realizado pela Equipe Técnica Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura – SEINF, através dos pesquisadores com formação em Serviço Social e estagiários da respectiva área. No total, participaram da pesquisa 12 Assistentes Sociais e 07 estagiárias de Serviço Social. A composição da Equipe Técnica que participou da pesquisa consta no Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia, entregue no dia 31 de janeiro de 2012 à GIDUR/CEF.

É importante destacar que a maioria dos profissionais que constituíram a Equipe Técnica Social possui experiência e vivência em outros projetos urbanísticos nas áreas de habitação e/ou saneamento básico. Como forma de garantir a realização de um bom trabalho, a Equipe Técnica teve vários momentos de capacitação e esclarecimento:

- Encontro com os técnicos da Unidade de Gerenciamento de Projetos/SEINF, em que foi apresentada a proposta do Projeto de Intervenção detalhado, estudo do mapa da poligonal de intervenção com a definição estratégica do congelamento da área;
- Informação sobre o plano operacional da pesquisa de campo, como definição de horário, acompanhamento da Defesa Civil/SER II, patrulhamento da área pela GPM do bairro Serviluz, precauções na área, bem como orientações em possível situação de emergência;
- Apresentação do instrumental de pesquisa (Boletim de Informações cadastrais – BIC) e esclarecimento de cada campo do formulário, com retirada de dúvidas. Porém, a atualização de informações aconteceu em diversos momentos, sempre que se apresentavam situações que necessitasse uma análise conjunta, a fim de fazer os devidos ajustes as mudanças de percurso.

Participaram do processo de pesquisa de campo os seguintes profissionais:

	Nome	Formação	C.H
01	Daniele de Almeida Teodoro	Serviço Social-CRESS/ 4374	30H
02	Daniele de Oliveira Costa Bacelar	Serviço Social-CRESS/ 3027	30H



03	Eveliza Maria Barbosa Lima	Serviço Social-CRESS/ 4438	30H
04	Flavia Karlene Batista Cordeiro Santiago	Serviço Social-CRESS/ 4016	30H
05	Livia Cavalcanti Adeodato	Serviço Social-CRESS/ 4498	30H
06	Mara Derlane Vieira Brito	Serviço Social- CRESS/ 2077	30H
07	Marcelo Pereira Rebouças	Serviço Social-CRESS/ 5002	30H
08	Rebeka de Moraes Pinheiro	Serviço Social-CRESS/ 4501	30H
09	Rejaneide Maria Almeida da Silva	Serviço Social-CRESS/ 2431	30H
10	Samara Alves Sousa	Serviço Social-CRESS/ 3190	30H
11	Tatiana da Silva Nogueira	Serviço Social-CRESS/ 4190	30H
12	Yara Maria Bernardes Monteiro	Serviço Social-CRESS/ 4170	30H
13	Daniele Holanda Pinheiro	Estagiária de serviço social	20H
14	Fernanda Maria Vasconcelos	Estagiária de serviço social	20H
15	Flávia Juliana Holanda Feitosa	Estagiária de serviço social	20H
16	Juliana Menezes de Sousa	Estagiária de serviço social	20H
17	Leilanne Viana de Souza	Estagiária de serviço social	20H
18	Maria Erica ribeiro pereira	Estagiária de serviço social	20H
19	Renata lima Tavares	Estagiária de serviço social	20H

* Vale ressaltar que essa lista refere-se à equipe social no período da pesquisa de campo, destaca-se que a composição inicial sofreu algumas alterações.

É importante destacar que a Equipe Social esteve disponível na comunidade mesmo após a realização do trabalho de campo para o preenchimento dos formulários da pesquisa, onde as famílias que não foram pesquisadas, por motivos diversos, tiveram a oportunidade de solucionar a pendência em períodos noturnos e aos finais de semana. A equipe técnica social permanece na área e continuará até o final do Programa.

Houve a contratação de pessoal de nível médio para digitação dos dados do cadastro sócioeconômico no Sistema de Acompanhamento de Projetos Sociais.

A seguir, apresentamos nos tópicos abaixo, dados e informações relevantes e atuais que caracterizam a realidade socioeconômica dessa população.

Torna-se necessário esclarecer que os cadastros dos imóveis comerciais (14), assim como as ONGs (02) foram realizados somente para fins de caracterização de todos os imóveis que se encontravam na poligonal de intervenção e inclusão no diagnóstico, não havendo a possibilidade de sofrerem intervenção de reassentamento pelo Programa Aldeia da Praia. Na área de reassentamentos esses imóveis serão indenizados.



As novas reconfigurações da dinâmica familiar estabelecem a complexidade das relações entre os membros, uma vez que na esfera privada, espaço de distribuição de afetos, as relações de gênero também complexificam-se, posto o dinamismo do contexto da realidade.

Esse processo de disputas constitui-se pelas diferenças de poder entre os sexos, por uma condição de gênero, e no campo afetivo implica pela conquista e ampliação de espaços que garantam amor e proteção aos membros da família, considerando não apenas como necessidades básicas da condição humana, mas como um direito de toda e qualquer pessoa.

Reconhecendo, pois a família não apenas como espaço de produção, distribuição e reprodução do afeto, mas assumindo também função econômica e socializadora de valores e costumes. Ressaltamos que de acordo com o art. 227 da Constituição Federal a proteção cabe também ao Estado e a sociedade além da família.

Nessa dimensão há um estímulo da relação entre os sentimentos de amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio entre os membros, sentimentos esses ambíguos e vivenciados em um campo de contradições.

As famílias do Serviluz são em sua maioria chefiadas por mulheres. Com uma grande predominância de jovens desempregados e muitos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda. A escolaridade é baixa, o que caracteriza também a grande precariedade na profissão dos chefes de família que ocupam empregos com baixos salários.

Diante do exposto, segue a análise dos dados obtidos na comunidade beneficiária.

7.3 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

Fortaleza é a 5ª cidade mais populosa do Brasil, desde o ano de 2000, segundo dados do IBGE. Com mais de 2,5 milhões de habitantes, é uma cidade dita jovem, com o maior número de pessoas inseridas na faixa etária de 20 a 29 anos (cerca de 500 mil), seguido pela faixa que compreende dos 10 aos 19 anos (cerca de 227 mil).

Analisando as famílias que serão reassentadas por intervenção do Programa Aldeia da Praia, na comunidade Titanzinho e Serviluz, identifica-se que 51,70% da População é do sexo feminino e 48,30% do masculino, remetendo uma diferença apenas de 3,40% a mais do percentual de mulheres em relação ao de homens.

Na comunidade Tltanzinho/Serviluz, pode-se observar uma faixa etária predominante dos 18 aos 39 anos de idade, que corresponde a 37,73% da população total, caracterizando o Serviluz como uma comunidade bastante jovem. Já as crianças correspondem a 24,44% da população, sendo observado durante as visitas de campo o grande quantitativo dessa população nas ruas. A população idosa corresponde a 6,77% dos moradores da comunidade. Observe a tabela:

Tabela nº51

SEXO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)											
	0 - 11	%	12 - 17	%	18 - 39	%	40 - 59	%	>60	%	TOTAL	%
Masculino	259	50,48	140	44,87	388	48,99	154	45,30	73	51,4	1014	48,30
Feminino	254	49,52	172	55,13	404	51,01	186	54,70	69	48,6	1085	51,70
Número de Pessoas	513	100	312	100	792	100	340	100	142	100	2099	100
%	24,44		14,86		37,73		16,20		6,77		100,00	

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.4 POPULAÇÃO E ESCOLARIDADE

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/ 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo caiu em 1,8% entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. A meta do país, definida em um acordo estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é chegar à taxa de 6,7% de analfabetismo em 2015.

Segundo dados do censo demográfico do ano de 2000, a cidade de Fortaleza teve uma melhora geral no quadro de escolaridade, se comparado aos dados obtidos no censo de 1991. Todas as faixas etárias da população sofreram elevação no grau de instrução, o que foi mensurado através da quantidade de anos de estudo formal. Exemplificando, temos a faixa etária que compreende dos 10 a 14 anos de idade, com um aumento de 25,9% de pessoas com mais de quatro anos de estudo. Já na faixa dos 18 a 24 anos, temos um aumento de 15,9% de pessoas com mais de oito anos de estudo. A frequência das crianças à escola, na cidade de Fortaleza, também aumentou no período analisado.

Quanto à faixa etária e grau de escolaridade da população da Comunidade Tltanzinho/ Serviluz encontra-se assim distribuída:

Tabela nº52

POPULAÇÃO E ESCOLARIDADE													
Idade	Pré-escolar	Sem idade escolar	Pré-vestibular	Analf.	Alfa.	E.F. Com.	E.F. Inc.	E.M. Com.	E.M. Inc.	E. Sup. Comp.	E.Sup. Inc.	Curso Técnico	TOTAL
0 A 11	110	146	0	09	0	0	248	0	0	0	0	0	513
12 A 17	0	0	0	0	0	08	239	01	64	0	0	0	312
18 A 39	0	0	02	27	07	70	303	196	154	10	22	01	792
40 A 59	0	0	0	43	32	19	192	31	23	0	0	0	340
.> 60	0	0	0	55	25	01	49	08	01	03	0	0	142
TOTAL	110	146	02	134	64	98	1031	236	242	13	22	1	2099

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Os dados demonstram que 6,38% de pessoas são analfabetas ou escrevem apenas o nome. 49,12% pessoas não chegaram a concluir o ensino fundamental, e que apenas uma pequena fatia concluiu o ensino superior (0,62%) ou está em formação (1,05%). Estes números retratam o baixo nível de instrução dos moradores da comunidade alvo deste trabalho.

A comunidade que compõem a área de influencia direta do Projeto, possui 03 Escolas, duas Escola de Ensino Fundamental (Escola Professor Álvaro da Costa, localizada na Av. Vicente e Castro, nº.6074; e Escola Godofredo de Castro Filho, localizada na Av. José Sabóia),e o Complexo São Vicente de Paulo, porém em bairros vizinhos há um bom número de instituições de ensino como pode-se verificar no levantamento institucional deste instrumento de estudo.

As escolas de ensino médio são em menor número se comparadas às do ensino fundamental. A escola de ensino médio mais freqüentada é a EEFM Murilo Borges, localizada à Rua do Entardecer Número90, no bairro Vicente Pinzón. Porém, os jovens também procuram escolas na Praia do Futuro e Varjota devido a impossibilidade de transitar nos arredores da EEFM Murilo Borges, situação causada pelos problemas territoriais em decorrência da comercialização de droga, onde muitas vezes o morador de determinada rua não pode transitar em outra.

Outra carência educacional está na quantidade de creches-escola. A mais próxima é o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) – Maria Felício Lopes, localizada à Rua 20 de Julho nº 480, Vicente Pinzón.

7.5 TITULARIDADE DO CADASTRO

Tendo como referência a orientação do Governo Federal, que vislumbrou a importância de dar centralidade a mulher através dos programas e projetos sociais, o Programa Aldeia da Praia adotou durante todo o processo de cadastramento o mesmo posicionamento, priorizando a titularidade feminina. Voltar esse olhar para a mulher, é uma estratégia adotada pelo governo nacional e organismos internacionais, uma vez percebidas às condições sócio-históricas em que a mulher foi subjugada, sobretudo pela figura masculina, o que ao longo da história a condicionou dentre outros determinantes a um empobrecimento feminino, sobretudo quando se trata de recursos financeiros.

Ao longo da construção histórica de homens e mulheres, às sociedades definiram e determinaram o lugar que ocupariam na sociedade, logo quando falamos de um período patriarcal que deixou marcas, estamos diante de um conservadorismo, sexismo, da submissão feminina e a formação de uma mulher preparada para os afazeres domésticos, cuidando da casa, do marido e dos filhos, ou seja, enquanto o homem saía para trabalhar, a mulher ficava em casa.

Apesar de inúmeras conquistas femininas, como a inserção no mercado de trabalho, lutando e conquistando direitos, ainda hoje, no cenário contemporâneo a mulher sofre com preconceitos, quando recebe salários menores, mesmo ocupando cargos mais elevados que os homens, ou tem sua figura explorada pela mídia, sendo considerada apenas como objeto, são ranços da construção conservadora e machista.

Diante desse cenário, o governo propôs e adotou o nome da mulher nos cadastramentos de programas e projetos sociais, porque reconhece a importância da mesma no seio familiar, enquanto mulher, mãe e esposa, além de buscar também romper com esse lastro e reflexos históricos.

Experiências como o programa Bolsa Família em nível federal, o inclusão produtiva em nível local e a própria Política Habitacional, tornaram-se referências e até hoje se reproduz a lógica da titularidade feminina.

Em vista desta realidade, as mulheres ganharam preferência na titularidade de todos os programas sociais, inclusive na Política Habitacional, um dos focos do Programa Aldeia da Praia.

Assim, temos os seguintes dados tabulados: 61,20% dos cadastros têm titularidade feminina e 38,80% titularidade masculina.

Tabela nº53

TITULARIDADE DO CADASTRO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%

MASCULINO	277	38,80%
FEMININO	437	61,20%
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.6 VÍNCULO DO TITULAR COM O CHEFE DE FAMÍLIA

A titularidade dos cadastros tem preferência feminina, porém os principais provedores da família, muitas vezes, não são os titulares. Há uma natural tendência de se considerar chefe de família àquele ente que trabalha e contribui com mais veemência no orçamento. Porém, constata-se que o conceito de chefia ainda sofre influências diretas da configuração das famílias patriarcais e ditas machistas: o homem ainda é uma figura marcante e sempre lembrada. Mesmo que a mulher seja a única que trabalha, não raras vezes, o companheiro é apontado como responsável pelas principais decisões.

Além das questões de gênero, outras estão intrinsecamente envolvidas no seio familiar e que definem a chefia desta. Por vezes, o chefe de família seria àquele que toma decisões, e/ou trabalha, e/ou é o proprietário da casa, quando o imóvel foi adquirido com recursos individuais ou foi fruto de herança. Este indicador, portanto, é algo pessoal e que vai de acordo com a percepção de cada entrevistado.

A pergunta acerca da chefia era realizada diretamente ao titular e lhe cabia ponderar acerca desta questão, uma vez que muitas eram as percepções do que é ser chefe de família. Por vezes, este seria aquele que toma decisões e/ou trabalha, e/ou é o dono da casa, quando o imóvel é fruto de herança ou foi comprado com recursos próprios. Este indicador, portanto, é algo pessoal e que vai de acordo com a percepção de cada entrevistado.

Assim, temos os seguintes dados: 84,88% de titulares do cadastro são chefes de família, enquanto 12,74% dos titulares são companheiros (a) dos chefes de família. Isso se deve a titularidade feminina, já citada, que garante à mulher a prioridade no cadastro, mesmo não sendo a principal mantenedora do lar.

Tabela nº54

VINCULO TITULAR DO CADASTRO COM CHEFE DE FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CHEFE	606	84,88
COMPANHEIRO(A)	91	12,74
ENTEADO	01	0,14



NETO(A)	01	0,14
PAI/MÃE	05	0,70
IRMÃO/IRMÃ	01	0,14
OUTROS FAMILIARES	05	0,70
OUTROS NÃO FAMILIARES	0	0,0
FILHO	04	0,56
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.7 NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA

O Planejamento familiar é a maneira mais consciente e correta de evitar uma gravidez indesejada, e não se limita apenas a liberação de métodos contraceptivos, mas também ao acompanhamento sistemático das famílias, conscientização acerca da redução de vulnerabilidades e aumento da qualidade de vida.

Os métodos contraceptivos estão cada vez mais acessíveis à população, tanto a questão informativa, como a distribuição gratuita de métodos contraceptivos de barreira, como preservativos masculino e feminino, pílula anticoncepcional, laqueadura, implantação do Dispositivo Intra Uterino (DIU) na rede pública de saúde, entre outros, que impedem temporariamente a gravidez, ou a esterilização, para evitar a gestação de modo definitivo.

Conforme os dados indicados na tabela abaixo, a maioria das famílias que serão remanejadas está enquadrada no perfil de famílias pouco numerosas, pois do total de famílias entrevistadas, 36,27% possuem de 02 a 03 membros na composição familiar, 28,43% apresentam em sua estrutura de 04 a 05 pessoas, caracterizando famílias numerosas. O percentual de 12,33% corresponde a famílias acima de 05 pessoas.

Tabela nº55

NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
01 PESSOA	164	22,97
DE 02 A 03 PESSOAS	259	36,27
DE 04 A 05 PESSOAS	203	28,43
ACIMA DE 05 PESSOAS	88	12,33
TOTAL	714	100,00%

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.8 NÚMERO DE MEMBROS POR FAIXA ETÁRIA

Analisando o número de membros em relação à faixa etária dos moradores cadastrados na área de intervenção do reassentamento, podemos observar que o maior número de habitantes está entre a faixa de 18 a 39 anos (37,73%), e a minoria corresponde ao número de pessoas acima de 60 anos (6,76%).

As crianças (0 a 11 anos) estão inseridas, em sua maioria, nas famílias de 04 a 05 pessoas, representando 44,83%, ou seja, 230 indivíduos. Os adolescentes de 12 a 17 anos, também são integrantes, na maior parte, de famílias de 4 a 5 membros, apresentando um percentual de 48,39%, isto é, 151 pessoas. Os adultos de 18 a 39 anos aparecem com maior frequência nas famílias de 2 a 3 pessoas, mensurando 40,86%, ou, 320 jovens adultos. Da mesma forma, aparecem os indivíduos de 40 a 59 anos de idade, onde também são mais bem representados através das famílias de 2 a 3 pessoas com 136 pessoas (40,00%).

Com o percentual de 42,25%, os idosos (pessoas igual ou acima de 60 anos) estão inseridos, principalmente, nas famílias de 2 a 3 membros e, em segundo lugar, nas famílias com configuração de somente 01 membro, perfazendo um total de 25,36%, ou seja muitos idosos moram só.

Tabela nº 56

NÚMERO DE MEMBROS POR FAIXA ETÁRIA												
ESPECIFICAÇÃO	0 - 11	%	12 - 17	%	18 - 39	%	40 - 59	%	>60	%	TOTAL	%
01 PESSOA	0	0	1	0,32	67	8,22	60	17,64	36	25,36	164	7,81
DE 02 A 03 PESSOAS	169	32,94	83	26,61	320	40,86	136	40,00	60	42,25	768	36,59
DE 04 A 05 PESSOAS	230	44,83	151	48,39	290	36,81	95	27,94	26	18,30	792	37,73
ACIMA DE 05 PESSOAS	114	22,23	77	24,68	115	14,11	49	14,42	20	14,09	375	17,87
TOTAL	513	100	312	100	792	100	340	100	142	100	2099	100
TOTAL %	24,45		14,87		37,73		16,19		6,76		100	

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.9 SITUAÇÃO DO IMÓVEL POR NÚMERO DE MEMBROS

Muitos são os fatores que se articulam para que a falta de moradia seja uma realidade nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento: a falta de programas de interesse social, a especulação de habitações e de terras, a migração urbana não planejada.

Considerando que os grupos familiares compostos de 2 a 3 pessoas somam 768 famílias, 523 responderam que moram em casa própria e 208 disseram morar em casa alugada. Considerando ainda as

famílias de 4 a 5 pessoas, que juntas, somam um total de 792 famílias, 556 afirmaram morar em casa própria, e apenas, 197 em casa alugada.

Os moradores que moram sozinhos somam 164, ou seja 7,81%, destes 109 moram em casa própria e 46 vivem em situação de aluguel.

Tabela nº 57

SITUAÇÃO DO IMÓVEL POR NÚMERO DE MEMBROS												
ESPECIFICAÇÃO	PRÓPRIO	%	HERANÇA	%	CEDIDO	%	OCUPADO	%	ALUGADO	%	TOTAL	%
01 PESSOA	109	7,44	05	16,13	04	5,56	0	0	46	8,67	164	7,81
DE 02 A 03 PESSOAS	523	35,69	07	22,58	30	41,67	0	0	208	39,18	768	36,59
DE 04 A 05 PESSOAS	556	37,96	13	41,94	26	36,11	0	0	197	37,09	792	37,73
ACIMA DE 05 PESSOAS	277	18,91	06	19,35	12	16,66	0	0	80	15,06	375	17,83
TOTAL	1465	100	31	100	72	100	0	0	531	100	2099	100
TOTAL %	69,79		1,48		3,44		0		25,29		100	

7.10 DADOS DO CHEFE

Seguem abaixo dados dos chefes de família apontados pelas famílias visitadas. Os dados são importantes na construção de um perfil geral dos chefes de família pesquisadas nas comunidades do Titanzinho e Serviluz.

7.10.1 FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA

No Ceará, no ano de 2003, a grande maioria dos chefes de família das classes empobrecidas estava enquadrada na faixa etária que vai dos 25 aos 44 anos de idade, sendo que os homens somavam 56,9% e as mulheres 48,3%, segundo a classificação por gênero. Em 2º lugar, segue-se a faixa etária que compreende dos 45 aos 59 anos, onde os índices são, respectivamente, para homens e mulheres: 26,4% e 30,9%.

Analisando o panorama nacional, temos uma constante no que diz respeito as faixas etárias dos chefes de família. Assim como no Ceará, os chefes são, em maioria, enquadrados na faixa dos 25 aos 44 anos (59,2% de homens e 50,7% de mulheres), seguido pela faixa dos 45 aos 59 anos. (24,4% de homens e 28,6% de mulheres).



Observa-se que, tanto no Brasil, como no Ceará, os homens têm predominância na chefia das famílias. Na área reassentamento 50,98% dos chefes de família estão na faixa de 18 a 39 anos, e somente 14,99% possuem mais de 60 anos.

Tabela nº 58

FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
0-11 ANOS	0	0,0
12-17 ANOS	07	0,98
18-39 ANOS	364	50,98
40-59 ANOS	236	33,05
ACIMA DE 60 ANOS	107	14,99
TOTAL	714	100,00%

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.2 ESTADO CIVIL DO CHEFE DE FAMÍLIA

No século XX houve grandes realizações que refletiram imensamente na sociedade, sendo o Direito, portanto, obrigado a seguir essa evolução para assim poder regular os fatos sociais. Nessa conjuntura, fixaram-se os ideais de respeito à dignidade da pessoa humana, que, no direito de família, manifestou-se através da legitimação dos filhos havidos fora do casamento, da maior liberdade dada à mulher e, mais importante para o presente estudo, a elevação da união estável ao nível de entidade familiar. O grande instrumento propiciador dessa evolução foi, sem dúvida, a Constituição Federal de 1988. Desviou-se da família o enfoque patrimonializado, concentrando-a sob o aspecto da pessoa humana.

Observa-se, portanto, que, 19,47% dos chefes de família são casados, 6,16% são separados, 37,54% são solteiros, 5,88% são viúvos (as). E uma grande parte vivencia uma situação conjugal de união estável 29,55(%)

Tabela nº 59

ESTADO CIVIL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CASADO (A)	139	19,47



UNIÃO ESTÁVEL	211	29,55
DIVORCIADO (A)	10	1,40
SEPARADO (A)	44	6,16
SOLTEIRO (A)	268	37,54
VIÚVO (A)	42	5,88
TOTAL	714	100,00%

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.3 RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA POR SEXO

Existe um grande desnível de tratamento entre homens e mulheres que se deve principalmente ao modelo familiar de patriarcalismo, em que o homem sempre acumulou riqueza em detrimento das mulheres. Esse processo acabou criando, em escala mundial, certa feminização da pobreza. Hoje, 70% dos pobres no mundo são mulheres.

Mesmo representando 51% da população mundial e brasileira, as mulheres ganham menos que os homens, têm pouco poder de decisão nas políticas públicas do País, sofrem violência de seus parceiros e muitas vezes sofrem jornada dupla ou tripla de trabalho.

A ONU entende que potencializar o papel da mulher nos cargos diretivos, setor produtivo pode ser a chave para reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015. Esse inclusive é um dos oito “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” adotados pelo organismo internacional em 2000.

A realidade brasileira das famílias atendidas por programas sociais evidencia que as mulheres tornaram-se chefes de seus lares. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho também é um dos fatores responsáveis pelos índices, pois permite que as mulheres assumam sozinhas ou com a presença de um companheiro, o sustento de um lar. Cada vez mais as mulheres brasileiras tornam-se chefes de família, participam do mercado de trabalho e continuam acumulando a maioria das tarefas domésticas.

O universo pesquisado demonstra que as famílias chefiadas por mulheres totalizam 60,79%, enquanto que os homens chefes de família ficaram reduzidos a 39,21%:

Tabela nº60

RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA POR SEXO																
ESPECIFICAÇÃO	SEM RENDA	%	0 – 1/ 2 SM	%	½ – 1 SM	%	1 – 2 SM	%	2 – 3 SM	%	3-4 SM	%	> 4 SM	%	TOTAL	%
MASCULINO	16	14,55	18	13,95	123	41,00	91	65,94	16	88,89	10	83,83	06	85,71	280	39,21
FEMININO	94	85,45	111	86,05	177	59,00	47	34,06	02	11,11	02	16,67	01	14,29	434	60,79
TOTAL	110	100	129	100	300	100	138	100	18	100	12	100	07	100	714	100
%	15,41		18,06		42,01		19,33		2,52		1,68		0,99		100	

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Como observado anteriormente, as mulheres são predominantemente chefes de famílias e sua remuneração, comprovadamente inferior à masculina, influi diretamente para o agravamento das refrações da questão social como, por exemplo, o nível de pobreza das famílias que serão beneficiadas com a execução do projeto. Observa-se que 288 mulheres recebem até um salário mínimo, e somente 01 recebem mais de quatro salários mínimos. Consta-se que 141 homens possuem renda até um salário mínimo, e apenas 6 homens recebem acima de quatro salários.

Salienta-se que os chefes de família que não tem renda, não reflete a realidade da renda familiar, na qual outros membros garantem a sustentabilidade do rendimento familiar.

7.10.4 RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA ACIMA DE 60 ANOS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o censo de 2000, divulgou que os idosos no país são hoje 14,9 milhões de pessoas, ou seja, 8,6% da população total do país. Para este órgão, é considerado idoso a pessoa com idade igual ou acima de 60 anos.

Em uma década houve o crescimento de 17% nesta faixa etária, pois em 1991 correspondia a 7,3% da população. A média de vida da população brasileira é de 68,6 anos, 2,5 anos a mais do que no início da década de 90. Presume-se que, em 2020, as pessoas com mais de 60 anos devam alcançar o número de 30 milhões, ou seja, 13%, e a esperança de vida deva aumentar para 70,3 anos.

Na área de intervenção, os dados levantados, e dispostos na tabela abaixo, nos fornecem informações quanto à renda dos chefes de família idosos. Ao todo, são 107 indivíduos nesta posição. Destes 57,95% possuem uma renda de ½ a 1 salário mínimo.

Destaca-se o índice 4,68% dos idosos que não tem renda, que justifica-se por não procurarem o direito ao benefício (BPC), ou mesmo, não declararem renda por sentirem-se inseguros quanto ao comprometimento da informação.

Tabela nº 61

RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA ACIMA DE 60 ANOS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SEM RENDA	05	4,68
0 – ½ SM	09	8,40
½ - 1 SM	62	57,95
1 – 2 SM	20	18,69
2 – 3 SM	03	2,80
3 – 4 SM	05	4,68
ACIMA DE 4	03	12,80
TOTAL	107	100,00%

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.5 CHEFE DE FAMÍLIA X DEFICIÊNCIA

Segundo dados do IBGE, através do censo demográfico de 2000, 14,5% de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 24,5 milhões. No que se refere ao tipo de deficiência, segue a ordem das mais frequentes: em 1º lugar estão as deficiências visuais, na 2º posição aparecem as deficiências motoras, em 3º as deficiências mentais e, em 4º, as deficiências físicas. O número de brasileiros que apresentam mais um tipo de deficiência está na ordem de 10 milhões.

As famílias pesquisadas indicam, 64,71% dos deficientes possui comprometimento visual, 23,53% físico, 11,76% auditivo e 0% mental. Com relação à deficiência visual, também foram considerados os moradores com baixa acuidade visual, ou seja, que apresentam algum tipo de distúrbio ocular que prejudica a visão. Este é um problema que afeta de crianças a idosos e que leva ao uso de lentes corretivas, devido aos seguintes vícios de refração: miopia, astigmatismo, hipermetropia e presbiopia.

É importante ressaltar que no Programa Aldeia da Praia, haverá uma estrutura física voltada para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência física e idosos, dispendo de vias e calçadas com depressão para passagem e rampas de acesso aos equipamentos públicos, além das adaptações nas unidades habitacionais.

Tabela n° 62

CHEFE DE FAMÍLIA QUE POSSUE DEFICIÊNCIA		
STATUS	QUANTIDADE	%
FISICA	12	23,53
AUDITIVA	06	11,76
VISUAL	33	64,71
MENTAL	0	0,0
TOTAL	51	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.6 CONDIÇÃO EMPREGATÍCIA ATUAL DO CHEFE DE FAMÍLIA

Tabela n°63

CONDIÇÃO EMPREGATÍCIA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
STATUS	QUANTIDADE	%
EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA	187	26,19
EMPREGADO SEM CARTEIRA ASSINADA	50	7,00
APOSENTADO (A)	60	8,40
PENSIONISTA	12	1,68
AUTÔNOMO	133	18,63
COOPERADO	1	0,14
EVENTUAL	52	7,28
DESEMPREGADO (A)	95	13,31
DONA-SE-CASA	109	15,27
NUNCA TRABALHOU	15	2,10
SEM IDADE PARA TRABALHAR	0	0,0
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

A tabela acima indica a situação atual do chefe de família, quanto ao seu status profissional. Foi observado que 26,19% dos chefes de famílias, ou seja, 187, foram enquadrados no campo de pessoas que exercem atividade remunerada na categoria empregado com carteira assinada, sendo a maioria dos chefes entrevistados. Um número considerável (13,31%) encontra-se na categoria de desempregados, o que pode sinalizar, na maioria dos casos, uma situação provisória. Os aposentados também foram identificados,

contabilizando 8,40%, e 7,00% de chefes entrevistados afirmam estar empregados sem carteira assinada. Dentre as pessoas que afirmaram ser chefes da família, 18,63% exercem atividade como autônomo, e , 15,27% exercem atividade não remunerada, pois se intitulam donas de casa, o que traduz o número de 109 pessoas.

7.10.7 PROFISSÃO/ATIVIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA

Profissão detém diversas acepções. Dentro do enfoque moral diz-se profissão a atividade pessoal desenvolvida ao serviço dos outros e a benefício próprio, que esteja em conformidade com a própria vocação e atenta à dignidade da pessoa humana. Observa-se assim, que as famílias foco deste estudo, apresenta uma grande precariedade em relação à profissão do chefe de família, visto que há uma grande parcela de pessoas desempregadas ou em subemprego. A maioria dos entrevistados economicamente ativos trabalham sem carteira assinada em atividades avulsas, como vendas de produtos e faxinas.

Sendo assim, é notável a quantidade de trabalhadores autônomos, 18,63%, e das donas de casa, 15,27%. É importante observar que 15,41% são chefes de família desempregados ou sem ocupação, observa-se a existência de trabalho precários dentro da comunidade Serviluz.

Tabela nº 64

PROFISSÃO/ATIVIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA		
PROFISSÃO/ATIVIDADE	TOTAL	%
PROFISSIONAIS DOMÉSTICOS	70	9,80
SERVIÇOS GERAIS	33	4,62
AUTÔNOMO	133	18,63
PROFISSIONAIS DA INDÚSTRIA	22	3,08
PROFISSIONAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	21	2,94
COMÉRCIO	25	3,50
SERVIÇOS	94	13,17
SERVIÇOS PÚBLICOS	07	0,98
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	09	1,26
APOSENTADOS, PENSIONISTAS	72	10,08
DESEMPREGADOS SEM OCUPAÇÃO	110	15,41
DONA DE CASA	109	15,27
OUTROS	09	1,26

TOTAL	714	100%
--------------	------------	-------------

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.8 MOTIVO PELO QUAL NÃO ENCONTRA TRABALHO

Vários são os motivos para que o desemprego seja uma realidade na vida de muitas pessoas: períodos de recessão financeira, que atingem diretamente o setor empresarial, o fragilizando e refletindo na reduzida oferta de vagas de emprego; baixos níveis de educação informal por parte da classe trabalhadora; informatização e robotização nos mais diversos setores da escala produtiva; falta de mão-de-obra especializada. Este último resulta em centenas de vagas ociosas nos sistemas de informação do trabalho, pois falta capacitação para assumi-las.

O desemprego é uma condição que gera subemprego, pois não encontrando vagas, os trabalhadores se submetem a atividades mal remuneradas e sem as garantias previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

As famílias pesquisadas do Titanzinho/ Serviluz há uma grande quantidade de pessoas desempregadas ou subempregadas e procurando trabalho formal. Vendedores ambulantes, garçons de barracas de praia aos fins de semana e faxineiros são alguns dos papéis assumidos por àqueles que estão à margem do mercado formal.

Analisando as pessoas que estão desempregadas ou que nunca trabalharam o motivo aparente da falta de emprego foi identificado pelos entrevistados e está indicado nas percentagens a seguir: 10,00% acreditam que não conseguem trabalho devido à idade avançada; 28,18% dizem não possuir o nível educacional exigido nas vagas; 7,28% afirmam não ter experiência de trabalho; 3,64% acham que o fato de morarem em uma comunidade estigmatizada atrapalha na empregabilidade; 11,82% dizem que não há trabalho; 1,82% crêem que não há trabalho em sua especialidade; 4,54% indicam problemas de saúde como a principal causa do seu desemprego; 0,90% apontam outras causas trabalhistas e 24,55% outras causas pessoais.

Tabela n° 65

MOTIVO DO DESEMPREGO		
STATUS	QUANTIDADE	%
POR CONTA DA IDADE	11	10,00
NÍVEL EDUCACIONAL EXIGIDO	31	28,18



FALTA DE EXPERIÊNCIA	08	7,28
LUGAR DE RESIDÊNCIA	04	3,64
NÃO HÁ TRABALHO	13	11,82
OUTRAS CAUSAS TRABALHISTAS	01	0,90
OUTRAS CAUSAS PESSOAIS	27	24,55
NÃO HÁ TRABALHO EM SUA ESPECIALIDADE	02	1,82
PROBLEMAS DE SAÚDE	05	4,54
TOTAL	110	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.9 TRABALHO E RENDA

Mediante as novas configurações e consolidação do sistema capitalista e do processo de Industrialização podemos perceber seus efeitos sobre as classes trabalhadoras, no qual surgem diversas conseqüências no mundo do trabalho, tais como: precarização e flexibilização do trabalho, através de serviços terceirizados, subcontratos, serviços temporários, aumento do trabalho feminino de forma precária e desregulamentada, inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho, dentre outros, apresentam-se como características da reestruturação produtiva, frente às variadas demandas do trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa, observou-se que diante do cenário descrito, de uma sociedade capitalista, a comunidade referida sofre com as dificuldades que atingem o mundo do trabalho, como o aumento da competitividade, exigência de maior qualificação e exclusão das pessoas menos qualificadas e especializadas, aumentando a discriminação para com aqueles que não atingem o perfil que o mercado exige, tornando mais difícil a empregabilidade dos moradores inclusive dos jovens e dos mais velhos devido a idade já avançada.

O Titanzinho, por estar localizado na faixa litorânea da cidade, apresenta a atividade pesqueira bastante desenvolvida devido ao potencial natural da região. Vale ressaltar que a pesca caracteriza-se como uma atividade de extração de organismos no ambiente aquático que é praticada ao longo dos séculos, a qual possuía, inicialmente, um caráter de subsistência, onde o homem se utilizava dessa atividade para complementar sua alimentação, sem valor comercial. Com o passar dos tempos e com o surgimento de comunidades, vilas e cidades o homem iniciou então a produção de alimentos para a comercialização e para a geração de riquezas.

De acordo com os pescadores da comunidade a atividade da pesca é uma das principais fontes de renda de muitas famílias do Titanzinho/Serviluz. Nas ruas próximas à praia é possível identificar vendedores ambulantes de peixes e mariscos e, no interior do bairro, vários estabelecimentos de tratamento e venda de frutos do mar, que empregam os moradores da região, pagando por produção.

As barracas da Praia do Futuro e da Beira Mar são responsáveis pela empregabilidade de uma parte dos moradores da área, que trabalham, muitas vezes sem carteira assinada, ou prestam serviços avulsos como garçons, garçonetes, cumins, cozinheiros, auxiliares de cozinha e auxiliares de serviços gerais, principalmente aos fins de semana. Alguns têm esta atividade como única fonte de renda, outros complementam o orçamento familiar.

A rede de flats e hotéis da Beira Mar também concentra alguns trabalhadores na área de turismo e hotelaria como camareiras, arrumadeiras, auxiliares de serviços gerais, atendentes de copa, auxiliar de lavanderia, dentre outros.

Um bom número de trabalhadores com carteira assinada estão empregados no Porto do Mucuripe e na Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste – LUBNOR, refinaria de petróleo da Petrobras. Porém, apesar da grande quantidade de indústrias e usinas do grande Mucuripe, a citar a indústria de Gorduras e Margarinas Especiais - GME, a Concreteira Engemix, a Nacional Gás Butano e o Moinho Dias Branco, a taxa de desemprego na comunidade é alta, talvez pelo trabalho especializado que os cargos demandam.

7.10.10 RENDA FAMILIAR

A tabela abaixo representa a renda das famílias da comunidade da área de reassentamento. Os dados mostram que a renda mensal de 154 famílias (21,57%), chega a, no máximo, meio salário mínimo. A maioria destas pessoas exerce atividades informais, portanto, a renda total da família é constituída de forma precária. Em outros casos, a renda do Bolsa Família é a única fonte de recurso.

As famílias que responderam possuir a renda mensal de ½ a 1 salário mínimo são a grande maioria, correspondendo a 52,80% do total. A faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos representam 20,45%. Outro dado relevante a ser observado é o das famílias que possuem a renda mensal entre 3 e 4 salários mínimos, 12 famílias do total de 714, ou seja, 1,68% informaram receber mensalmente essa renda, e acima de 4 salários mínimos, corresponde a 0,98% dos pesquisados.

Não foram identificadas famílias sem renda, pois todas as famílias pesquisadas obtinham alguma fonte de renda por menor e incerta que seja.



Importa destacar que essas 19 famílias que se encontram na faixa de renda acima de 3 salários mínimos, não refletem o perfil de famílias atendidas pelos critérios do programa. Portanto, estas famílias não serão beneficiárias do projeto, pois serão indenizadas.

Tais informações apontam que as condições de vida da população beneficiária do Projeto é precária, pois revelam que esta população em sua maioria encontra-se na linha de pobreza e que sua renda mensal torna-se incompatível com o atendimento das necessidades básicas de um ser humano.

Tabela nº66

RENDA FAMILIAR		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SEM RENDA	0	0
DE 0 A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	154	21,57
DE 1/2 A 1 SALÁRIO MÍNIMO	377	52,80
DE 1 A 2 SALÁRIO MÍNIMO	146	20,45
DE 2 A 3 SALÁRIO MÍNIMO	18	2,52
DE 3 A 4 SALÁRIO MÍNIMO	12	1,68
> 4 SALÁRIO MÍNIMO	07	0,98
TOTAL	714	100,00%

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.10.11 ORIGEM DA RENDA FAMILIAR DOS MEMBROS DA FAMÍLIA

Quando se analisa a procedência da renda das famílias do Reassentamento, percebe-se que um bom número de membros das famílias analisadas (14,77%) não possui renda, 24,09% dos moradores recebem proventos advindos de trabalhos informais. Enquanto que a maioria dos trabalhadores, 41,29% dos moradores tem a sua renda proveniente do recebimento do salário mínimo.

Uma total de 12,09% das pessoas residentes na área são amparadas pelo Programa de Transferência de Renda do Governo Federal: Bolsa-Família, identificou-se também que algumas famílias já receberam o benefício anteriormente e que possuem o Número de identificação Social – NIS. Estas tiveram o benefício cancelado devido ao descumprimento das condicionalidades do programa, principalmente a frequência mínima de 85% de carga horária mensal do ano letivo em instituição regular de ensino. Estes casos serão encaminhados aos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS do Serviluz e Mucuripe para as de

devidas providências quanto ao direito de permanência das crianças e adolescentes de 06 a 15 anos na escola.

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, o benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Passada esta informação destacamos que 3,37% dos moradores recebem o BPC IDOSO e 0,94% contam com o recebimento do BPC Pessoa com Deficiência. Conforme tabela abaixo:

Tabela nº67

ORIGEM DA RENDA FAMILIAR DOS MEMBROS DA FAMÍLIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
FAMILIARES	40	3,14
IGREJA	0	0,0
ONG'S	0	0,0
BOLSA FAMÍLIA	154	12,09
BPC IDOSO	43	3,37
BPC/PCD	12	0,94
PROJOVEM	4	0,31
FAMÍLIA CIDADÃ	0	0,0
JOVEM AMBIENTALISTA	0	0,0
SALÁRIO	526	41,29
OUTROS	307	24,09
SEM RENDA	188	14,77
TOTAL	1.274	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Ressalta-se que as origens da renda familiar provem de mais de uma fonte, sendo, portanto possível à marcação no formulário da pesquisa de mais de uma opção. A origem da renda informada não é somente do chefe, mas de todos os membros da família.

7.10.12 MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO CHEFE PARA IR AO TRABALHO

A Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza – ETUFOR é responsável pelo controle, regulação e fiscalização dos sistemas de transportes coletivos da cidade, tais como ônibus, táxi, moto-táxi e outros diversos sistemas de transportes coletivos.

Uma particularidade encontrada no sistema de transporte do Titanzinho/Serviluz é o uso de táxis que praticam o sistema de lotação, cobrando o preço de uma passagem inteira, fazendo o trajeto do bairro ao centro da cidade, local bem próximo da comunidade.

Deve se enfatizar que o sistema de transporte coletivo apresenta vantagens, como: diminuição do volume de veículos nos centros urbanos, conseqüentemente redução do trânsito, diminuição da poluição e de danos ao meio ambiente, como também custo financeiro baixo que contempla de curtas a longas distâncias, onde o usuário se desloca por um valor mais acessível.

A comunidade acaba criando meios alternativos de se deslocar, diante das dificuldades financeiras e estruturais vividas em seu cotidiano.

O transporte coletivo no Titanzinho/Serviluz inclui 3 linhas de ônibus:

- 1) Caça e Pesca / Centro (Linha 906)
- 2) Serviluz / Papicu (Linha 913)
- 3) Parangaba / Mucuripe (Linha 077)

De acordo com o resultado da pesquisa, o meio de transporte mais utilizado pelos moradores para ir ao trabalho (33,61%) é o ônibus, 12,89 % vão a pé, isso porque muitos trabalham na região do litoral e em áreas próximas as suas casas. 6,86% utilizam a bicicleta como forma de deslocamento, 2,94 % usam motos e também 2,94% se deslocam de carro. Destaca-se que em 40,76% dos casos não se aplicam, pois esse número respresenta as pessoas desempregadas, aposentados, pensionistas, donas de casas e aquelas que nunca trabalharam.

Tabela nº 68

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO CHEFE PARA IR AO TRABALHO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ÔNIBUS	240	33,61
TREM/TOPIC	0	0
À PÉ	92	12,89
CARRO	21	2,94
BICICLETA	49	6,86
MOTO	21	2,94
NÃO SE APLICA	291	40,76
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

7.11 OPÇÕES DE LAZER E CULTURA

A praia do Titanzinho localiza-se entre o Porto do Mucuripe e o antigo Farol ficando praticamente escondida entre os principais cartões-postais da capital cearense, sendo reconhecida pela sua beleza pelos moradores que a utilizam como opção de lazer e é considerada um dos maiores celeiros de do surf nacional.

Diversos fatores como problemas de saneamento básico, urbanização e violência causam a insatisfação dos moradores com o descaso e falta de preservação do ambiente, ocorrido tanto por parte das autoridades públicas, como pela própria população, dessa forma, acabam desmotivando muitos moradores a usufruir do lazer da praia com toda a potencialidade que ele oferece.

Apesar das dificuldades, os moradores se orgulham dos ídolos locais que viraram exemplo no surf mundial e tomam isso como um estímulo para tentar mudar a comunidade através do esporte. A praia do Titanzinho é o berço de diversos destaques do surf nacional como Tita Tavares, Fábio Silva, Pablo Paulino, André Silva e muitos outros nomes que renovam o esporte no país há mais de 30 anos.

Cabe ressaltar que o surf foi apontado, dentre as atividades desenvolvidas pela população local, como sendo de suma importância para o atendimento à crianças e adolescentes que encontram poucas alternativas de esporte e lazer naquela região.

Um dos grandes problemas enfrentados na comunidade é a falta de integração dos jovens com atividades de lazer e cultura devido o local apresentar altos índices de violência e criminalidade, principalmente entre o segmento jovem da população.

Um dos fatores desencadeadores apontado é a falta de estrutura e de equipamentos de lazer e cultura na área. Todavia, estas considerações não abrangem a totalidade da problemática e apesar da realidade, a própria comunidade luta para reverter esse quadro, encontrando na cultura e prática do surf importante aliado para distanciar jovens e crianças do mundo da criminalidade.

O setor urbano em questão abriga um dos patrimônios históricos da cidade que é o antigo Farol do Mucuripe, construído entre os anos de 1840 a 1846 que, por sua vez, está vinculado à reserva paisagística e ambiental do Istmo da Praia Mansa. No período de 1981 a 1982 foi reformado com o intuito de acolher o Museu do Jangadeiro, atual Museu do Farol, cujo acervo faz referência a Fortaleza Colônia e atualmente abriga peças que reproduzem os principais momentos e acontecimentos que marcaram a capital cearense, são reproduções, desenhos, fotografias, documentos, ilustrações, trechos de romances e relatos de visitantes. Entretanto, a população não desfruta de suas possibilidades turísticas e culturais, em virtude do mesmo encontrar-se fechado a visita pública.

Quando os moradores foram questionados sobre quais eram as opções de lazer utilizadas na comunidade, o maior percentual de respostas por eles citado foi o hábito de assistir televisão representando 38,60 %; seguido pelo costume de escutar música, representado por 16,10%. Um total de 11,35% dos moradores citou jogar futebol e a prática de esportes, incluindo, o surf e a pesca artesanal como opções de descontração, 13,84% freqüentam igrejas ou algum tipo associações religiosas.

Um fato que merece destaque é que apenas 1,72% da população utilizam à praça como opção de lazer, pois de acordo com o relato dos moradores, as praças não dispõem de infra-estrutura adequada para atender as demandas, tais como: brinquedos, quadras poliesportivas e equipamentos para a prática de esportes, além da falta de segurança. Destaca-se que outros meios de diversão foram citados, contudo em menor índice.

Vale ressaltar que o total de respostas correspondeu a 3259 opiniões, pois os moradores que participaram da pesquisa puderam citar mais de uma opção de lazer por eles utilizadas. Conforme se constata na tabela abaixo:

Tabela n ° 69

LAZER MAIS FREQUENTE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
FUTEBOL/OUTROS ESPORTES	370	11,35
SAIR COM AMIGOS/VIZINHOS	292	8,96
ASSISTIR TV	1258	38,60
ESCUTAR MÚSICA	525	16,10
FESTAS	169	5,19
PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO	34	1,05
FREQUENTA BARES	104	3,19
VAI À PRAÇAS	56	1,72
IGREJAS OU ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS	451	13,84
TOTAL	3259	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8 CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Durante a realização do trabalho de campo foram pesquisadas 714 famílias sem pendências em 650 unidades habitacionais e 64 se caracterizam como coabitação, ou seja, mais de uma família reside no mesmo

imóvel. Vale destacar que nas tabelas a seguir serão utilizados dados referentes ao número de famílias e em outros momentos dados correspondentes ao número de imóveis.

8.1 LOCALIZAÇÃO

A ocupação do espaço conhecido como Titanzinho/Serviluz, data de assentamentos que ocorreram tanto do fim da década de 1940, quanto do início da década de 1950. Esses assentamentos foram formados basicamente por pescadores e imigrantes vindos do interior do Estado e algumas famílias que ocupavam a praia Mansa na época e foram transferidos para a área que hoje ocupa o Serviluz. Muitos moradores tem conhecimento desse histórico e reconhecem que a área é terreno de marinha, cedido pela união, como afirmam 48,15% dos moradores entrevistados, enquanto 51,53% reconhecem que é uma área de ocupação e 0,32 % afirmaram estar localizados em leito de rua, conforme mostra a tabela:

Tabela nº70

LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
QUADRA LOTEADA	0	0
LEITO DE RUA	2	0,32
TERRENO DE MARINHA	313	48,15
ÁREA VERDE	0	0
TERRENO P/ EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO	0	0
OCUPAÇÃO	335	51,53
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.2 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

No que se refere à situação fundiária da comunidade, nenhum morador afirmou ter registro lavrado em cartório e escritura do imóvel, pois a característica de ocupação não permite a regularização fundiária. Muitos moradores citaram a importância de obter o título de posse de seus imóveis. Para que haja o processo de regularização fundiária, torna-se necessário requalificar a área provendo infra-estrutura.

A maior parte dos moradores, 50,62%, compreende que a situação fundiária do espaço por eles ocupado é público, enquanto 8,92% manifestaram ser privado e 40,46% das pessoas mostraram-se duvidosas quanto à situação e revelaram não saber. A tabela abaixo certifica tais afirmações.

Tabela nº71

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PÚBLICO	329	50,62
PRIVADO	58	8,92
NÃO SABE	263	40,46
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.3 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Conforme legislação ambiental brasileira, Área de Proteção Ambiental (APA) é aquela destinada à preservação dos recursos ambientais (fauna, flora, solo e recursos hídricos). Uma área de proteção ambiental pode apenas ter uso sustentável, ou seja, seu acesso, ocupação e exploração devem ser controlados para não prejudicar o ecossistema da área. As áreas de proteção ambiental podem ter posse e domínios público ou privado. Porém, cabe aos órgãos governamentais a fiscalização da ocupação e exploração destas áreas.

O Titanzinho/Serviluz encontra-se em vias de processo para se caracterizar uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, o que torna o lugar uma área prioritária para investimento em regularização fundiária e infra-estrutura. A maioria dos moradores pesquisados, 96,92% tem conhecimento que o Serviluz não se configura uma Área de Preservação Ambiental – APA, enquanto 3,08% afirmam que sim. Ver tabela:

Tabela nº72

ÁREA DE PRESERVAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	20	3,08
NÃO	630	96,92
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.4 TIPOLOGIA DE USO

De acordo com os dados coletados podemos constatar que a principal utilização do imóvel/edificação, 86,16% é para fins exclusivamente residenciais, enquanto 2,15% são utilizados somente para função de comércio; 11,38% das famílias fazem uso misto, ou seja, apresentam a configuração de residência e comércio; 0,31% representam as seguintes Organizações não Governamentais – ONGs, União dos Jovens do Vicente Pinzon e o anexo da Associação dos Moradores do Serviluz existentes no Titanzinho.

Torna-se necessário esclarecer que os cadastros dos imóveis comerciais (14), assim como as ONGs (02) foram realizados somente para fins de caracterização de todos os imóveis que se encontravam na poligonal de intervenção e inclusão no diagnóstico, não havendo a possibilidade de sofrerem intervenção de reassentamento pelo Programa Aldeia da Praia. Na área de reassentamentos esses imóveis serão indenizados.

Sendo assim, dos 650 imóveis pesquisados sem pendências, apenas 634 serão contabilizados para o Reassentamento.

Em relação aos imóveis mistos (74), a equipe social realizará reuniões com esse público, a fim de criar critérios de seleção para a ocupação dos pontos comerciais. Essa área comercial já está contemplada no projeto de engenharia, porém o número de pontos e o tamanho de cada um dependerá do número de selecionados pela equipe social nas reuniões citadas acima.

A extensão total da comunidade Titanzinho/Serviluz abrange muitas outras instituições (ver tabela nº 51). Ver tabela abaixo:

Tabela nº73

UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
RESIDENCIAL	560	86,16
COMERCIAL	14	2,15
ONGs	2	0,31
MISTO	74	11,38
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.5 UTILIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO IMÓVEL

De acordo com as informações colhidas no desenvolvimento da pesquisa podemos constatar que a principal utilização do imóvel/edificação apenas para fins residenciais representam um universo de 560

imóveis, destes 27,32% são alugados, 3,57% são cedidos, 2,5 % das habitações são de herança e 66,61% são próprios.

No que se refere ao proveito de imóveis para fins de uso misto, ou seja, apresentam a configuração de residência e comércio; 17,57% são alugados e 82,43% são próprios. Ver tabela

Tabela N° 74

UTILIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO IMÓVEL												
	ALUGADA	%	CEDIDA	%	HERANÇA	%	OCUPAÇÃO	%	PRÓPRIA	%	TOTAL	%
RESIDENCIAL	153	27,32	20	3,57	14	2,5	0	0,00	373	66,61	560	100
MISTO	13	17,57	0	0,00	0	0,00	0	0,00	61	82,43	74	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.6 TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO

Quando se trata da estrutura dos imóveis, observa-se que há um contraste significativo na comunidade, sendo esta constatação visível na área Titanzinho , quando pudemos perceber que grande parte dos imóveis reflete a condição de pobreza da população, pois apresentam condições estruturais muitas vezes inabitáveis e impróprias para o desenvolvimento saudável de pessoas, sobretudo de crianças e adolescentes. Quanto à composição estrutural do imóvel, a pesquisa apontou que dos 650 imóveis cadastrados, 618 são de alvenaria, 22 de taipa e 05 é casa mista, ou seja, de arranjos improvisados, tais como: taipa com tijolo, taipa com lona, etc, e apenas 05 de lona. Observa-se na tabela abaixo:

Tabela nº75

TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ALVENARIA	618	95,08
TAIPA	22	3,38
MADEIRA	0	0
LONA	05	0,76
MISTA	05	0,76
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.7 REVESTIMENTO DE PAREDE

O reboco (revestimento de cimento e areia) nas paredes de uma habitação é ideal, pois além de reforçar a estrutura, é importante para a saúde dos moradores na prevenção de doenças, uma vez que evita o esconderijo de insetos como o barbeiro (transmissor da doença de Chagas) e a barata (causadora de hepatite), e minimizam crises de alergia respiratória decorrentes do bolor e do pó.

Em se tratando de estrutura, vale salientar que na área do Tintanzinho há muitas moradias às margens da praia, muito próximas ao mar. Segundo relatos dos moradores, quando as marés estão cheias, a água avança de tal forma que alcança os fundos de algumas casas (muitas delas foram construídas com os fundos para a praia e a frente para o interior de becos) e, em outros casos, chega a adentrar alguns imóveis, fragilizando a estrutura e pondo em risco a vida das famílias.

Apesar da precariedade dos imóveis observam-se minimamente construções que utilizam papelão, madeira e plástico em sua estrutura (0,17%). A maioria dos imóveis possui reboco (54,30%), porém uma parcela destes está em mal estado, necessitando reparos. A quantidade de casas somente com pintura (29,69%) também é expressiva.

É necessário esclarecer que no item em questão (revestimento de parede), o instrumental está além da necessidade da pesquisa, pois contém a opção pintura, onde deveria conter apenas as opções reboco e sem reboco. Essa observação será acrescentada com o início das atividades de engenharia em campo.

Tabela nº76

REVESTIMENTO DE PAREDE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
COM REBOCO	353	54,30
SEM REBOCO	103	15,84
PINTURA	193	29,69
PLÁSTICO	0	0
PAPELÃO	1	0,17
MADEIRA	0	0
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF



8.8 TIPO DE COBERTURA

A comunidade Serviluz sofre com o processo de soterramento dos domicílios, principalmente em determinadas épocas do ano, sendo algumas famílias prejudicadas com a areia da praia que invade as casas, inclusive através do telhado. Desse modo, o tipo de cobertura mais utilizada pelos moradores para reduzir os danos causados pelas intempéries é a telha, forrada com plástico, sendo identificado em 84,93% dos imóveis; 13,69% apresentam o imóvel forrado e apenas 0,46% utilizam plástico/madeira e 0,92% afirmou utilizar a palha. Conforme tabela:

Tabela nº77

TIPO DE COBERTURA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
FORRADO	89	13,69
TELHA	552	84,93
PALHA	06	0,92
PLÁSTICO/MADEIRA	03	0,46
TOTAL	650	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.9 TIPO DE PISO

Em relação ao piso utilizado no imóvel, a pesquisa revela que 63,08% são cimentados; 33,69% dos imóveis têm cerâmica; e apenas 3,23% dos imóveis possuem barro batido. Ver tabela abaixo:

Tabela nº78

TIPO DE PISO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
BARRO BATIDO	21	3,23
CIMENTADO	410	63,08
CERÂMICA	219	33,69
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9 A FAMÍLIA NA UNIDADE HABITACIONAL

Morar é tão essencial quanto comer, beber, vestir e respirar; é uma necessidade básica de todo ser humano. O direito à moradia se tornou um direito humano universal a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Muitas famílias não possuem habitação, utilizando espaços públicos como moradias, outros moram em condições subumanas, sem a dignidade de um espaço próprio com acesso aos bens ambientais e comunitários.

O direito a moradia digna é um direito social importante, conquistado através de muita luta, promovida por movimentos populares organizados, e hoje está previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

Não se trata apenas da moradia em si, mas de um mínimo de qualidade e conforto que as unidades habitacionais têm que oferecer como infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e drenagem) acesso a transporte coletivo e aos equipamentos sociais como postos de saúde, hospitais, creches, escolas, posto de polícia, bombeiros, parques, teatro etc, oferecendo, assim, aos moradores uma possibilidade de melhoria contínua de suas condições de vida.

9.1 TEMPO DE MORADIA

Referente ao tempo de moradia das famílias pesquisadas, a Equipe Técnico Social buscou considerar, não somente os dados quantitativos levantados no trabalho de campo, mas também buscou elementos de análise na própria história da comunidade, onde é possível afirmar que as primeiras ocupações do Serviluz deram-se no início da década de 50, tendo a Equipe Social o privilégio de ouvir as histórias de alguns moradores que vivenciaram o processo de ocupação na área.

A maioria dos moradores pesquisados, 25,49%; residem entre 01 a 5 anos no bairro, esse dado se justifica por ser uma área de muitos aluguéis, violência acentuada, precariedade de infraestrutura, tendo que conviver com fatores diversos que os obrigam mudar constantemente de lugar, permitindo uma grande rotatividade de moradores na área; 24,93% residem entre 06 a 15 anos fato que pode ser explicado em virtude do processo de ocupação e organização comunitária; 18,07% residem na comunidade entre 16 a 25 anos. Os dados apontam ainda que 18,90% residem há mais de 26 anos na comunidade, e 12,61% residem há menos de 01 ano como mostra a tabela.

Tabela nº79

TEMPO DE MORADIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
MENOS DE 01 ANO	90	12,61
DE 01 A 05 ANOS	182	25,49
DE 06 A 15 ANOS	178	24,93
DE 16 A 25 ANOS	129	18,07
MAIS DE 26 ANOS	135	18,90
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.2 SITUAÇÃO DO IMÓVEL

Identificou-se no levantamento de dados que 68,31% dos domicílios são próprios, ou seja, pertencem ao morador entrevistado, 26,46% vivenciam uma situação de aluguel, muitas vezes em uma estrutura física precária e 3,08% são cedidos, em virtude de condições temporárias diversas. Os imóveis pesquisados que apresentavam a situação de herança contabiliza 2,15%, e não foram encontradas casas em situação de ocupação, observa-se isto nos dados da tabela abaixo:

Tabela nº80

SITUAÇÃO DO IMÓVEL		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PRÓPRIA	444	68,31
HERANÇA	14	2,15
CEDIDA	20	3,08
OCUPADA	0	-
ALUGADA	172	26,46
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.3 SITUAÇÃO DO COMÉRCIO

A pesquisa dos imóveis comerciais aponta que 57,14% são próprios e 42,86% vivenciam uma situação de aluguel, no qual para comercializar e garantir o seu rendimento familiar mensal necessitam pagar o aluguel

do imóvel em uma estrutura física precária. Alguns proprietários desses imóveis são moradores da própria comunidade.

Observa-se o resultado dos dados na tabela abaixo.

Tabela N° 81

SITUAÇÃO DO COMERCIO												
	PRÓPRIA	%	HERANÇA	%	CEDIDA	%	OCUPADA	%	ALUGADA	%	TOTAL	%
COMERCIA			0	0	0	0	0	0	6	42,86	14	100
L	8	57,14										

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.4 COABITAÇÃO

A coabitação ocorre quando, no núcleo familiar existem outras famílias ou mesmo agregados familiares convivendo em uma mesma residência. As condições financeiras desfavoráveis, desemprego, imigração de cidades do interior, entre outros são fatores desencadeadores.

A condição de coabitação é um pressuposto para inclusão das famílias no plano de reassentamento do Projeto, tendo em vista que o adensamento populacional elevado é uma característica expressiva da comunidade.

Em relação às famílias pesquisadas na área de reassentamento, constatou-se que, 9,8% vivem em situação de coabitação. A tabela abaixo indica:

Tabela nº82

COABITAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	70	9,8
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.5 SITUAÇÃO DE RISCO

Áreas de risco são áreas consideradas impróprias ao assentamento humano por estarem sujeitas a riscos naturais ou decorrentes da ação humana. Por exemplo, margens de rios sujeitas a inundação, florestas

sujeitas a incêndios, áreas de alta declividade (encostas ou topos de morros) com riscos de desmoronamento ou deslizamento de terra, áreas contaminadas por resíduos tóxicos, etc.

Essas áreas encontram-se fora da lógica especulativa urbana, onde as comunidades comportam internamente problemáticas sociais e ambientais, contraste e conflitos diversos, o que demonstra haver uma relação intrínseca entre o nível de renda e o espaço habitado.

O acesso à moradia digna não é uma realidade nessas comunidades, a começar pela propriedade da terra, que pertence à União. Constatou-se que uma mínima parcela dos moradores está em dias com o pagamento do imposto para concessão do uso do terreno de marinha. Outra realidade é a falta de recursos sanitários e de convivência comunitária.

No momento da pesquisa procurou-se conhecer a percepção do morador acerca da situação do seu imóvel, ou seja, mesmo que o documento não fosse oficial, o morador dizia que tinha a concessão do terreno pela Marinha, pois realmente acreditava nessa afirmação. Para que esse dado seja realmente constatado, a equipe social entrará em contato com a Capitania dos Portos, onde provavelmente deverá ter a informação da situação real desses imóveis.

Neste ponto da entrevista, procurou-se conhecer a percepção do morador acerca da situação do seu imóvel. Além de identificar uma possível situação de risco, o entrevistado refletiu sobre os fatores e conseqüências que se correlacionam para uma qualidade de moradia insatisfatória como riscos de alagamentos, inundações, desabamentos, entre outros. Assim, mais da metade (58,15%) dos visitados se dizem moradores de imóveis em situação de risco.

Tabela nº83

SITUAÇÃO DE RISCO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	378	58,15
NÃO	272	41,85
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.6 TIPO DE RISCO

As casas do Titanzinho estão em maior situação de vulnerabilidade, se comparadas às habitações do Serviluz, apresentando risco de inundação decorrente das marés, soterramento pela areia da praia,

desabamentos por má estrutura com risco eminente, principalmente nas quadras chuvosas, e alagamentos das vias.

Nesta área há a incidência de muitos becos, onde dezenas de casa se amontoam sem a infra-estrutura mínima para promoção da qualidade de vida dos moradores. Estes espaços são estreitos, impossibilitando o tráfego de veículos de quatro rodas como ambulâncias e carros de polícia, não pavimentados, sem saneamento básico e com a presença de animais de rua, muitas vezes portadores de doenças.

Dos tipos de risco apresentados pelos imóveis constatamos que a maioria, 95,88%, sofre com problemas relacionados a alagamentos e inundações, devido às péssimas condições de infraestrutura, de drenagem, e a proximidade do mar, que na época da “ressaca” as ondas invadem as casas, tão próximas a praia.

Tabela nº 84

TIPO DE RISCO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ALAGAMENTO	268	64,89
INUNDAÇÃO	128	30,99
DESLIZAMENTO	16	3,87
VIA FÉRREA	0	-
LINHA DE ALTA TENSÃO	1	0,25
TOTAL	413	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.7 REPAROS ESTRUTURAIS NO IMÓVEL

Os imóveis no Serviluz apresentam características típicas de habitação em áreas de baixa renda, caracterizados pela construção inacabada, ou mesmo em condições precárias de moradia, onde há uma preocupação constante em reformar e/ ou realizar algum reparo estrutural no imóvel. Dessa forma, a maioria dos imóveis passam por ampliações, por conta da necessidade de mais espaço e do aumento da família, fazem o revestimento das paredes, constroem outro andar, como forma de ganhar área edificada, entre outras.

De acordo com a pesquisa realizada, observa-se que 20,29% dos imóveis necessitam de reparos nas instalações hidrossanitárias, 17,44% no banheiro, sendo que muitos mantêm o banheiro como uma estrutura

física precária e sem finalidades sanitárias, 23,57% afirmam necessitar de pintura, 11,43% na cozinha e 7,07% outras dependências. Ver tabela:

Tabela nº 85

NECESSITA REPAROS ESTRUTURAIS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	483	20,29
PINTURA	561	23,57
COBERTA/TELHADO	387	16,26
TANQUE	94	3,94
BANHEIRO	415	17,44
COZINHA	372	11,43
OUTROS	168	7,07
TOTAL	2380	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.8 INFRAESTRUTURA DO IMÓVEL

9.8.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O sistema de abastecimento de água pode ser definido como a retirada da água da natureza, em seguida é realizada a adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades. A implantação ou melhoria de serviços de abastecimento de água traz como resultado uma rápida e sensível melhoria na saúde e condições de vida de uma cidade. Conceitualmente, é constituído por um conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados a produzir e distribuir água potável para fins de consumo seja doméstico, público ou industrial

Desta forma, a importância de um sistema de abastecimento de água pode ser avaliada através de aspectos sanitários, sociais e econômicos. No que diz respeito aos aspectos sanitários e sociais, um sistema de abastecimento visa fundamentalmente, ao: controle e prevenção de doenças de veiculação hídrica; favorecimento e implantação de hábitos higiênicos na população e adoção de práticas de limpeza pública; uso de dispositivos de engenharia que melhorem o conforto e garantam segurança, como a implantação de sistemas de esgotos sanitários, aumento da expectativa de vida da população e outros.

Sobre o abastecimento de água na Comunidade Titanzinho verifica-se que em decorrência da forma de ocupação da área existe um agravante em relação as condições de saneamento básico, relacionadas a ocupação irregular de moradias em área de praia. Alterações sofridas pelos ambientes litorâneos devido as ocupações inadequadas, em ambiente que não são, via de regra, viáveis à moradia.

9.8.1.1 REDE DE ÁGUA

No que diz respeito à rede de água, a equipe responsável pela pesquisa socioeconômica verificou que a maioria das residências, representadas por 94% dispõe de água encanada e fazem uso da rede oficial de abastecimento de água mantida pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará-**CAGECE**, mesmo as situações de ligação clandestina e somente uma porcentagem de 6% utiliza formas de abastecimento fora da rede oficial, que corresponde à utilização de poço e outros. Ver tabela:

Tabela nº86

LIGADO A REDE DE ÁGUA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	611	94,00
NÃO	39	6,00
TOTAL	650	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.8.1.2 TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No que se refere ao tipo de abastecimento de água das famílias pesquisadas, verificou-se que 75,23%, ou seja, a maioria dos domicílios possuem hidrômetro individual, enquanto 17,23% utilizam hidrômetro coletivo, 1,54% são abastecidos através das ligações clandestinas, 1,23% ainda utilizam o poço artesanal e 4,77% dos moradores afirmaram possuir outros meios de abastecimento de água. De acordo com a tabela apresentada abaixo:

Tabela nº87

TIPO DE ABASTECIMENTO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
HIDRÔMETRO INDIVIDUAL	489	75,23



HIDRÔMETRO COLETIVO	112	17,23
LIGAÇÃO CLANDESTINA	10	1,54
POÇO	8	1,23
CHAFARIZ	0	0
OUTROS	31	4,77
TOTAL	650	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.8.1.3 CONSUMO DE ÁGUA NO DOMICÍLIO

A forma em que a água é consumida nas residências constitui elemento fundamental para análise acerca das doenças que acometem a população e respondem por mais da metade das internações hospitalares na rede pública de saúde, tais como: Esquistossomose, desintéria, amebíase e hepatite A.

O acesso à água de qualidade e em quantidade adequada é uma prioridade, em especial em áreas urbanas, e está diretamente ligada à saúde da população. É importante frisar que diversas doenças têm sua origem na água contaminada e respondem por mais da metade das internações hospitalares na rede pública de saúde.

Na área pesquisada ficou claro através dos dados apresentados abaixo que 304 destas (42,58%) afirmaram utilizar água clorada sem tratamento para o consumo que corresponde à água que recebeu o tratamento da CAGECE; 90 famílias (12,60%), responderam que consomem água filtrada, 10 famílias (1,40%) afirmaram ferver a água antes de consumir.

Tabela n°88

CONSUMO DE ÁGUA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CLORADA SEM TRATAMENTO	304	42,58
OUTROS	310	43,42
FERVIDA	10	1,40
FILTRADA	90	12,60
TOTAL	714	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Estes resultados nos levam a crer que a Comunidade possui consciência sobre os riscos à saúde ao ingerir água sem nenhum tipo de tratamento, principalmente pelo fato da Comunidade não possuir esgotamento sanitário.

9.8.2 REDE DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO

O funcionamento adequado de um sistema de coleta, tratamento e destino de esgoto sanitário é um dos aspectos mais importante das questões ambientais. Caso contrário, a falta de um sistema adequado é condição para as causas primárias da alta incidência de diarreia, verminoses e outras doenças relacionadas à degradação da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.

O esgotamento sanitário requer não só a implantação de uma rede de coleta, mas também um adequado sistema de tratamento e disposição final. Alternativas de coleta mais baratas que as convencionais vêm sendo implementadas em algumas cidades brasileiras, como o sistema condominial.

A realidade da grande maioria dos domicílios das famílias pesquisadas é que a maioria (69,70%) estão ligados à rede coletora de esgoto, porém ainda há um número mínimo de domicílios 30,30 %, que não estão ligados à rede.

Tabela nº 89

LIGADO A REDE DE ESGOTO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	453	69,70
NÃO	197	30,30
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.8.2.1 TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A partir dos dados apontados na tabela abaixo, observa-se que 50,46% dos domicílios pesquisados utilizam o serviço da CAGECE (Sanear) para coletar o esgoto doméstico, enquanto 41,38% ainda fazem uso da fossa/sumidouro, 5,08% dos domicílios lançam em vala pública e 0,31% utilizam outros meios, que corresponde a lançar esgoto a céu-aberto em direção à praia e 2,77% utilizam-se de outros.

Tabela nº90

TIPO DE ESGOTAMENTO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
CAGECE (SANEAR)	328	50,46



FOSSA/SUMIDOURO	269	41,38
VALA EM VIA PÚBLICA	33	5,08
REDE DE DRENAGEM /RECURSOS HÍDRICOS	02	0,31
OUTROS	18	2,77
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.3 TIPO DE DRENAGEM

Drenagem é o ato de escoar as águas de terrenos encharcados, por meio de tubos, túneis, canais, valas e fossos sendo possível recorrer a motores como apoio ao escoamento. Os canais podem ser naturais (rios ou córregos) ou artificiais de concreto simples ou armado ou de gabião. Os sistemas de drenagem, que compreendem além dos condutos forçados e dos condutos livres podem ser urbanos e/ou rurais e visam escoar as águas de chuvas e evitar enchentes.

A canalização das águas pluviais é realizada, em sua maioria (73,85%), através de curso d'água não canalizado; outros 22,15% dos entrevistados alegaram que a forma de drenagem são as galerias subterrâneas, 2,31% somente afirmam utilizar-se de curso d'água canalizado e 1,69% sarjeta para escoamento da água.

Tabela nº 91

TIPO DE DRENAGEM		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
GALERIA SUBTERRÂNEA	144	22,15
SARJETA	11	1,69
CURSO D'ÁGUA CANALIZADO	15	2,31
CURSO D'ÁGUA NÃO CANALIZADO	480	73,85
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.4 DESTINO DO LIXO

Na sociedade em que vivemos em que é valorizado o consumo e o rápido descarte, o lixo se transforma em um problema que carece de atenção constante por parte do poder público: A eficiência do

serviço de coleta denota a preocupação com o acúmulo de lixo, potencial gerador de doenças e uma das principais causas da degradação do meio ambiente nas cidades urbanas.

O lixo é responsável por um dos mais graves problemas ambientais de nosso tempo. Seu volume é enorme e vem aumentando intensa e progressivamente, principalmente nos grandes centros urbanos, atingindo quantidades impressionantes.

A destinação incorreta do lixo, principalmente das grandes cidades gera diversos problemas sociais, ambientais e econômicos.

Em Fortaleza, cidade onde está localizada a área do Programa Aldeia da Praia, o sistema de coleta de resíduos sólidos é realizado pela Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLURB)

Dentre os serviços de natureza pública avaliados no ensejo da aplicação dos cadastros, a coleta do lixo mostrou-se o mais satisfatório na fala dos moradores. Ocorrendo, três vezes por semana.

Durante a pesquisa constatou-se que o destino do lixo é realizado através do sistema de coleta pública municipal para 94,30% dos entrevistados, enquanto que o restante dos domicílios equivalente 37 (5,7%) fazem uso de outros meios de coleta de lixo tais como: Contêiner, Terreno baldio, Enterrado, queimado, logradouro, curso d'água e passeio.

Tabela nº 92

DESTINO DO LIXO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SISTEMA DE COLETA	613	94,30
CONTAINER	8	1,24
TERRENO BALDIO	3	0,46
ENTERRADO	6	0,92
QUEIMADO	3	0,46
LOGRADOURO	5	0,77
CURSO D'ÁGUA	5	0,77
PASSEIO	7	1,08
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.5 TIPO DE SALUBRIDADE NO IMÓVEL

Quanto à situação de salubridade dos imóveis, a pesquisa revela que 58,14% apresentam condições satisfatórias de ventilação e 41,86 % dos imóveis não oferecem condições adequadas de ventilação.

Tabela nº 93

VENTILAÇÃO EXISTENTE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
SIM	378	58,14
NÃO	272	41,86
TOTAL	650	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.6 TIPO DE PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação é um dos componentes das Melhorias Habitacionais, sendo, portanto, um dos aspectos importantes a serem observados na comunidade. Desse modo, a pesquisa indica que 65,8% afirmam possuir asfalto na rua, embora de forma precária, 24,92% não apresentam pavimentação, 2% afirmaram paralelepípedo e apenas 8% é de pedra tosca. Como indica a tabela:

Tabela nº 94

PAVIMENTAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
ASFALTO	423	65,08
SEM PAVIMENTAÇÃO	162	24,92
PEDRA TOSCA	52	8
PIÇARRA	0	0
PARALELEPÍPEDO	13	2
TOTAL	650	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.7 TIPO DE LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No que diz respeito ao serviço de energia elétrica oferecido à Comunidade titanzinho/Serviluz verificou-se através da pesquisa socioeconômica realizada na área, que os moradores se dizem satisfeitos. Vale ressaltar que, em Fortaleza o serviço de iluminação pública é realizado pela Companhia Energética do Ceará – COELCE.

Durante a coleta de dados foi possível identificar alguns depoimentos acerca dessa questão, pois alguns moradores entrevistados expuseram como aspectos negativos o vandalismo, que é apontado como

principal transtorno no funcionamento da iluminação, lâmpadas são quebradas por “desocupados” ou indivíduos interessados na escuridão das vias, das praças e calçadas para a viabilização do tráfico de drogas.

Observando a tabela abaixo pode-se constatar 616 domicílios, ou seja, a maioria representada por 94,76% usufruem da rede de energia elétrica oficial em suas residências, 4% afirmaram possuir ligações clandestinas, conhecidas popularmente como gambiarras, outros 0,82% informaram que estavam, com a rede de energia elétrica da residência cortada e 0,92% verbalizaram que não possuem nenhuma ligação com a rede de energia elétrica. Conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela nº95

ENERGIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
INEXISTENTE	6	0,92
OFICIAL	616	94,76
CLANDESTINA	26	4
CORTADA	2	0,82
TOTAL	650	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.8 SAÚDE

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 196 – A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A preocupação com a saúde pública compõem a lista das principais motivações para a realização deste Projeto. Uma vez que, as precárias condições de moradia e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde são evidentes no atual contexto das famílias fixadas no Titanzinho e Serviluz.

8.8.1 SITUAÇÃO DE RISCO/ FRAGILIDADE

Considerando o cenário onde estão inseridas as famílias que serão reassentadas, compreendemos com maior clareza os benefícios decorrentes da intervenção, pois, o Titanzinho e Serviluz configuram uma

área densamente povoada, de alta vulnerabilidade e risco social, e, apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Fortaleza.

Como podemos constatar na tabela abaixo, os maiores riscos de fragilidade na saúde são 16,92% por tabagismo e 10,69% alegaram hipertensão. Das implicações do uso abusivo do cigarro podemos listar os riscos de câncer, infarto e complicações do diabetes. Uma das mais de 4500 substâncias (gás carbônico, carbono, amônia, alcatrão, etc) contidas em um único cigarro, a nicotina interage com receptores neurais, provocando sensação de prazer.

Um dos grandes desafios para a saúde pública, a dependência do cigarro é difícil de ser controlada uma vez que o acesso ao cigarro é facilitado pelo comércio geral. Já a hipertensão anteriormente considerada apenas em idosos ou obesos, hoje, se manifesta em indivíduos cada vez mais jovem. A associação com o ritmo frenético da modernidade, o estilo e qualidade de vida da população tem colaborado para o desenvolvimento dessa enfermidade silenciosa e perigosa.

O alto índice de sujeitos que afirmaram não ter qualquer tipo de manifestação de risco à saúde, total de 54,68% foi entendido pela equipe que nesse mote encontram-se as pessoas que por não apresentarem sintomas evidentes de adoecimento não buscaram ainda um diagnóstico médico.

Tabela nº96

SITUAÇÃO DE RISCO/FRAGILIDADE		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
P.C.L	15	1,67
DOENÇA DE CHAGAS	0	0
HANSENÍASE	0	0
MALÁRIA	0	0
MAUS TRATOS (VIOLÊNCIA)	33	3,68
EPILEPSIA	04	0,44
DST	02	0,22
TRANSTORNO PSICOLÓGICO	19	2,12
TUBERCULOSE	07	0,78
DIABETES	74	8,24
TABAGISMO	152	16,92
HIV/AIDS	05	0,56
HIPERTENSÃO	96	10,69
NÃO TEM	491	54,68

TOTAL	898	100,00
--------------	------------	---------------

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.8.2 HISTÓRICO DE DOENÇAS

A tabela abaixo foi constituída a partir da análise dos dados levantados durante a realização da pesquisa de campo. Observando os resultados explicitados na tabela é possível constatar que há uma elevada incidência de doenças relacionadas ao aparelho respiratório.

As viroses, corresponde a 41,54 % do universo pesquisado. Evidentemente, não se trata de uma condição exclusiva de população de áreas de vulnerabilidade social. Todavia, as precárias condições de infraestrutura da área do Titanzinho/Serviluz contribuem para profíleração de doenças provocadas por vírus, a exemplo os casos de dengue.

As condições físicas da comunidade interferem diretamente na qualidade de vida dos moradores, outro elemento que comprova a assertiva, é o índice de doenças respiratórias, cerca de 17,24% do total, pode ser considerado como aspecto desencadeante a proximidade com as varias empresas de armazenamento e distribuição de gases e outros combustíveis.

Constatou-se a incidência de pessoas usuárias de substancias psicoativas, num total de 46 pessoas. Ressaltamos que as informações, grosso modo, foram fornecidas pelos titulares do imóvel, e era notório o constrangimento em responder sobre essa questão, daí destacamos a margem de erro. Acreditamos que esse percentual pode ser superior ao apresentado.

O número de usuários de substancias ilícitas apontados pelos moradores corresponde a 3,56% do universo analisado.

Outro importante dado corresponde ao número de pessoas que possuem problemas com drogas licitas, a citar o álcool, o que corresponde a 4,95 % do total. Doenças como dengue, verminoses, doenças de pele e diarréias também aparecem com consideravel freqüência no cotidiano dos entrevistados.

Alguns moradores relataram sempre contrair doenças de pele decorrente da poluição da água do mar. Como os dejetos sanitários correm "in natura" para a praia, principalmente da área do Titanzinho, onde não há saneamento básico, há a criação de um ambiente propicio para proliferação de parasitas subcutâneos e verminoses. Na praia há uma grande concentração de cachorros, hospedeiros e transmissores de várias doenças, inclusive uma bastante citada pelos moradores: a endoparasitose *larva migrans*, conhecido como bicho geográfico, presente nas fezes de cães e gatos. Mães relataram não mais deixar seus filhos banharem-se nas águas do mar, pois todas às vezes, os filhos contraem a dita doença.

Tabela n° 97

HISTÓRICO DE DOENÇAS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
RESPIRATÓRIA	223	17,24
DENGUE	62	4,79
PELE	60	4,64
VIROSE	537	41,54
VERMINOSE	152	11,76
DIARRÉIAS	149	11,52
U.S.P (DROGAS)	46	3,56
ALCOOLISMO	64	4,95
TOTAL	1293	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

8.9 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada no ano de 2008, representou um marco na discussão desta problemática. Buscou-se portanto, compreender a deficiência para além da concepção médica, onde está associada à doença, apenas como fator limitante da capacidade de determinado indivíduo.

Sendo assim, a pessoa com deficiência, é, antes de mais nada, uma pessoa com uma história de vida que lhe confere a realidade de possuir uma deficiência, além de outras experiências de vida, como estrutura familiar, contexto sócio-cultural e nível econômico.

Historicamente verifica-se que as pessoas com deficiência eram retiradas de suas comunidades de origem por serem vistas como "anormais", como "fardos", e não serem consideradas aptas a desempenhar suas atividades na sociedade, optando-se pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou em escolas especiais, normalmente situadas em locais distantes de seus familiares.

Somente no século XX, identifica-se que a pessoa portadora de deficiência passa a ser encarada como indivíduo de direitos e deveres dentro do seio social, tendo um acompanhamento dotado de caráter assistencialista e caritativo.

Atualmente, nos deparamos com a necessidade de reconhecer as vastas possibilidades que cercam os indivíduos portadores de deficiência, bem como garantir que estes tenham acesso aos direitos sociais tão

comumente usufruídos pelo restante da população, encarando-os como uma parcela ativa da sociedade, capaz de desempenhar as mais variadas atividades, e de ocupar diferentes postos de trabalho.

Pretende-se que esta pesquisa subsidie informações primordiais na construção do Projeto, e conseqüentemente na execução do trabalho técnico social, que observando um contexto mais recente das normas de acessibilidade, (Lei Número 10.098, de 19 de Dezembro de 2000), buscará proporcionar às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, autonomia, segurança, conforto, acolhimento e dignidade, por intermédio do desenho universal e da tecnologia assistiva.

A pesquisa revelou, portanto, que 125 pessoas afirmaram possuir algum tipo de deficiência, sendo que destas, 37,88% possuem alguma deficiência física, 23,03% sofrem de alguma deficiência mental, enquanto que 21,52% compreendem que possuem alguma deficiência visual e ainda que, 17,58% dos entrevistados tem alguma deficiência auditiva.

Tabela nº98

TIPO DE DEFICIÊNCIA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
DEFICIÊNCIA FÍSICA	33	37,88
DEFICIÊNCIA MENTAL	14	23,03
DEFICIÊNCIA VISUAL	55	21,52
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	23	17,58
TOTAL	125	100,00

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Vale ressaltar que alguns dos entrevistados consideraram o uso de lentes corretivas como deficiência ligada à baixa acuidade visual, e que o tópico referente à deficiência mental, abrange doenças como: depressão, síndrome do pânico, e outros tipos de transtornos, que justificam os resultados encontrados com a pesquisa.

8.10 EM CASO DE DOENÇA PROCURAR

A garantia de direitos e em especial do direito a saúde, contém um potencial de transformação social, pois o ideário do Sistema Único de Saúde (SUS) não significa apenas assistência à saúde, mas a luta pela qualidade de vida.

A diretriz constitucional da descentralização político-administrativa como comando único em cada esfera de governo favoreceu a organização dos sistemas municipais de saúde em todo país. Com isso houve uma ampliação significativa da rede de serviços públicos de base municipal, sobretudo na atenção primária, com o Programa Saúde da Família (PSF).

Atualmente o município de Fortaleza conta com 300 equipes do Programa Saúde da Família, sendo sua composição formada por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dentistas e assistentes sociais.

A comunidade Serviluz busca assistência de saúde principalmente na Unidade Básica de Saúde Dr. Célio Brasil Girão, localizada na Avenida Professor Henrique Firmeza, 82 – Cais do Porto.

Os moradores relataram que procuram também atendimento em outras unidades de saúde do entorno, porém pela maior proximidade, a mais citada foi a que fica localizada na própria comunidade.

De acordo com a pesquisa realizada na área, a maioria dos moradores declarou utilizar a unidades de saúde como forma de diagnosticar e tratar doenças, o que corresponde a 77,13% dos entrevistados. Já 20,15% dos moradores declararam recorrer ao hospital em casos de fragilidade da saúde. A opção farmácia foi pouco citada pelos moradores, de acordo com tabela abaixo:

Tabela n° 99

EM CASO DE DOENÇA PROCURA		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
HOSPITAL	423	20,15
UNIDADE DE SAÚDE	1619	77,13
BENZEDEIRA	0	0
FARMÁCIA	57	2,72
TOTAL	2099	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Portanto podemos inferir a importância da presença de tal equipamento na comunidade no que tange a prevenção, tratamento e atenção básica à saúde dos moradores da comunidade, que na maioria dos casos contam apenas com esta opção quando são acometidos por alguma enfermidade.

9. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA / REASSENTAMENTO

9.1 USO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A pesquisa realizada buscou apreender, na percepção dos moradores, quais os equipamentos sociais disponíveis na comunidade e o grau de acesso e/ou utilização. Objetivou-se avaliar como está estruturada a



rede social do Titanzinho e Serviluz, identificando as potencialidades e as deficiências do sistema de atendimento aos direitos da população.

De acordo com a avaliação da população, Titanzinho e Serviluz compreendem uma comunidade atendida por uma rede social aquém das suas necessidades. A extensa demanda proveniente das refrações da questão social existente na comunidade defronta-se com o desmonte das políticas públicas. Mesmo com a implantação de equipamentos sociais na área, os moradores alegam a dificuldade de acesso e o mal acolhimento dos trabalhadores responsáveis pela prestação de alguns serviços, e a própria qualidade destes atendimentos, a exemplo os equipamentos de saúde.

Os moradores reivindicam opções de lazer e entretenimento. As praças da comunidade não possuem condições de infraestrutura adequadas e alguns moradores disseram não se sentir à vontade para passear ou mesmo trafegar por esses espaços públicos, acusam a iluminação precária e a insegurança.

As escolas foram bem citadas na pesquisa. O levantamento institucional realizado pela equipe técnico-social revelou que a comunidade é bem servida de escolas com abrangência do ensino infantil e fundamental, porém é deficitária de escolas de ensino médio e creches. Esta última foi bastante citada na parte subjetiva da pesquisa, onde o morador foi instigado a refletir sobre os problemas da comunidade e seus desejos de melhoria, através do projeto de urbanização Aldeia da Praia.

Não há creches públicas na área Titanzinho/ Serviluz e a escola mais próxima que atende crianças pequenas a partir dos 4 anos é o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC Maria Felício Lopes, localizada à Rua 20 de Julho, nº 480, Vicente Pinzón, área próxima ao terreno que ira receber as novas habitações e as famílias reassentadas.

Há um número considerável de Organizações Não Governamentais, todavia, as mais citadas pelas famílias entrevistadas são justamente as associações que atendem crianças e adolescentes, que trabalham a promoção da cidadania através das praticas de esportes e a qualificação profissional.

O Centro Social Betesda – Espaço Viva a Vida, instituição ligada à igreja Betesda e intermediadora do apadrinhamento de crianças por americanos, também foi lembrada enfaticamente pelos moradores. Dentro das possibilidades físicas da entidade, dezenas de crianças do Titanzinho / Serviluz recebem reforço escolar, participam de atividades lúdicas e culturais no espaço. Atualmente há uma lista de crianças na espera do projeto de apadrinhamento.

O Centro Comunitário Luiza Távora, localizado à Avenida Zezé Diogo, nº 310 no Serviluz, oferece, entre outras atividades, cursos profissionalizantes abertos à comunidade e mantém um grupo da Terceira Idade. Esta entidade também foi lembrada expressivamente pelos comunitários.

Tabela nº 100

USO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PRAÇA	149	6,13
POSTO DE SAÚDE	1619	66,65
CRECHE	45	1,87



ESCOLA	488	20,09
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	57	2,34
POSTO POLICIAL	71	2,92
TOTAL	2429	100

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

9.2 ENTIDADES EXISTENTES E IDENTIFICAÇÃO DA REDE SOCIAL

O processo financeiro da economia traz consigo uma série de determinações para o cotidiano da população. O Estado, responsável pela aplicação das políticas públicas, tem sua intervenção diminuída junto às camadas populares, em virtude da utilização dos recursos públicos para incentivos ao setor industrial e o pagamento dos títulos da dívida externa.

Neste contexto, o Terceiro setor, caracterizado pela atuação das Organizações não Governamentais (ONGs) vem ganhando espaço na sociedade, buscando alinhar-se nas deficiências das políticas públicas, oferecendo serviços de natureza da assistência social, saúde, educação, lazer e cultura.

Foram identificados, através de visitas institucionais da equipe técnico social, diversas instituições, entre ONGs, ONGs e associações de bairro que atuam na área do Serviluz e adjacências:

Tabela nº101

EQUIPAMENTOS E ENTIDADES MAPEADAS		
INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Associação Comunitária dos Moradores do Titanzinho	Rua Dep. Flávio Marcílio, s/n	Cultura
Associação de Moradores do Serviluz.	Rua Leite Barbosa, 1124	Cultura
Escola Beneficente de Surf Titanzinho.	Rua Ponta Mar, 15	Esporte
Conselho dos Pescadores da Colônia Z-8 no Caça e Pesca.	Av. Cesar Cals, 130	Conselho de classe
Instituto Serviluz	Zezé Diogo, 100 B	Mobilização comunitária
Associação Boca do Golfinho	Rua José Monteiro, 565	Mobilização comunitária e Esporte
Casa do Povo	Av. Zezé Diogo, 389	Mobilização comunitária



Instituto Kulturbras	Av. Zezé Diogo, 1471	Mobilização comunitária
Associação Esporte e Cidadania	Av. Zezé Diogo, 301	Mobilização comunitária e Esporte
ALOHA – Escolinha de Surf e Fabricação de Pranchas	Av. Leite Barbosa, 1018. Serviluz.	Mobilização comunitária e Esporte
Associação Esportiva Atlética Combate	Rua Ponta Mar, 25	Esporte e Cultura
Associação de Moradores do Farol do Mucuripe (ASMOFAM)	Rua General Titã, 405	Mobilização Comunitária e Cultura
Associação Comunitária Vila Mar	Rua Deputado Flavio Marcílio, 26	Cultura, Esporte
União dos Jovens do Vicente Pinzón	Av. Zezé Diogo, 169. Serviluz.	Mobilização comunitária e Esporte
EMEIF Complexo São Vicente de Paulo (anexo Álvaro Costa)	Av. Zezé Diogo, 1247. Serviluz.	Educação
EMEIF Professor Álvaro Costa	Av. Vicente de Castro, 6074. Cais do Porto.	Educação
Escola Nossa Senhora da Assunção	Av, Zezé Diogo, 1110	Educação
EMEIF Godofredo de Castro Filho	Endereço: Av. José Sabóia, 905	Educação
Unidade Básica de Saúde – UBS (Dr. Célio Brasil Girão)	Av. Professor Henrique Firmeza, 82 – Cais do Porto	Saúde
Quartel do Corpo de Bombeiros do Mucuripe - 11 SSMAR-NBL	Av. Vicente de Castro, 6074. Cais do Porto.	Serviluz
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS / Serviluz	Av. Zezé Diogo, 310	Assistência Social
Centro Vocacional Tecnológico Portuário - CVT	Praça Amigos da Marinha, s/n. Mucuripe	Capacitação profissional

Fonte: Pesquisa direta / SEINF

Ressalta-se que o relatório de visitas institucionais informando a capacidade de atendimento a demanda dos serviços prestados a população na rede social mapeada na área de intervenção do Programa e entorno, se encontra anexo no Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS.

A assistência social, a educação e a saúde se destacam como as principais áreas de atuação de entidades na comunidade. O Serviluz possui ainda grande número de associações comunitárias e organizações que trabalham com cultura, lazer e esporte. Existem associações que funcionam como escolinhas de surf e de fabricação de pranchas voltadas para atendimento do público infantil e jovem. Os

líderes destas associações são surfistas profissionais e medalhistas, o que causa especial encantamento nas crianças do bairro que se espelham em grandes talentos das águas como Raimundo Cavalcante, Fábio Silva, Tita Tavares, Plablo Paulino e André Silva, para citar alguns que tiveram berço no Serviluz/ Titanzinho.

Em visitas institucionais para levantamento da rede de atendimento do bairro, concluiu-se que a área é bem servida de escolas públicas, o que foi reforçado pela fala dos próprios moradores que não se queixam da falta do equipamento. Por outro lado, os moradores reclamam mais creches nas proximidades, pois quase não há opções para deixar as crianças pequenas, impossibilitando a busca de emprego por parte das mães.

Para atendimento do público idoso, há grupos da terceira idade no CRAS e no Centro Comunitário Luiza Távora, onde os idosos exercitam-se (parceria com o Corpo de Bombeiros), participam de palestras informativas, trocam experiências, socializam histórias de vida e se divertem.

O terceiro setor demonstra um bom grau de articulação comunitária quando os interesses coletivos da comunidade são confrontados. Alguns episódios na história de lutas da comunidade, demonstram esta afirmação, como por exemplo, o impasse gerado pelo Governo do Estado do Ceará que tinha como proposta implementar o projeto de construção do Estaleiro, porém as organizações não governamentais e associações de bairro se uniram na luta contra este projeto, pressionando o poder público para desarticular a empreitada.

10 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA RECEPTORA/REASSENTAMENTO

A área receptora do Projeto de Reassentamento se localiza no Castelo Encantado, no grande Vicente Pinzon, bairro de Fortaleza. Sua ocupação se deu no final dos anos 50 pelos pescadores e suas famílias, e se caracterizou pela proximidade do local de trabalho, o Mar.

As antigas comunidades de pescadores tinham uma representatividade por meio da colônia de pescadores (localizada no Mucuripe), cuja fundação pelo Almirante Frederico Vilar aconteceu em meados de 1920.

O crescimento populacional foi espontâneo e os seus primeiros habitantes ocuparam “ilegalmente”, construindo suas moradias com recursos precários e desprovidos de infraestrutura. Tratava-se de uma alternativa de habitação frente à falta de acesso a moradia.

O lugar Vicente Pinzón pertencia à localidade denominada de Sítio Cocó, De modo geral, houve um crescimento de 13.922 habitantes no bairro entre as décadas de 1970 e 1980, sua população total passou a ser de 30.627 habitantes em 1980.



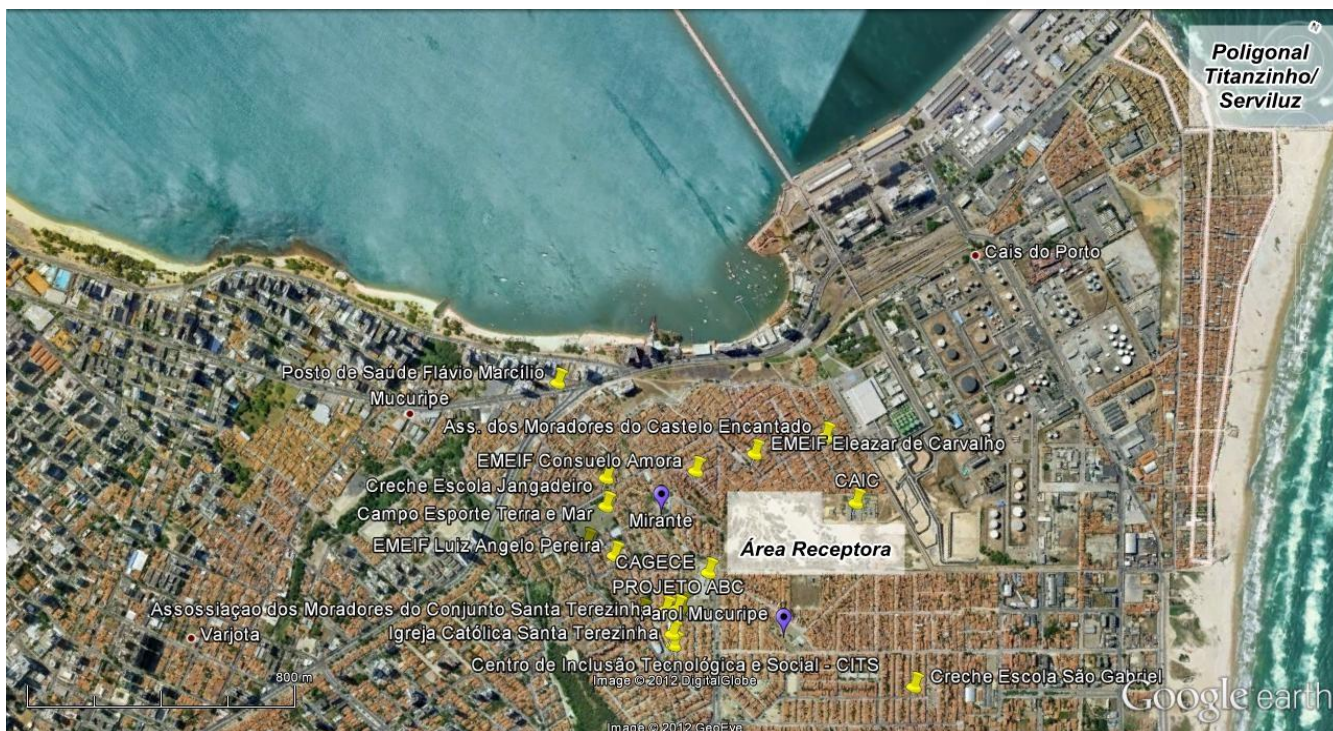
Toda a área do Castelo Encantado pertencia a um grupo de famílias tradicionais: Queiroz, Diogo e Craveiro. Parte é de propriedade das Casas Pernambucanas e outra (sub-área 4 – Morro do Teixeira), pertence à Marinha do Brasil.

A área já foi impactada com projeto de urbanização devido ao grande risco de deslizamento do morro. A urbanização do Castelo Encantado surgiu em atendimento à demanda da população da área que enfrentava a cada inverno o risco de deslizamentos. Como ocorre em outras áreas de ocupação, a urbanização veio aos poucos com a implantação de rede de energia elétrica, iluminação pública, chafarizes, rede de água, sempre de maneira pontual e desintegrada.

As obras foram executadas entre agosto de 1993 e março de 1996, constando a remoção da ocupação na encosta, adequação do sistema viário interno e limítrofe, redes de saneamento básico e iluminação pública, equipamentos diversos.

Atualmente, após todo esse processo de urbanização a comunidade conta com alguns equipamentos sociais, que também serão utilizados pelas famílias que serão reassentadas pelo Programa Aldeia da Praia (tabela 52).

O terreno escolhido para ser área do reassentamento possui um número considerável de instituições nas áreas de educação, saúde e assistência social. Verifica-se que os beneficiários ao serem reassentados terão acesso a uma gama de serviços, uma vez que a maioria dos serviços é de fácil localização e não apresentam uma longa distância, conforme podemos observar no mapa apresentado:



O terreno no Castelo Encantado foi escolhido devido a maior proximidade à comunidade do Titanzinho e Serviluz, além de contar com uma área ideal para a construção das 1.024 unidades habitacionais previstas para o projeto, que inclui obras de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, construção de espaço de lazer, praça, centro de convivência e área comercial no local de reassentamento.

As demais características da área receptora será apresentada com maior riqueza de detalhes no Plano de Reassentamento do Programa Aldeia da Praia.

Tabela nº 102

EQUIPAMENTOS SOCIAIS – ÁREA RECEPTORA			
INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	AREA DE ATUAÇÃO	DISTÂNCIA APROXIMADA DO TERRENO
Centro de Atenção e Integração à Criança- CAIC Maria Felício Lopes	R. José Setúbal de Sousa, nº 480 – Vicente Pinzón	Educação	900 m
Associação de Moradores do Castelo Encantado	Rua 07 de Abril, 421	Mobilização Comunitária	750 m
Movimento Bairro em Ação	Rua 07 de Abril. Castelo Encantado.	Mobilização Comunitária	800 m
EMEIF Eleazar de Carvalho	Rua Francisco Alves Pereira, 349. Castelo Encantado.	Educação	600 m
Escola Belarmina Campos	Rua Dr.Manoel Rodrigue Monteiro, 840, Praia do Futuro	Educação	1,2 Km
CRAS Mucuripe	Rua Dr. Luiz Costa, 142	Assistência Social	900 m



Centro de Saúde da Família Flávio Marcílio	Avenida Abolição, 4180	Saúde	1,2 Km
EMEIF Luis Ângelo Pereira	Rua Osmundo Cavalcante de Oliveira, nº 90 - Mucuripe	Educação	400 m
Centro Comunitário Sta Terezinha	Avenida Areia Branca, 548	Mobilização Comunitária	650 m
Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS	Rua do Entardecer, 160	Educação Profissionalizante, Arte e Cultura	350 m
Associação dos Moradores do Conjunto Santa Terezinha	Rua Estrela do Oriente, S/N	Mobilização Comunitária	300 m
Posto Policial SSPDS / Grupo de Policiamento Comunitário.	Rua Estrela do Oriente, S/N	Segurança	300m
Comunidades Eclesiais de Base – CEB'S	Rua Novo Farol, 44.	Mobilização Comunitária	Não localizado*
UBASF Aída Santos e Silva / CMES Aída Santos e Silva.	Av. Trajano de Medeiros, 813	Saúde/ Educação	1,2 Km
Centro de Saúde da Família Odorico de Moraes	Rua. São Bernardo do Campos,S/N	Saúde	600 m
Associação dos Moradores Morro da Vitória	Rua Novo Farol, 36.	Mobilização Comunitária	Não localizado*
E.E.F.M Deputado Manoel Rodrigues	Rua Oliveira filho,S/N Praia do Futuro	Educação	1,6 Km
9º Distrito Policial	Rua Hermínia Benevides, s/n	Segurança	2,1 Km

Fonte: As distâncias foram calculadas com base em informações fornecidas pelo Google Maps.

***Endereço não localizado através da fonte de pesquisa.**

Ressalta-se que o relatório de visitas institucionais informando a capacidade de atendimento a demanda nos equipamentos e entidades mapeadas na área receptora, se encontra anexo no Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS.

Quanto a Capacidade dos equipamentos de atender a nova demanda na área, a Equipe Técnica Social realizou visitas institucionais aos principais equipamentos da área receptora, com vistas a conhecer os serviços ofertados nas áreas de saúde, educação e assistência social. Durante as visitas ficou claro que a área receptora possui um número considerável de entidades voltadas ao atendimento da população. Algumas entidades demonstraram atenção com relação à capacidade de atendimento após o reassentamento, uma vez que poderá ocorrer um aumento na demanda, porém afirmaram que a instituição buscará adaptar-se a nova realidade.

No que diz respeito ao atendimento na área da saúde, após contato realizado com o Distrito de Saúde da Regional II, os beneficiários possivelmente deixarão de ser atendidos pelo Centro de Saúde da Família Célio Brasil Girao, e passarão a ser atendidos, mediante atualização cadastral pelo Centro de Saúde Aída Santos, Centro de Saúde da Família Flávio Marcílio e Centro de Saúde da família Eudorico Moraes. Esta troca



no atendimento se dá em virtude da mudança de território dos beneficiários que passarão a residir em uma área cuja responsabilidade do serviço pertence aos dois últimos centros de saúde citados.

Quanto à área de cobertura da Assistência Social, a equipe técnica constatou mediante diálogo com a rede sócioassistencial que o atendimento oferecido pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS do Serviluz, não sofrerá nenhuma alteração, pois os beneficiários continuarão a serem atendidos no mesmo local, ou terão a opção de se cadastrar no CRAS Mucuripe, que em termos de distância equipara-se ao CRAS Serviluz.

Acerca da Educação verificou-se que há no entorno da área de reassentamento, uma rede de ensino formal que atende as necessidades da comunidade, mas ressalta-se que os moradores poderão optar por permanecer nas escolas que costumavam freqüentar. Frisamos ainda que existe uma deficiência de creches no local, havendo apenas duas creches privadas para atender a população da área. Tal fato já está sendo revisto pelo Programa Aldeia da Praia, uma vez que está previsto no orçamento a construção de uma creche para atender a demanda dos beneficiários.

11 JUSTIFICATIVA

O processo de expansão e desenvolvimento de grandes centros urbanos no Brasil carrega o peso da segregação sócio espacial, que vitimiza famílias e/ou pessoas que habitam nas cidades e se tornam reféns de um modelo de urbanização desigual e injusto, no qual impulsiona um contingente da população de baixa renda, que não tem acesso ao mercado legal de moradias à ocupar áreas ilegais e impróprias.

No contexto urbano brasileiro é alarmante a quantidade de pessoas que vivem em favelas, loteamentos irregulares, ocupações em áreas de risco com recursos precários e desprovidos de infraestrutura, com inexistência ou precariedade de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, iluminação adequada, e sem acesso à equipamentos comunitários de lazer e cultura.

Na cidade de Fortaleza, a problemática se repete. O município é considerado a 5º maior cidade do Brasil, com uma expansão urbana que cresce desenfreadamente, aumentando a área geográfica da periferia, que adentra cada vez mais para as regiões metropolitanas da cidade. Com uma população estimada em quase 3.231,116 habitantes (Censo 2010), a cidade enfrenta hoje desafios intrínsecos as principais metrópoles do país. Não obstante, o elevado crescimento demográfico observado nos últimos anos, evidencia a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura urbana, como: água encanada, rede de coleta de esgoto, segurança pública, calçamento, transporte público coletivo, além da atual discussão sobre acessibilidade, no

qual revela uma cidade que não dispõe ainda de amplas estruturas e serviços como meio de facilitar o direito de ir e vir das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e da população de idosos.

Os problemas evidenciados estão associados ao modelo capitalista de crescimento econômico da cidade, que contribui para a ocupação irregular e desordenada do solo urbano. Esse processo de ocupação desordenado gera um ambiente de mazelas urbanas que agridem o meio ambiente natural, causando a descaracterização da área, em particular, na comunidade Serviluz, das áreas litorâneas.

A ocupação espontânea ou organizada é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de assentamentos informais em Fortaleza, desencadeando um intenso processo de favelização da cidade. Segundo dados coletados da Coordenadoria da Defesa Civil de Fortaleza (2011) há 91 áreas de risco pulverizadas pela cidade, com uma estimativa de 19 mil famílias vivendo em condições subumanas de sobrevivência, sujeitas as mais variadas situações de risco, entre elas: desabamentos, inundações, soterramento, entre outras.

No âmbito da Secretaria Executiva Regional - SER II, onde a área geográfica abrange 21 bairros e possui uma população de 325.058,00 habitantes, estão os bairros Cais do Porto e Vicente Pinzón. Localizados no setor leste da cidade, congregam a comunidade Serviluz, estando parte dela inserida na área de intervenção do Programa Aldeia da Praia.

A formação da comunidade Serviluz está atrelada a implantação da zona portuária, petroquímica e industrial do Mucuripe, que atraiu à ocupação do lugar pela população de baixa renda, numa área que foi por muito tempo desvalorizada comercialmente.

A instalação dos complexos petroquímicos e portuários provoca também situações de risco e fragilidade aos moradores da área e entorno, haja vista que as internas movimentações exercidas pelos complexos resultam em impactos ambientais, que interferem diretamente no meio ambiente natural do lugar.

No que se refere a esses impactos, observa-se que a instalação do porto do Mucuripe, acarretou mudanças na dinâmica do litoral da cidade, a partir das alterações sofridas na dinâmica sedimentar. Em consequência, moradores sofrem com um problema recorrente, que assola a comunidade, principalmente entre os meses de agosto a dezembro, que é o soterramento pelo acúmulo de areia, invadindo casas, ruas, comércios, prejudicando também a rede elétrica pública e o sistema de esgotamento sanitário, que já funciona precariamente.

Esse problema também inviabiliza o trânsito de carros e dificulta o acesso de pessoas a determinados locais. O poder público atende a comunidade com medidas mitigadoras, realizando a retirada da areia nas áreas de maior acúmulo, porém não é solução mais apropriada para resolver o problema.

Destaca-se que essa situação traz riscos e torna os moradores vulneráveis, à medida que sofrem com bueiros entupidos, lixo que se acumula e espalha pela dificuldade de acesso do carro de coleta, riscos de incêndio causados pela queda de postes de iluminação pública. Outro fator de relevância está associado à presença da indústria petroquímica, que representa riscos à população, pois há liberação de gases prejudiciais à saúde, que incomoda moradores e visitantes do lugar. Em relação às moradias, verifica-se um padrão simples, com construções irregulares, inacabadas e muitas vezes em péssimas condições de salubridade, incluindo aí, os moradores que residem em imóveis alugados e que nem por isso, se encontram em situação diferente.

Frente a essa realidade, a comunidade Serviluz é um lugar que demanda uma Requalificação Urbanística, Ambiental e Social, no qual se torna urgente a necessidade de ampliar e melhorar a infraestrutura, dotando o espaço de equipamentos que atendam não somente as necessidade primárias da população, como também a implantação de equipamentos de cultura e lazer, imprescindíveis para uma melhor qualidade de vida dos moradores.

Diante do cenário que se apresenta a Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEINF, com recursos oriundos do governo federal (FGTS, MCMV, OGU) e agente financiador (Caixa Econômica Federal) propõe a implantação do Programa Aldeia da Praia, que prevê a construção de 1.024 unidades habitacionais, com uma infraestrutura que atende espaços de lazer e cultura. O Projeto de Melhorias Habitacionais irá beneficiar 1.181 imóveis na área, com a construção da via paisagística, alargamento de vias internas, melhorias habitacionais nos imóveis em condições precárias de habitabilidade.

O Programa Aldeia da praia não se limita as intervenções físicas que irão modificar o cenário paisagístico da área, mas compõe também de uma ampla proposta de intervenção social, através do Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia, junto às famílias reassentadas e remanescentes, uma vez que o Diagnóstico Social das famílias pesquisadas revelam e identificam situações vulneráveis da população, sinalizando a implementação de ações que garantam o reassentamento participativo e promovam a sustentabilidade das intervenções físicas.

12 OBJETIVOS

12.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um trabalho socioeducativo com as famílias beneficiárias do Programa, assegurando a sustentabilidade das intervenções propostas, através da participação ativa e integrada dos moradores no processo de Reassentamento, Mobilização e Participação Comunitária, Educação e Empreendedorismo, visando à melhoria da qualidade de vida.

12.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

12.2.1 Mobilização e Comunicação:

- Ampliar o conhecimento da intervenção e suas repercussões/importância junto à comunidade com vistas à adesão;
- Possibilitar a apropriação da intervenção pela comunidade, viabilizando estratégias que facilitem a remoção e adaptação das famílias para a nova condição de moradia;
- Favorecer melhores condições de enfrentamento das implicações decorrentes da intervenção, assim como prevenir os impactos desta ação no cotidiano das famílias, considerando o histórico de resistência, estabelecendo canais de comunicação entre os sujeitos envolvidos;
- Viabilizar estratégias que facilitem a remoção de famílias para o novo destino, promovendo a participação da população impactada no Plano de Reassentamento e de Regularização Fundiária;
- Fomentar a articulação das ações através de parcerias/arranjos institucionais;

12.2.2 Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio-Organizativo:

- Suscitar a participação dos beneficiários nas etapas de execução do empreendimento, a fim de elevar o nível de organização e participação comunitária;
- Promover a participação comunitária, bem como envolver os beneficiários no processo de organização das famílias da área de intervenção e da área de reassentamento;
- Assegurar o acompanhamento e a avaliação sistemáticos de todo o processo, possibilitando a apropriação da intervenção pela comunidade, fortalecendo a adesão ao Projeto;
- Proporcionar debate acerca da temática da violência e sensibilizar a população sobre a importância da prevalência de uma Cultura de Paz na Comunidade;

- Viabilizar o direito ao lazer, cultura, esporte, fortalecendo as manifestações artísticas da comunidade;
- Sensibilizar a Comunidade sobre a amplitude do CadÚnico favorecendo o acesso os seus benefícios;
- Estimular o engajamento da Comunidade nos programas educacionais disponíveis;
- Suscitar hábitos de saúde preventiva proporcionando a redução de doenças;
- Promover a análise e impactos das ações do Projeto Social na Comunidade, incentivando a participação popular em todos os momentos de avaliação.

12.2.3 Educação Sanitária/ Ambiental e Patrimonial:

- Promover a criação de novos hábitos e atitudes relacionados à questão sanitária e ambiental, bem como conservação dos recursos naturais;
- Estimular a valorização da infraestrutura implantada, mostrando sua importância como condição para promoção da saúde;
- Contribuir para a promoção da inserção urbana estimulando a valorização e apropriação da nova infraestrutura urbanística pela comunidade;
- Fomentar o resgate da identidade histórico-patrimonial da comunidade;
- Sensibilizar a comunidade sobre a questão do direito à moradia estimulando o pertencimento/vínculo com a comunidade habitacional.

12.2.4 Geração de Trabalho e Renda:

- Viabilizar a capacitação/qualificação profissional e o empreendedorismo, fomentando a inserção no mercado de trabalho e a elevação da renda familiar;

13 METODOLOGIA

A realização de um Projeto de Intervenção Urbana modifica o cenário paisagístico, ambiental e social da área afetada, trazendo uma nova dinâmica no próprio espaço e na vida das pessoas que lá se encontram. Ou seja, acarreta mudanças na vida privada e coletiva.



Desta forma, a implantação do Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia demanda um conjunto complexo de interações entre os sujeitos envolvidos no processo, considerando a concepção do Projeto, que traz uma proposta integradora nos seus diferentes aspectos urbanos, ambientais, políticos, sociais e culturais.

Para tanto, será desenvolvido um trabalho socioeducativo na comunidade Serviluz (famílias reassentadas e famílias remanescentes) pautado na metodologia participativa, que é a forma mais adequada para a elaboração de estratégias e ações que diminuam os impactos negativos e ressalte os impactos positivos do Projeto Social, sendo imprescindível pensar e adotar uma metodologia de trabalho que facilite a realização das ações e potencialize os resultados esperados.

O trabalho metodológico se dará por meio de reuniões, assembleias, oficinas com moradores/beneficiários e lideranças comunitárias locais, plantões sociais, mobilizações comunitárias, capacitações, visitas domiciliares, institucionais e à obra, seminários, rodas de conversa, palestras, incentivo a formalização de lideranças (comissão de acompanhamento à obra, representantes de blocos, Síndico/Comissão Consultiva), feiras locais temáticas, ações de cidadania.

Salienta-se que as crianças poderão acompanhar os pais e/ou responsáveis nas ações previstas, tendo em vista que estas também fazem parte do público atendido pelo projeto. Desse modo, serão incluídas em atividades recreativas e lúdicas nos momentos em que os pais estiverem presentes nas ações, possibilitando uma maior participação dos mesmos.

Como forma de acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho técnico, legitimando todo o processo, será realizado o monitoramento e avaliação das ações através de reuniões sistemáticas, registros em ata, frequência, registro fotográfico, pesquisa de avaliação escrita e verbal, relatórios e outros.

A proposta metodológica do Projeto será dividida em três (03) períodos distintos, quais sejam: pré-obra física, durante execução da obra e pós-obra. Para melhor execução das atividades propostas, o trabalho foi dividido em quatro (04) etapas metodológicas:

ETAPA 1 - ESTUDO DA REALIDADE SOCIAL DO PROJETO DE INTERVENÇÃO – Esta etapa compreende o conhecimento da realidade da área a ser impactada pelo Projeto, a fim de subsidiar a elaboração, planejamento, sensibilização e divulgação do Projeto de Participação Comunitária Aldeia da Praia, com vistas à elaboração do Diagnóstico Social, levantamento das expectativas da comunidade e busca de elementos que colaborarão na elaboração das ações;

ETAPA 2 - ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO SOCIAL/FÍSICO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO – Corresponde ao período de análise do Diagnóstico Social, bem como da condensação de informações obtidas através dos encontros, reuniões, assembléias e oficinas e etc. realizadas na comunidade na fase pré-obra física, objetivando o planejamento e elaboração da proposta de intervenção social/física, sendo definidos as ações, metas, objetivos e metodologia adotada.

ETAPA 3 - EXECUÇÃO DO PROJETO SOCIAL – Durante este período, a Equipe Social implementará as ações socioeducativas planejadas pelos eixos norteadores do Projeto junto à comunidade, numa perspectiva de fomentar a mobilização e comunicação, organização e participação comunitária, educação, empreendedorismo e preparar as famílias reassentadas para assumir a nova condição de moradia.

ETAPA 4 – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO: Esta fase acompanhará todo o processo de trabalho social, permeando todas as etapas do Projeto. Esse importante momento é decisivo para a mensuração de resultados esperados e redirecionamento do Projeto, quando necessário.

A definição das etapas partiu do levantamento de demandas dos moradores pesquisados, encontros promovidos pela equipe que compõe o Programa Aldeia da Praia com os moradores, mediadores comunitários e através da observação participante.

Portanto, a metodologia de trabalho adotada é fruto do diálogo constante com os sujeitos envolvidos e dos depoimentos da população beneficiária durante os momentos de convivência.

13.1. ETAPAS/PERÍODOS

ESTUDO DA REALIDADE SOCIAL DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	PRÉ- OBRA	DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA	PÓS - OBRA
Reunião com profissionais anteriormente mobilizados (Equipe Social/interdisciplinar, Equipe Engenharia, Técnicos Defesa Civil, Assessoria Comunitária, SER II, Coordenadoria da UGC/SEINF e consultoria responsável pelo projeto piloto.	X		
Reconhecimento da área de intervenção.	X		
Identificar as associações e lideranças comunitárias atuantes na área.	X		
Capacitação da Equipe Técnico Social (Apresentação e esclarecimento de dúvidas contidas no cadastro).	X		
Reunião com as lideranças comunitárias atuantes na área para apresentação do trabalho social de cadastramento e assuntos pertinentes ao Projeto.	X		
Aplicação de formulário para cadastramento das famílias inseridas na área do projeto;	X		
Congelamento dos imóveis na área de intervenção, registro do N° do PMF na fachada do imóvel;	X		





ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO SOCIAL/FÍSICO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	PRÉ- OBRA	DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA	PÓS - OBRA
Visitas institucionais para mobilização de parcerias/arranjos locais	X	X	
Tabulação e análise de dados cadastrais coletados no trabalho de campo (obtidos no cadastramento);	X		
Validação do Diagnóstico (levar a discussão à comunidade);	X	X	
Sistematização da proposta de trabalho social (PTS)	X		
Levantamento das famílias incluídas na área do Projeto;	X		
Elaboração da relação dos moradores a serem beneficiados pelo Projeto de Intervenção	X		
Redefinição de poligonal do Projeto de Engenharia	X		
Entrega do Projeto Físico da área de intervenção.	X		
Construção da proposta de Projeto de Trabalho Social - PTS (conforme orientações da Caixa Econômica Federal-CEF);	X		
Validação da proposta de trabalho pela Equipe Interdisciplinar	X		



Encaminhamento da proposta de Projeto de Trabalho Social – PTS para análise e aprovação da Caixa Econômica Federal – GIDUR/CEF).	X		
EXECUÇÃO DO PROJETO SOCIAL	PRÉ- OBRA	DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA	PÓS - OBRA
Realização de Assembléias para apresentação e discussão da proposta do Projeto de Intervenção.	X	X	
Identificação de pontos e/ou áreas não residenciais (Igrejas, comércios, estacionamentos, entre outros) durante cadastramento de famílias e/ou revalidação cadastral.	X	X	
Estabelecer parceria com entidades e instituições (atividade contínua)	X	X	X
Elaboração de material didático (folders, cartazes, convites) para divulgação do Projeto e distribuição à comunidade beneficiária	X	X	
Assinatura do Termo de Adesão ao Projeto de Intervenção.		X	
Formação e capacitação das Comissões de Acompanhamento à Obra (CAO)	X	X	
Suscitar a participação dos beneficiários nas etapas de execução do empreendimento.	X	X	X
Realização de palestras, rodas de conversa, seminários, oficinas, campanhas, reuniões, assembléias comunitárias.	X	X	X





Visitas domiciliares, encaminhamentos sociais, plantão social.	X	X	
Sensibilizar a comunidade sobre a amplitude do CadÚnico favorecendo o acesso a seus benefícios.	X	X	X
Estimular o engajamento da comunidade nos Programas Educacionais disponíveis		X	X
Suscitar hábitos de saúde preventiva		X	X
Viabilizar o direito ao lazer, cultura, esporte, fortalecendo as manifestações artísticas da comunidade.		X	X
Viabilizar a capacitação/qualificação profissional e o empreendedorismo, fomentando a inserção no Mercado Trabalho e a elevação da renda familiar.		X	X
Feiras locais temáticas		X	X
Eleição e capacitação dos representantes de bloco, Síndico/Comissão Consultiva.		X	X
Reassentamento das famílias		X	
Regularização Fundiária da área de intervenção (processo que envolve todas as etapas da regularização fundiária)		X	X





AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	PRÉ- OBRA	DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA	PÓS - OBRA
Reuniões sistemáticas entre a equipe técnico social, beneficiários e lideranças locais para avaliar todo o processo de trabalho.	X	X	X
Registro permanente das atividades, através de anotação em livro de ata, vídeo, fotos, frequência, etc;	X	X	X
Elaboração de relatórios parciais de acompanhamento das atividades desenvolvidas no período.	X	X	X
Pesquisa de satisfação com os moradores beneficiários			X
Elaboração de relatório final do trabalho técnico social			X



14. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL-

PTS

Ariadne Maria Menezes Matias	Serviço Social CRESS/ 4428	Técnico – Função: Elaborar, planejar e acompanhar as atividades relacionadas ao PTTS, assim como trabalhar com a dimensão interdisciplinar e avaliar os aspectos relacionados à implantação e desenvolvimento do Projeto Social.	30H
Dayanne Cavalcante da Costa	Serviço Social CRESS/ 4401	Técnico – Função: Elaborar, planejar e acompanhar as atividades relacionadas ao PTTS, assim como trabalhar com a dimensão interdisciplinar e avaliar os aspectos relacionados à implantação e desenvolvimento do Projeto Social.	40H

15 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação e monitoramento do Projeto deverão fazer parte de todo o processo de desenvolvimento do trabalho social, uma vez que serão verificados os indicadores qualitativos e quantitativos definidos para o trabalho em questão, buscando perceber a interação entre as ações propostas e os sujeitos envolvidos, de modo que possibilite o redirecionamento do trabalho quando necessário. Serão acrescentadas aos relatórios de atividades mensais, as avaliações de ações pela comunidade executadas no decorrer do projeto.

O monitoramento, por sua vez, irá acompanhar e traduzir a realidade do Projeto durante o seu percurso, ou seja, no desenvolver constante das ações realizadas, observando os objetivos, o plano de ação, e as metas pretendidas.

Os aspectos embutidos na avaliação e monitoramento devem ser escolhidos em função do que se quer alcançar: Eficiência, que basicamente se configura como a boa utilização dos recursos, Eficácia que busca a relação entre objetivos, metas e estratégias, para enfim verificar se as ações alcançaram resultados almejados e Efetividade que medirá os impactos qualitativos e quantitativos da ação.

Neste processo, a participação dos moradores beneficiários nos momentos de avaliação será uma constante no andamento do trabalho. Os canais de participação permitem a contribuição nas etapas de

planejamento, elaboração do Projeto e estimulam a formação de sujeitos conscientes para a tomada de decisões.

Quanto ao aspecto qualitativo das ações desenvolvidas no Projeto Social, será traduzido e apresentado pela nova condição de habitabilidade das famílias, acesso aos equipamentos comunitários condizentes com suas necessidades, adaptação às novas formas de integração social, mudança de comportamento quanto às questões sanitárias e ambientais, participação comunitária nas discussões relevantes, inserção no mercado de trabalho e aperfeiçoamento da vocação produtiva. Ações educativas de preservação sanitária/ ambiental e patrimonial, também são classificadas como indicadores qualitativos do trabalho. O processo de regularização fundiária também indicará uma avaliação satisfatória, à medida que a entrega do Termo de Direito de Concessão Real de Uso, incentivará a permanência das famílias no lugar de moradia. O número de adesões ao Projeto, participantes nas atividades propostas, o grau de satisfação com as atividades, quantidade de pessoas capacitadas nos cursos oferecidos também serão indicadores.

Para tanto, serão utilizadas técnicas e instrumentos para a mensuração de resultados alcançados. Este último compõe-se de fichas de avaliação, formulários de pesquisa e relatórios de acompanhamento parcial e final do trabalho técnico social. Em relação às técnicas adotadas, serão utilizadas reuniões periódicas, pesquisa de opinião, através de depoimentos verbais, debates e rodas de conversa com todos os agentes envolvidos no processo.

As reuniões de avaliação sistemática ocorrerão de forma integrada, levando-se em consideração que as ações propostas estão interligadas nos eixos estruturais do Projeto de Intervenção Social. Desse modo, em toda atividade deverá ser reservado um momento para avaliar o trabalho, sendo imprescindível a participação dos beneficiários, opinando entre outras coisas, sobre os pontos críticos, permitindo assim, uma análise coerente para resolução e ajustes necessários desses.

16 PARCERIAS

O Projeto de Trabalho Social estabelecerá parcerias entre segmentos da sociedade civil e o setor público, pois estas se apresentam como importantes mecanismos para o desenvolvimento social caminham no sentido de agregar força e legitimidade às políticas públicas do governo, como também, favorecendo para a universalização destas. Segue abaixo, os principais órgãos/ instituições parceiras do Projeto.

16.1 FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA – HABITAFOR

Órgão da Prefeitura de Fortaleza, a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), dotada de personalidade jurídica de direito público, foi instituída pela Lei Municipal 8.810, de 30 de dezembro de 2003, e teve seu estatuto aprovado pelo Decreto Municipal No. 11595, de 10 de março de 2004.

A Fundação está incluída na estrutura administrativa do executivo municipal de Fortaleza dentro da área temática “Cidadania e Direitos Humanos”, em termos específicos, a Habitafor está apontada sob a ótica do direito à moradia digna, com ações estruturadas tendo em vista principalmente a redução do déficit habitacional, estimado em 82.439 moradias.

As iniciativas empenhadas em modificar essa realidade local são desencadeadas priorizando a requalificação de áreas degradadas, o saneamento ambiental, a regularização fundiária de assentamentos precários, a urbanização de favelas e, por conseguinte, a produção de unidades habitacionais, de maneira a avançar na democratização de acesso à moradia digna para a população de baixa renda da cidade.

Além disso, a Habitafor, na execução da política de habitação do município, considera as carências da produção de habitação voltada para o mercado de caráter popular (caso do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), bem como a construção de equipamentos públicos, tendo em conta as diretrizes definidas pelo Plano Diretor Participativo do Município e as contidas no Estatuto das Cidades.

A equipe administrativa da Habitafor se sub-divide em Presidência, Vice-Presidência, Assessoria Especial, Procuradoria Jurídica, Diretoria de Programas Habitacionais, Diretoria de Regularização Fundiária, Diretoria de Programas Sociais, Diretoria de Políticas Comunitárias, Diretoria Administrativa Financeira, Programa Minha Casa, Minha Vida, Assessoria de Comunicação e o Núcleo de Tecnologia da Informação.

Neste sentido, os diversos setores da Habitafor atuarão de forma a acompanhar a execução do trabalho físico e social pertinente a construção das unidades habitacionais do Projeto Aldeia da Praia, além da regularização fundiária das moradias que sofrerão melhorias.

16.2 SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA - SETFOR

A Secretaria de Turismo de Fortaleza, criada em 2005, pela Lei Complementar nº 24/2005, tem por finalidade ser um instrumento de transformação do turismo local, contribuindo para a melhoria da qualidade

da vida urbana, da prestação de serviços públicos e da oferta de produtos, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística na cidade.

Com essa visão executiva, desde sua criação, programas estratégicos que consolidam o turismo de Fortaleza no mercado nacional. Entre esses programas estão: capacitação e qualificação para o turismo, pesquisa e sistema de informações turísticas, marketing institucional, enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes, além do desenvolvimento de produtos turísticos que fazem parte do calendário de eventos da cidade.

No que se refere ao projeto Aldeia da Praia, a SETFOR será responsável pelo acompanhamento às obras de melhorias habitacionais e Via Paisagística.

16.3 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF

A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília (DF) e com filiais em todo o território nacional tendo como missão promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando prioritariamente no desenvolvimento urbano, nos segmentos de habitação, saneamento e infraestrutura e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social, cumprindo com o dever do Estado em atender ao princípio mais elementar da dignidade humana, ou seja, o direito à moradia.

Compete à CAIXA, na qualidade de agente operador dos Programas do Ministério das Cidades, o acompanhamento e ateste da execução das obras física e social, uma vez que a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento do estabelecidos nos projetos da obra.

16.4 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) tem por finalidade, segundo o Decreto N° 13.128/2013, implementar ações estratégicas de desenvolvimento econômico autossustentável, envolvendo iniciativas de fortalecimento dos sistemas produtivos formal e informal, visando à efetividade das ações do Município de Fortaleza.

A SDE atua em dois eixos principais: Empreendedorismo e Atração de Investimentos. O primeiro se fundamenta no estímulo a ações voltadas aos micro e pequenos empreendedores de Fortaleza, com formalização de negócios, promoção de feiras e eventos, parceria com bancos para oferta de crédito, apoio à economia criativa e solidária e desenvolvimento inclusivo, entre outras.

O segundo objetiva atrair negócios para a cidade de Fortaleza, por meio da formulação, articulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento da economia local; implementação de incentivos fiscais; implantação de parques tecnológicos e criação de uma agência de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, firmar parceria com esse órgão é fundante para o desenvolvimento social do Projeto.

16.5 FEDERAÇÃO DE BAIROS E FAVELAS DE FORTALEZA – FBFF

A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza surgiu há 30 anos com o objetivo de construir uma política de interesse social e tantas outras políticas de benefícios para o “povo das favelas”, como a discussão do planejamento urbano.

Durante muitos anos também contribuíram com os movimentos de multirão habitacional, como a primeira grande alternativa criada pela força do povo para resolver algumas demandas da população carente. Após décadas de luta foi aprovado o Estatuto das Cidades, garantindo as demandas históricas de atendimento ao direito à cidade e do direito à moradia.

No projeto Aldeia da Praia, a FBFF atuará como parceiro na oficina de capacitação dos representantes de bloco, com palestra informativa sobre os temas condizentes ao fortalecimento de lideranças.

16.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

A SMS é um órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF que tem por atribuição gerenciar a oferta de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Os serviços de atenção à saúde estão voltados para as necessidades prioritárias da comunidade usuária do SUS.

A partir de então, os esforços, programas e investimentos públicos passaram a se concentrar na atenção básica, com a adoção do Programa Saúde da Família (PSF), o modelo preconiza uma equipe de saúde da família de caráter multiprofissional (médico generalista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agente

comunitário de saúde) que trabalha com definição de território de abrangência, descrição de clientela, cadastramento e acompanhamento da população residente na área.

A Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza administra uma rede própria de serviços de saúde e mantém convênio com uma rede de hospitais e clínicas públicas, particulares ou filantrópicas. A rede própria é formada por 92 postos de saúde, dois Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), o Centro de Especialidades Médicas José de Alencar (Cemja), duas Farmácias Populares, 14 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), oito hospitais secundários, um hospital terciário, outro de atenção secundária e terciária e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). A rede conveniada é composta por clínicas e hospitais públicos, privados e filantrópicos credenciados, que prestam serviços de consultas, exames e internações.

Diante do exposto, se pretende realizar ações, mobilizações, palestras, oficinas e campanhas com os temas mais diversos, visando atender as demandas identificadas na comunidade.

16.7 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – SEUMA

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente tem como missão planejar e controlar o ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Elaborar, coordenar, executar e monitorar as políticas e diretrizes relativas ao urbanismo e ao meio ambiente bem como a sua implementação em articulação com as demais Secretarias Municipais avaliando, periodicamente, os resultados obtidos.

O apoio desta Secretaria se fará presente no Projeto com o apoio nas ações socioeducativas relacionadas às questões ambientais.

16.8 SECRETARIA DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME- SETRA

A Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra) coordena, no âmbito do município de Fortaleza, as Políticas de Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. Tem como missão assegurar à população a assistência social integral, a segurança alimentar e nutricional, a segurança de renda e participação na vida produtiva, contribuindo para o desenvolvimento da sua autonomia cultural, social, política e econômica e viabilizando o pleno exercício da cidadania.

No Projeto Aldeia da Praia, a Setra atuará como parceira especialmente nas ações ligadas ao Cadastro único/ Bolsa Família/ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Além de possível parceria na

viabilização de cursos profissionalizantes através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

16.9 SECRETARIA DO TRABALHO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS

A Secretaria do Trabalho Desenvolvimento Social do estado do Ceará tem por finalidade: contribuir com o desenvolvimento e promoção da cidadania e elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos sociais vulnerabilizados, coordenando e executando as políticas do Trabalho, Assistência Social e desenvolvendo ações de segurança alimentar e nutricional. Será estabelecida parceria com este órgão, objetivado possibilidade de fomento a qualificação profissionais dos beneficiários do Projeto.

16.10 SECRETARIA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE FORTALEZA – SCDH

A Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, criada em 2009, nasceu na perspectiva de consolidação de uma política integrada de Direitos Humanos tendo como estratégias a promoção, defesa e difusão dos direitos, a construção de políticas específicas para segmentos populacionais historicamente discriminados por aspectos geracionais, étnico-raciais, de orientação sexual e pela condição de pessoas com deficiência e a territorialização de suas ações.

A Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos têm como competências a formulação, assessoramento e planejamento de programas municipais de Direitos Humanos, de forma geral e para os segmentos populacionais, executadas pelas diversas pastas municipais e a execução de políticas públicas complementares afirmativas de direito.

Os eixos que formam a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da PMF são responsáveis por dar unidade e, ao mesmo tempo, transversalidade à política municipal de direitos humanos. Eles conferem identidade à SCDH e coordenam sua atuação em três frentes: promoção, defesa e difusão de direitos. Cada frente trabalha em rede com equipamentos de dentro e de fora da Secretaria. A promoção dos Direitos Humanos consolida-se com a busca permanente da efetivação plena dos direitos pelo Poder Público. A Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos monitora o conjunto dos serviços públicos municipais a partir desta ótica. E para tanto conta com o suporte das seguintes Coordenadorias:

- Coordenadoria da Criança e Adolescência;
- Coordenadoria do Idoso;

- Coordenadoria da Igualdade Racial;
- Coordenadoria da Diversidade Sexual;
- Coordenadoria de Políticas para as Mulheres;
- Coordenadoria de Promoção em Cidadania e Direitos;
- Coordenadoria da Pessoa com Deficiência;
- Procon.

A SCDH atuará como parceira do Projeto Aldeia da Praia especialmente na prestação de serviços nas ações Cidadania, ou em outras atividades que se julgue necessário.

16.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

A Secretaria Municipal da Educação (SME) administra o Sistema Municipal de Educação, coordenando a Política Municipal, mediante a formulação de políticas públicas e diretrizes gerais, visando à otimização e à garantia de padrões de qualidade do modelo educacional e ao consequente aumento dos índices de escolaridade.

A parceria com o Projeto consiste em assegurar que sejam executadas ações durante o decorrer do mesmo, envolvendo toda a rede educacional: alunos, educadores, familiares e comunidade. Bem como, a utilização dos espaços físicos das escolas para execução das ações do Projeto.

16.12 SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA – SECULTFOR

A Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) é o órgão responsável pela formulação e coordenação de políticas públicas de Cultura no município de Fortaleza, desenvolvendo ações que visem à proteção da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural, além de viabilizar a promoção de programas que fomentem a formação, criação, produção e circulação das expressões culturais e artísticas; o fortalecimento da economia da cultura; a requalificação dos espaços públicos e o pleno exercício da cidadania. A Secultfor é um órgão vinculado ao gabinete do Prefeito e também responde pela organização e implantação do Sistema Municipal de Cultura de Fortaleza.

Nesse sentido, a parceria visa promover e difundir a cultura específica da comunidade, incentivando as manifestações culturais populares, sejam elas tradicionais ou modernas, como também, a valorização do patrimônio local.

16.13 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER – SECEL

A Secretaria de Esporte e Lazer (Secel), órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, criado em março de 2008, é responsável pela organização e realização de ações e atividades esportivas e de lazer junto à sociedade. A Secel tem como dever formular e executar a política municipal de esportes, coordenando, supervisionando e incentivando a realização de atividades físicas, desportivas e recreativas, como instrumento de inclusão social e promoção do bem-estar físico e psicológico à população.

As estratégias para o sucesso dessa missão incluem a democratização do acesso ao esporte e ao lazer, sempre buscando a participação efetiva da sociedade abrangendo todas as faixas etárias. Para isso, são desenvolvidas ações regulares que já fazem parte do cotidiano da população de Fortaleza.

Compete também à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer a responsabilidade pela administração dos seguintes equipamentos: Estádio Thauzer Parente, Ginásio Paulo Sarasate, Espaços Esportivos da Beira Mar, Estádio Novo Ideal, Estádio Antony Costa, Estádio Presidente Vargas, Complexo Esportivo Maravilha, Ginásio Aécio de Borba, Ginásio Poliesportivo da Parangaba, Estádio Municipal do Bom Jardim, Estádio Walter Lacerda, Estádio Valdir Bezerra, Campo Sapiroanga Coité.

A parceria dessa secretaria com o Projeto visa incentivar e promover momentos de lazer e valorização das práticas esportivas locais, através dos campeonatos esportivos e ações de Cidadania.

16.14 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

A Secretaria de Segurança Pública é um órgão público brasileiro, com núcleo próprio em cada Estado, sendo responsável pelo registro de boletins de ocorrência, desaparecimento de pessoas, emissão de carteira de identidade, dentre outros.

O objetivo principal da SSP é garantir a ordem pública e a preservação das garantias do Cidadão, assim como a proteção da vida e do patrimônio, através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança; Além de promover diversas ações para prever e conter a criminalidade e controlar a posse de armas, reduzir a violência e a criminalidade.

Dentro do projeto esta secretaria terá fundamental importância, no que se refere às atividades relacionadas à violência urbana.

16.15 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIDADÃ – SESEC

A Secretaria Municipal de Segurança Cidadã foi criada pela Lei 10000, de 8 de janeiro de 2013, com o objetivo de estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança cidadã no Município de Fortaleza. O órgão também executa, por meio das suas vinculadas, as políticas públicas de interesse da pasta, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais do Município que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança cidadã da cidade.

O papel dessa secretaria é estabelecer relação com os órgãos de segurança estaduais e federais, visando uma ação unificada no Município de Fortaleza, inclusive com planejamento e integração das comunicações. Também atuam nas ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo realizadas pelos órgãos de segurança pública do Estado e da União que atuam no Município de Fortaleza, por meio de intercâmbio permanente de informações e gerenciamento.

A prioridade, para a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, é contribuir para a prevenção e a diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. Para tanto, pode realizar ações, convênios e parcerias, quando necessário, com as entidades nacionais ou estrangeiras que exerçam atividades destinadas a estudos e pesquisa de interesse da segurança urbana e valer-se de dados estatísticos das polícias estaduais para o estabelecimento de prioridades das ações de segurança cidadã municipal.

Além disso, podem ser celebrados acordos com instituições voltadas às áreas de serviço social e psicologia, visando, no trabalho da Guarda Municipal de Fortaleza, à resolução de pequenos conflitos sociais que, por sua natureza, possam dar origem à violência e à criminalidade.

Por meio da sua vinculada, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, é papel da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC) executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), em Fortaleza, e coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), no âmbito local e em articulação com os governos federal e estadual (Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012).

A Guarda Municipal de Fortaleza, também vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC), é o principal órgão de execução da política municipal de segurança urbana.

Dentro do projeto esta secretaria atuará especialmente no que se refere às atividades relacionadas à violência urbana.

16.16 SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL II – SER II

Secretaria Executiva Regional II - SER II é uma das 06 subprefeituras (Secretarias Executivas Regionais) localizadas na cidade de Fortaleza, na Zona Leste deste município. A SER II é formada por 20 bairros, onde moram aproximadamente 325.058 pessoas. O grande objetivo da Regional II é reduzir os desníveis sociais entre seus bairros, executando políticas públicas, proporcionando o atendimento às necessidades e demandas das comunidades, considerando que a maior parte desses indivíduos está em situação de vulnerabilidade social.

A parceira com a SER II se dá devido a esta ter atuação na área de abrangência do Projeto.

16.17 EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO – EMLURB

A Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb) é uma empresa pública de direito privado, integrante da administração indireta do Município de Fortaleza, constituída pela Lei Nº 6.223 de 28 de setembro de 1987. Tem como finalidade o desenvolvimento, a implantação de planos urbanísticos, o planejamento e a execução das atividades de limpeza pública e comercialização dos próprios serviços da Prefeitura de Fortaleza, tais como: promover a coleta, remoção, industrialização e comercialização de lixo domiciliar e proveniente de atividades comercial, industrial, hospitalar e de construção civil.

É competência, ainda da Emlurb, a manutenção das vias públicas, a podaçoão de árvores, varrição de mercados e logradouros públicos, conservação dos parques, jardins, zoológico municipal, horto municipal, bem como a fiscalização concernente à execução e cobrança do preço do serviço de limpeza pública e aplicação das penalidades por infração em decorrência da inobservância de suas disposições.

A EMLURB será parceira do Projeto nas ações sobre o meio ambiente, conservação das praias e na realização de visitas ao Zoológico Municipal de Fortaleza.

16.18 ECOFOR

A Ecofor Ambiental é a concessionária da Prefeitura Municipal de Fortaleza responsável pela Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Criada em 2003, as operações da empresa se concentram nos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e especiais urbanos (entulho, restos de poda e lixo solto), além da varrição e conservação da Avenida Beira Mar e do Centro. A Ecofor atende 2,4 milhões de habitantes e recolhe uma média de 98 mil toneladas de lixo por mês. Na execução dos serviços, estão envolvidos 1.016 funcionários e uma frota de 256 veículos de coleta entre caçambas, caminhões compactadores, carros e tratores. O Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (ASMOC) também é administrado pela Ecofor. O local recebe o lixo proveniente de Fortaleza e Caucaia.

Na área de educação ambiental, a Ecofor mantém o programa Ecocidadão que promove atitudes conscientes para a preservação do meio ambiente em comunidades carentes com necessidade de diminuir a quantidade de pontos de lixo solto. As ações implantadas contribuem para o desenvolvimento socioambiental e a melhora na qualidade de vida da população.

Assim como a Emlurb a Ecofor será parceira do projeto nas atividades ligadas ao meio ambiente, além das relacionadas ao correto descarte dos resíduos sólidos.

16.19 COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE

A Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará - Cagece é a empresa de saneamento básico, é uma empresa mista de capital aberto que tem por finalidade a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto em todo o estado do Ceará. Atualmente, a empresa está presente em 263 localidades de 150 municípios. A população coberta é 4,52 milhões de cearenses, incluindo 2,40 milhões de habitantes somente em Fortaleza.

A Cagece beneficia com uma cobertura de 1.669.211 hab no Ceará com serviços de coleta de esgoto sanitário através 383.252 de ligações de esgoto. A rede coletora tem uma extensão de 3.750,99 km. Em Fortaleza, o índice de cobertura das localidades operadas com serviços de coleta de esgoto é de 50,56%. Identificamos que a Comunidade sofre com problemas de esgotamento, devido ao nivelamento do mar, essa é uma luta histórica. Nesse sentido, a parceria visa modificar essa realidade, visando aumentar a qualidade de vida da população, bem como, desenvolver ações sócioeducativas visem o uso racional dos recursos e o combate ao desperdício de energia e água.

16.20 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

A Companhia Energética do Ceará - COELCE é uma empresa de distribuição e geração de energia elétrica com atuação em todo o estado do Ceará com sede em Fortaleza. Foi criada em 30 de agosto de 1971 por meio da Lei Estadual nº. 9.477 de 05/07/1971 a partir da unificação de quatro Empresas distribuidoras de energia elétrica, então existente no Estado do Ceará: Companhias de Eletricidade do Cariri - CELCA, Eletrificação Centro - Norte do Ceará- CENORT, Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza – CONEFOR e Companhia de Eletrificação do Nordeste – CERNE.

A COELCE atualmente desenvolve vários projetos voltados para pessoas em vulnerabilidade social, nesse sentido, a parceria visa levar a comunidade tais projetos, com o intuito da promoção social dos indivíduos e da área de abrangência do projeto.

16.21 AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SERVIÇOS PÚBLICOS E CIDADANIA – SPC

O gerenciamento do trânsito em Fortaleza criado a partir da Lei Municipal nº 8.419 de 31 de março de 2000 é de competência exclusiva da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza (AMC), dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Além do trânsito, a AMC, de acordo com a Lei, era responsável pelo gerenciamento do SOS Fortaleza, do Núcleo de Cidadania de Fortaleza, da Defesa Civil e da Iluminação Pública. Em julho de 2001, a AMC foi incluída ao Sistema Nacional de Trânsito.

Como no Projeto existem etapas de alargamento de vias, estabelecer a parceria consiste exatamente, articular essas etapas com o planejamento da AMC, bem como, levar ações com vista à educação no trânsito na comunidade.

16.22 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC

Criado em 13 de setembro de 1946 e sua unidade no Ceará em 20 de maio de 1948, o Serviço Social do Comércio (SESC) é uma instituição social, de caráter privado e sem fins lucrativos, mantida por empresários do comércio de bens e serviços. Atua como agente facilitador da transformação da sociedade, estimulando o desenvolvimento da cidadania e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos comerciários e

comunidade em geral, através de ações nas áreas de Educação, Cultura, Lazer, Saúde e Assistência, dentre outros.

O SESC visa contribuir na construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens, serviços e turismo, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiados e de excelência.

A parceria visa tornar essa ação social do SESC uma soma de compromissos voltada para a produção cultural, fomentação do turismo, hospitalidade e lazer, e ainda impulsionando no que diz respeito aos cursos na área da gastronomia e segurança alimentar.

16.23 SERVIÇO BRASIEIRO DE APOIO O MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE

O SEBRAE tende a promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios fomentando o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional, com o objetivo de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das microempresas e empresa de pequeno porte.

Além de propor a simplificação da legislação e desburocratização dos processos, aplicadas aos pequenos empreendimentos, articula a formação e o fortalecimento de redes e organizações de cooperação dos pequenos empreendimentos fortalecendo o fórum permanente das MPE, como instância de defesa dos interesses dos pequenos negócios.

O SEBRAE será parceiro do Projeto nas ações juntamente com SEST/SENAT sobre o curso profissionalizante nas áreas de infraestrutura, conservação e zeladoria.

16.24 SEST/SENAT

A missão do SEST SENAT é desenvolver e disseminar a cultura de transporte, promovendo a melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional do trabalhador, bem como a formação e a qualificação de novos profissionais para eficiência e eficácia dos serviços a serem prestados à sociedade.

O SEST SENAT tem o objetivo, definido pela visão da instituição, de atingir um patamar superior de desempenho a partir de foco no mercado, utilização intensiva de tecnologia e informação e comunicação de massa, geração de inteligência corporativa e transparência institucional.

O SEST/SENAT será parceiro do Projeto nas ações juntamente com o SEBRAE sobre o curso profissionalizante nas áreas de infraestrutura, conservação e zeladoria.

16.25 SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

O SENAI é uma entidade de direito privado, que tem como objetivo promover o desenvolvimento e o aprimoramento da indústria nacional. Atua na capacitação de profissionais e no aperfeiçoamento dos produtos e processos das indústrias, por meio de cursos e serviços técnicos e tecnológicos.

Desde a sua fundação, o SENAI cumpre um papel fundamental e histórico na formação do trabalhador cearense. Afinal, através dele, vários profissionais da indústria receberam uma formação qualificada. O resultado foi mais desenvolvimento para o país, que passou a ser mais industrializado e conseqüentemente menos dependente de alguns países desenvolvidos.

Hoje, o SENAI mantém o papel protagonista na concepção de atividades que ampliem a geração de emprego e renda no estado, além de promover a inovação através de Serviços Técnicos e Tecnológicos ofertados para as indústrias. Tendo como missão promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da Indústria Cearense.

A parceria visa levar para a comunidade cursos, com o intuito de capacitar os indivíduos para que se possa promover a inclusão destes no mercado de trabalho.

16.26 SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE IDT

O SINE/IDT é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Governo do Estado do Ceará, como Organização Social, apto a executar políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo. Tem como missão viabilizar soluções para o desenvolvimento do trabalho e empreendedorismo visando à inclusão. Fazendo: cadastro de trabalhadores que demandam emprego; recrutamento, seleção e intermediação de profissionais para o mercado de trabalho; atendimento de trabalhadores para o seguro-desemprego; dentre outros serviços.

O SINE/IDT será parceiro do Projeto nas ações encaminhamentos dos alunos concludentes ao balcão de empregos.

16.27 CURSO DE ENGENHARIA DE PESCA – UFC

A Universidade Federal do Ceará é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Nasceu como resultado de um amplo movimento de opinião pública. Sediada em Fortaleza, Capital do Estado, a UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará e sua atuação tem por base todo o território cearense, de forma a atender às diferentes escalas de exigências da sociedade.

A UFC dispõe de vários cursos de extensão, dentre eles, o de Engenharia de Pesca no qual, está inserido no Laboratório do Departamento deste curso, atuando como parceiro do Projeto Aldeia da Praia através processamento do pescado.

16.28 INSTITUTO POVO DO MAR – IPOM

O Instituto Povo do Mar – IPOM tem por finalidade a promoção da cidadania, da educação, da arte, do esporte, da cultura, do voluntariado, do desenvolvimento econômico social e combate a pobreza, e, da preservação e conservação do meio ambiente para as comunidades socialmente desprivilegiadas, por intermédio da execução direta dos projetos e atividades, bem como da doação de recursos físicos, humanos, financeiros. O Instituto nasceu no início do 2º semestre do ano de 2010.

Atualmente estão sendo desenvolvidos pelo IPOM sete projetos relevantes para a comunidade, inclusive aumentando o público alvo para pessoas que buscam trabalhar a geração de renda, como os familiares das crianças e adolescentes que integram o Instituto, resgatando a autoestima dos participantes. São eles: Brasis, Maracatu, Povo do Mar, Artes Visuais, Grupos Operativos, Surfista Digital e Limpando o Mundo.

Desta forma, o Instituto Povo do Mar – IPOM ameniza os problemas sociais existentes contribuindo para o crescimento pessoal e profissional do público alvo atendido. O IPOM possui atualmente em torno de 100 crianças/jovens com faixa etária entre 7 e 17 anos, devidamente cadastradas e frequentando regularmente a escola. Ressaltamos que estas pessoas estão longe da visão da sociedade, vivendo precariamente, sofrendo pelas drogas, prostituição e violência extrema.

O apoio deste Instituto se fará presente no Projeto nas ações envolvendo campeonato esportivo, promovendo momentos de lazer, valorização das práticas esportivas locais, tal como na participação de oficinas criativas para confecção de brinquedos com materiais recicláveis relacionadas às questões ambientais.

Assim também, como na participação de oficinas criativas para confecção de brinquedos com materiais recicláveis.

17 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

17.1 RECURSOS HUMANOS

17.1.1 EQUIPE TÉCNICA SOCIAL

Para a composição da equipe técnica a contratada deverá, necessariamente, dispor de profissionais qualificados e com experiência comprovada nas áreas de atuação a serem desenvolvidas no Projeto do Trabalho Social. Salienta-se que os supracitados profissionais devem atender os requisitos mínimos exigidos para cada área, tal como nível acadêmico compatível com as exigências dos serviços objeto deste PTS.

Vale destacar que a equipe técnica deverá atuar de forma conjunta e interdisciplinar, garantindo que as ações sejam desempenhadas de maneira articulada ao longo dos (trinta e seis) meses de execução do Projeto. A contratada tem a obrigação de encaminhar à Unidade Executora Municipal os currículos comprovados dos profissionais ao início do Projeto, bem como sempre que se fizer necessário, como em casos de permuta de profissionais.

Assim, logo abaixo segue a discriminação técnica e financeira referente a tais profissionais a serem contratados. Ressaltamos que as despesas indiretas compostas pela rubrica dos custos indiretos, tributos e lucros já estão contemplados nos valores apontados e limitados a 25% (vinte e cinco por cento).

Convém esclarecer que os valores estabelecidos aos técnicos sociais foram baseados no § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS Nº 418/2001 que versa sobre a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social (TRHSS). Esta determina o valor da hora técnica fixando o valor mínimo a ser cobrado na prestação de serviços profissionais do Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza semelhante; e é corrigida com base no ICV/DIESSSE. Apesar de outras categorias profissionais poderem compor os recursos humanos do PTS priorizamos os honorários da TRHSS para que não ocorram prejuízos a nenhuma das categorias possíveis, principalmente a do Serviço Social.



No que diz respeito às horas técnicas dos profissionais da equipe social para execução das atividades apresentadas no PTS foi utilizado como parâmetro de cálculo as seguintes porcentagens, visando potencializar a utilização das horas e, conseqüentemente, das atividades:

- No total de 100% das horas, serão direcionadas 20% para cada atividade destinadas à mobilização nos casos em que forem utilizados cartazes e carro de som, restando, desta forma, 80% dos recursos para a realização da atividade;

- Já nos casos em que forem utilizados convites e cartazes, no total de 100% das horas, 30% serão direcionadas para cada atividade destinada à mobilização, restando, assim, 70% dos recursos para a realização da atividade.

RECURSOS HUMANOS - EQUIPE TÉCNICA SOCIAL						
Profissional	Requisitos	Atribuição	Quant.	Horas Técnicas (quantidade)	Valor por hora (R\$)	Valor Total (R\$)
<u>Assistente Social I</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir experiência comprovada em desenvolvimento de projetos comunitários com famílias de baixa renda.	Desenvolver atividades voltadas para a Educação Popular relacionadas ao Eixo MOC.	1	2266	98,57	223.359,62
<u>Assistente Social I</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir experiência comprovada em desenvolvimento de projetos comunitários com famílias de baixa renda.	Desenvolver atividades voltadas para a Educação Popular relacionadas ao Eixo MOC.	1	1540	98,57	151.797,80
<u>Técnico Social II</u>	Graduação em curso de Nível Superior nas áreas: Serviço Social, Sociologia, Geografia; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir especialização em Educação Ambiental e/ou Meio Ambiente; Experiência comprovada em projetos que envolvam a Formação de multiplicadores em Educação sanitária e ambiental.	Desenvolver atividades relacionadas ao Eixo ESA.	1	2060	110,68	228.000,80
<u>Assistente Social III</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Experiência comprovada com associativismo, e/ou cooperativismo, e/ou sócio-economia solidária, e/ou formação de grupos produtivos, e/ou desenvolvimento de projetos comunitários para geração de trabalho e renda.	Desenvolver atividades relacionadas ao Eixo GTR.	1	1104	98,57	108.821,28



<u>Assistente Social IV</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir experiência comprovada de no mínimo 02 anos em projetos que envolvam planejamento, desenvolvimento e participação comunitária com famílias de baixa renda e capacitação de lideranças.	Coordenação de todo o trabalho de campo, responsável pelo planejamento, acompanhamento e execução de todas as atividades previstas no TTS.	1	4826	98,57	475.698,82
Total da equipe técnica (1)			4	9530	406,39	1.187.678,32
Despesas indiretas (2)						296.919,58
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						51.664,01
Despesas Financeiras (1%)						11.876,78
Imprevistos (3%)						35.630,35
COFINS (3%)						35.630,35
PIS/PASEP (0,65%)						7.719,91
ISS (5%)						59.383,92
Lucro (8%)						95.014,27
TOTAL GERAL (1 + 2)						1.484.597,90

17.1.2 ESTAGIÁRIOS DE SERVIÇO SOCIAL

Os estagiários da contratada deverão atender os requisitos e a discriminação financeira que seguem no quadro abaixo. Ressalta-se que os referidos estagiários devem estar sob supervisão dos técnicos em todas as etapas das ações a serem desenvolvidas no Projeto, com vistas à interação do processo construtivo de formação profissional daqueles.

Cabe pontuar que a contratação dos estagiários deve obedecer aos 36 (trinta e seis) meses de execução do Projeto, e que ao início deste e sempre que se fizer necessário deverá ser também encaminhado à UEM (Unidade Executora Municipal) os currículos dos alunos.

QUADRO 2: ESTAGIÁRIOS DE SERVIÇO SOCIAL						
Item	Requisitos	Quant. Estagiários	Valor Unit. (Custo por atividade)	Valor total (Custo por atividade)	Quant. Atividades	Valor Total
Estagiários	Cursar graduação em Serviço Social em período de estágio obrigatório ou não obrigatório; ter concluído no mínimo 04 (quatro) semestres. OBS: Estágio 4h diárias	4	60,74	242,96	372	90.381,12
Total (1)						90.381,12
Despesas Indiretas (2)						22.595,28
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						3.931,58



Despesas Financeiras (1%)	903,81
Imprevistos (3%)	2.711,43
COFINS (3,00%)	2.711,43
PIS/PASEP (0,65%)	587,48
ISS (5%)	4.519,06
Lucro (8%)	7.230,49
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>112.976,40</u>

17.1.3 LOCAÇÃO DE VEÍCULO

A contratada deverá locar um veículo que será utilizado para o cumprimento das atividades do Projeto de Trabalho Social, considerando os 36 (trinta e seis) meses de execução do supracitado Projeto.

LOCAÇÃO DE VEÍCULO					
Item	Especificação	Quant.	Valor Unit. (Custo por atividade)	Quant. Atividades	Valor Total
Locação de Veículo	Utilitário na cor branca com 5 lugares (4 passageiros + motorista), seguro total, película anti-sol, ar condicionado, combustível, com motorista habilitado e todos os demais acessórios obrigatórios.	1	353,37	372	131.453,64
Total (1)					131.453,64
Despesas Indiretas (2)					<u>32.863,41</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					5.718,23
Despesas Financeiras (1%)					1.314,54
Imprevistos (3%)					3.943,61
COFINS (3%)					3.943,61
PIS/PASEP (0,65%)					854,45
ISS (5%)					6.572,68
Lucro (8%)					10.516,29
TOTAL GERAL (1 + 2)					<u>164.317,05</u>

17.1.4 SERVIÇOS DE TERCEIROS

Para a realização de algumas ações programadas deste PTS dever-se-á contratar serviços de terceiros que venham apoiar a equipe técnica social e viabilizar a execução de tais ações. Para tanto segue previsão orçamentária dos serviços, e ressalva-se que os mesmos devem ser reconhecidos tecnicamente no mercado.



SERVIÇOS DE TERCEIROS				
Item	Unid	Quant.	Quant. Unitário	TOTAL
Data show (aluguel com tela de projeto e som)	Unid	42	120,00	5.040,00
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	81	60,00	4.860,00
Aluguel de tenda	Unid	78	80,00	6.240,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Unid (conjunto)	78	9,00	702,00
Empresa técnica especializada na área do curso (Empreendedorismo Individual)	Turmas	2	5000,00	10.000,00
Empresa técnica especializada na área Estatística	Unid (serviços)	4	2.500,00	10.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (Turismo, hospitalidade e lazer)	Turmas	4	5.000,00	20.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (Gastronomia e Segurança alimentar)	Turmas	3	5.000,00	15.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (Construção Civil)	Turmas	4	5.000,00	20.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (Infraestrutura, conservação e zeladoria)	Turmas	3	5.000,00	15.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (Higiene e beleza)	Turmas	4	5.000,00	20.000,00
Total (1)		303		<u>126.842,00</u>
Despesas Indiretas (2)				<u>31.710,50</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				5.517,63
Despesas Financeiras (1%)				1.268,42
Imprevistos (3%)				3.805,26
COFINS (3%)				3.805,26
PIS/PASEP (0,65%)				824,47
ISS (5%)				6.342,10
Lucro (8%)				10.147,36
TOTAL GERAL (1+2)				158.552,50

17.1.5 RECURSOS MATERIAIS

Ressalta-se, antecipadamente, que se for imprescindível à substituição de algum item dos recursos materiais, a permuta só poderá ser efetivada em comum acordo com a Unidade Executora Municipal.

17.1.6 MATERIAL DE CONSUMO

Os valores distribuídos nos quadros abaixo são concernentes aos materiais de consumo necessários à execução das atividades compatíveis com os eixos MOC, ESA e GTR. Destaca-se que os valores referentes aos materiais deverão ser utilizados nos 36 (trinta e seis) meses de execução do Projeto de Trabalho Social.



MATERIAL DE CONSUMO - MOC	
Ação	Valor Total (R\$)
Ação 1	0,00
Ação 2	0,00
Ação 3	11.008,00
Ação 4	1.161,60
Ação 5	1.202,40
Ação 6	59,50
Ação 7	796,20
Ação 8	3.166,56
Ação 9	1.051,20
Ação 10	0,00
Ação 11	99,00
Ação 12	131,98
Ação 13	49,20
Ação 14	16,80
Ação 15	132,00
Ação 16	997,80
Ação 17	267,80
Ação 18	2.830,00
Ação 19	1.040,00
Ação 20	4.029,60
Ação 21	2.740,00
Ação 22	1.030,00
Ação 23	5.680,00
Ação 24	780,00
Ação 25	4.390,00
Ação 26	168,00
Ação 27	340,00
Ação 28	1.059,90
Ação 29	283,44
Total (1)	<u>44.510,98</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>11.127,75</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	1.936,23
Despesas Financeiras (1%)	445,11
Imprevistos (3%)	1.335,33
COFINS (3%)	1.335,33
PIS/PASEP (0,65%)	289,32
ISS (5%)	2.225,55
Lucro (8%)	3.560,88
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>55.638,73</u>



MATERIAL DE CONSUMO – ESA	
Ação	Valor Total
Ação 1	935,00
Ação 2	7.890,70
Ação 3	131,60
Ação 4	5.942,00
Ação 5	2.908,40
Ação 6	342,00
Ação 7	2.977,00
Ação 8	1.000,96
Ação 9	2.823,56
Ação 10	3.822,34
Ação 11	654,00
Ação 12	5.122,50
Ação 13	1.260,00
Ação 14	1.473,52
Ação 15	27.753,50
Total (1)	65.037,08
Despesas Indiretas (2)	16.259,27
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	2.829,11
Despesas Financeiras (1%)	650,37
Imprevistos (3%)	1.951,11
COFINS (3%)	1.951,11
PIS/PASEP (0,65%)	422,74
ISS (5%)	3.251,85
Lucro (8%)	5.202,97
TOTAL GERAL (1 + 2)	81.296,35

MATERIAL DE CONSUMO – GTR	
Ação	Valor Total
Ação 1	14.704,80
Ação 2	1.712,20
Ação 3	1.795,50
Ação 4	815,80
Ação 5	580,26
Ação 6	391,05
Ação 7	321,00
Ação 8	873,00
Ação 9	510,60

Ação 10	654,00
Ação 11	852,50
Ação 12	1.743,00
Total (1)	<u>24.953,71</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>6.238,43</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	1.085,49
Despesas Financeiras (1%)	249,54
Imprevistos (3%)	748,61
COFINS (3%)	748,61
PIS/PASEP (0,65%)	162,20
ISS (5%)	311,92
Lucro (8%)	1.996,30
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>31.192,14</u>

18 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Nos itens subsequentes constam as cinquenta e oito (56) atividades previstas para os eixos MOC, ESA e GTR, bem como o quantitativo de atividades a serem distribuídos nos 36 (trinta e seis) meses de execução do Trabalho Social. Salienta-se que em anexo segue o quadro geral de execução (Anexo 1).

18.1 EIXO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC)

As atividades do MOC (Anexo 2) são ao todo 29 (vinte e nove) que devem ser divididas ao longo dos meses, conforme acima. Ressalta-se que as supracitadas atividades são subdivididas em ações, estas se totalizam em 262 (duzentos e sessenta e dois).

18.2 EIXO EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL (ESA)

O eixo ESA (Anexo 3) possui 15 (quinze) atividades que são divididas ao longo dos meses. Adverte-se que as supracitadas atividades são subdivididas em ações, estas totalizando em 73 (setenta e três).

18.3 EIXO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (GTR)

Compreende o GTR 12 (doze) atividades divididas ao longo dos meses (Anexo 3). Destaca-se que as supracitadas atividades são subdivididas em ações, ao todo são em 42 (quarenta e uma).

19 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro (Anexo 5) é referente aos recursos contratados para o PTS, vinculado as atividades previstas para os eixos MOC, ESA e GTR, a serem distribuído nos 36 (trinta e seis) meses de execução.

Novamente ressaltamos que as despesas indiretas estão consideradas nos valores apontados e limitadas a 25% (vinte e cinco por cento). Ainda ressalta-se que as despesas indiretas são referentes à: 4,35% de despesas operacionais administrativas, 1% de despesas financeiras, 3% de imprevistos, 3% de COFINS, 3% de PIS/PASEP, 5% de ISS e 8% de lucro.

20 CRONOGRAMA FINANCEIRO

EIXO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC)

01. Reunião de instrução e visitas destinadas à equipe licitada sobre o Programa, a intervenção, o Projeto de Engenharia e o Trabalho Social.				
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	0	2	0,00	0,00
Técnico Social II	0	1	0,00	0,00
Assistente Social III	0	1	0,00	0,00
Assistente Social IV	0	1	0,00	0,00
Total recursos humanos (1)				0,00
Despesas Indiretas (2)				0,00
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				0,00
Despesas Financeiras (1%)				0,00
Imprevistos (3%)				0,00
COFINS (3%)				0,00
PIS/PASEP (0,65%)				0,00
ISS (5%)				0,00
Lucro (8%)				0,00
TOTAL GERAL (1 + 2)				0,00

02. Visitas institucionais para mobilização das parcerias/arranjos locais, com o intuito de facilitar as ações e estabelecer uma rede integrada e comunicativa do Projeto.				
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	80	1	98,57	7.885,60
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37



Total recursos humanos (1)				8.481,93
Despesas Indiretas (2)				2.120,48
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				368,96
Despesas Financeiras (1%)				84,82
Imprevistos (3%)				254,46
COFINS (3%)				254,46
PIS/PASEP (0,65%)				55,13
ISS (5%)				424,10
Lucro (8%)				678,55
TOTAL GERAL (1 + 2)				<u>10.602,41</u>

03. Assembleias de apresentação do Projeto com os moradores das áreas de intervenção.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite Colorido	Unid	1200	0,30	360,00
Cópia simples	Unid	1200	0,12	144,00
Folders	Unid	2000	2,50	5.000,00
Total material de consumo (1)				<u>5.504,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	2	98,57	1.577,12
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.173,45</u>
Total (1+ 2)				<u>7.677,45</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.919,36</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				333,97
Despesas Financeiras (1%)				76,77
Imprevistos (3%)				230,32
COFINS (3%)				230,32
PIS/PASEP (0,65%)				49,90
ISS (5%)				383,87
Lucro (8%)				614,20
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>9.596,81</u>

04. Visitas/Revisitas domiciliares para atualização cadastral de todos os beneficiários das áreas de reassentamento e melhorias habitacionais e esclarecimentos acerca da intervenção.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópias do instrumental de cadastramento	Unid	130	0,35	45,50
Prancheta*	Unid	8	0,00	0,00



Pasta A-Z	Unid	2	1,05	2,10
Total material de consumo (1)				<u>72,60</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	2	98,57	1.577,12
Assistente Social III	8	1	98,57	788,56
Assistente Social IV	8	1	98,57	788,56
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>3.750,57</u>
Total (1 + 2)				<u>3.823,17</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>955,79</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				166,31
Despesas Financeiras (1%)				38,23
Imprevistos (3%)				114,70
COFINS (3%)				114,70
PIS/PASEP (0,65%)				24,85
ISS (5%)				191,16
Lucro (8%)				305,85
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.778,96</u>

05. Plantões Sociais, com vistas a estabelecimento de canais de comunicação/socializar informações (POUSO).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica*	caixa	1	0,00	0,00
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Folders*	Unid	500	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>16,70</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	4	1	98,57	394,28
Assistente Social IV	4	1	98,57	394,28
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>1.384,89</u>
Total (1 + 2)				<u>1.401,59</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>350,40</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				60,97
Despesas Financeiras (1%)				14,02
Imprevistos (3%)				42,05
COFINS (3%)				42,05
PIS/PASEP (0,65%)				9,11
ISS (5%)				70,08
Lucro (8%)				112,13



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				1.751,99
--------------------------------	--	--	--	-----------------

06. Assembleias para eleição das Comissões de Acompanhamento às Obras (CAO), das áreas de Melhorias Habitacionais e Reassentamento.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Papel madeira	Unid	9	0,60	5,40
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Pincel atômico	Unid	4	2,50	10,00
Total material de consumo (1)				29,75
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit. (Custo p/ hora)	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				60,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	16	2	98,57	3.154,24
Assistente Social IV	16	1	98,57	1.577,12
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				5.327,69
Total (1 + 2+ 3)				5.417,44
Despesas Indiretas (4)				1.354,36
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				235,66
Despesas Financeiras (1%)				54,17
Imprevistos (3%)				162,52
COFINS (3%)				162,52
PIS/PASEP (0,65%)				35,21
ISS (5%)				270,87
Lucro (8%)				433,40
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				6.771,80

07. Oficinas de capacitação da Comissão de Acompanhamento às Obras-CAO de Melhorias Habitacionais e Reassentamento para construção de um plano de ação.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	40	2,50	100,00
Bonés	Unid	40	5,50	220,00
Convite Colorido	Unid	40	0,30	12,00
Crachá	Unid	40	2,50	100,00
Camisas	Unid	40	9,00	360,00
Papel madeira	Unid	7	0,60	4,20
Fita adesiva*	Unid	1	0,00	0,00



Pincel atômico*	Unid	2	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>796,20</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2)				<u>3.758,21</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>939,55</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				163,48
Despesas Financeiras (1%)				37,58
Imprevistos (3%)				112,75
COFINS (3%)				112,75
PIS/PASEP (0,65%)				24,43
ISS (5%)				187,91
Lucro (8%)				300,66
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.697,76</u>

08. Visitas às obras com a CAO, promovendo um acompanhamento regular das intervenções físicas e estabelecendo canais de comunicação entre os sujeitos envolvidos na construção do empreendimento e os beneficiários.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite Colorido	Unid	40	0,30	12,00
Lanche	Unid	40	2,50	100,00
Cópia simples	Unid	44	0,12	5,28
Total material de consumo (1)				<u>117,28</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	6	1	98,57	591,42
Assistente Social IV	6	1	98,57	591,42
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>1.779,17</u>
Total (1 + 2)				<u>1.896,45</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>474,11</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				82,50
Despesas Financeiras (1%)				18,96
Imprevistos (3%)				56,89
COFINS (3%)				56,89
PIS/PASEP (0,65%)				12,33
ISS (5%)				94,82
Lucro (8%)				151,72
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>2.370,56</u>



09. Encontros das equipes técnicas com a Comissão de Acompanhamento às Obras - CAO de Melhorias Habitacionais e Reassentamento, para avaliar conjuntamente as percepções acerca do empreendimento.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	40	2,50	100,00
Convite Colorido	Unid	40	0,30	12,00
Cópia simples	Unid	40	0,12	4,80
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>116,80</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	1	98,57	788,56
Assistente Social IV	8	1	98,57	788,56
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.173,45</u>
Total (1 + 2)				<u>2.290,25</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>572,56</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				99,63
Despesas Financeiras (1%)				22,90
Imprevistos (3%)				68,71
COFINS (3%)				68,71
PIS/PASEP (0,65%)				14,89
ISS (5%)				114,51
Lucro (8%)				183,22
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>2.862,81</u>

10. Reunião com o Grupo Executivo Local - GEL para nivelar informações e tomadas de decisão sobre a intervenção e seus beneficiários.

Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social IV	0	0	98,57	0,00
Locação de veículo	—	0	353,37	0,00
Total recursos humanos (1)				<u>0,00</u>
Despesas Indiretas (2)				<u>0,00</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				0,00
Despesas Financeiras (1%)				0,00
Imprevistos (3%)				0,00
COFINS (3%)				0,00
PIS/PASEP (0,65%)				0,00
ISS (5%)				0,00
Lucro (8%)				0,00
TOTAL GERAL (1 + 2)				<u>0,00</u>



11. Assembleia para escolha de representantes de blocos na área de reassentamento.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Caneta esferográfica	Caixa	3	25,00	75,00
Total material de consumo (1)				99,00
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit. (Custo p/ hora)	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	2	60,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				120,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				4.144,85
Total (1 + 2 + 3)				4.363,85
Despesas Indiretas (4)				1.090,96
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				189,83
Despesas Financeiras (1%)				43,64
Imprevistos (3%)				130,92
COFINS (3%)				130,92
PIS/PASEP (0,65%)				28,37
ISS (5%)				218,19
Lucro (8%)				349,11
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				5.454,81

12. Oficina de Capacitação dos Representantes de blocos para orientar no processo de gestão de espaços comuns e regras de convivência.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	40	2,50	100,00
Convite colorido	Unid	48	0,30	14,40
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Cópia simples	Unid	51	0,12	6,12
Papel madeira	Unid	7	0,60	4,20
Fita adesiva	Unid	1	4,76	4,76
Pincel atômico	Unid	1	2,50	2,50
Total material de consumo (1)				131,98
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				120,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total



Assistente Social I	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.213,99</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>803,50</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				139,81
Despesas Financeiras (1%)				32,14
Imprevistos (3%)				96,42
COFINS (3%)				96,42
PIS/PASEP (0,65%)				20,89
ISS (5%)				160,70
Lucro (8%)				257,12
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>4.017,49</u>

13. Assembleia para a construção das regras de convivência.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	93	0,12	11,16
Papel madeira	Unid	5	0,60	3,00
Convite colorido	Unid	101	0,30	30,30
Fita adesiva	Unid	1	4,74	4,74
Pincel atômico*	Unid	2	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>49,20</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>120,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	16	1	98,57	1.577,12
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.539,13</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>4.708,33</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.177,08</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				204,81
Despesas Financeiras (1%)				47,08
Imprevistos (3%)				141,25
COFINS (3%)				141,25
PIS/PASEP (0,65%)				30,60
ISS (5%)				235,42
Lucro (8%)				376,67



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>5.885,41</u>
------------------------------------	--	--	--	------------------------

14. Assembleia para eleição da SubComissão Consultiva do Empreendimento.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	40	0,30	12,00
Cópia simples	Unid	40	0,12	4,80
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>16,80</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	2	98,57	1.577,12
Assistente Social IV	8	1	98,57	788,56
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2)				<u>2.978,81</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>744,70</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				129,58
Despesas Financeiras (1%)				29,79
Imprevistos (3%)				89,36
COFINS (3%)				89,36
PIS/PASEP (0,65%)				19,36
ISS (5%)				148,94
Lucro (8%)				238,30
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.723,51</u>

15. Encaminhamento das famílias que não são cadastradas no Cadastro Único - CadÚnico para inserção.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite Colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cópias simples	Unid	600	0,12	72,00
Total material de consumo (1)				<u>132,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>1.779,17</u>
Total (1 + 2)				<u>1.911,17</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>477,79</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				83,14
Despesas Financeiras (1%)				19,11
Imprevistos (3%)				57,34



COFINS (3%)				57,34
PIS/PASEP (0,65%)				12,42
ISS (5%)				95,56
Lucro (8%)				152,89
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>2.388,96</u>

16. Palestras sobre o Programa Bolsa Família e suas condicionalidades.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	500	0,30	150,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Fita adesiva	Unid	3	4,75	14,25
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Pincel atômico	Unid	5	2,50	12,50
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Total material de consumo (1)				<u>249,45</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit. (Custo p/ hora)	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.271,46</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>817,87</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				142,31
Despesas Financeiras (1%)				32,71
Imprevistos (3%)				98,14
COFINS (3%)				98,14
PIS/PASEP (0,65%)				21,26
ISS (5%)				163,57
Lucro (8%)				261,72
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>4.089,33</u>

17. Palestras sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI .

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	100	0,30	30,00
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Fita adesiva	Unid	3	4,75	14,25
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70



Pincel atômico*	Unid	2	0,00	0,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Total material de consumo (1)				<u>66,95</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2)				<u>3.028,96</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>757,24</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				131,76
Despesas Financeiras (1%)				30,29
Imprevistos (3%)				90,87
COFINS (3%)				90,87
PIS/PASEP (0,65%)				19,69
ISS (5%)				151,45
Lucro (8%)				242,32
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.786,20</u>

18. Reunião com os moradores para socializar informações sobre o Empreendimento, enfatizando a sua importância para a Comunidade.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	100	0,30	30,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Papel madeira	Unid	5	0,60	3,00
Banners	Unid	4	25,00	100,00
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Panfletos informativos	Unid	100	1,25	125,00
Total material de consumo (1)				<u>283,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>4.144,85</u>
Total (1 + 2)				<u>4.427,85</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.106,96</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				192,61
Despesas Financeiras (1%)				44,28
Imprevistos (3%)				132,83



PIS/PASEP (0,65%)				28,78
COFINS (3%)				132,83
ISS (5%)				221,39
Lucro (8%)				354,23
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.534,81</u>

19. Visitas ao empreendimento com reunião de apresentação "in loco" do empreendimento, tendo em vista tratar-se de uma nova modalidade de unidade habitacional/apartamento.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	90	0,30	27,00
Água mineral	Copo	100	0,65	65,00
Cópia simples	Unid	100	0,12	12,00
Total material de consumo (1)				<u>104,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>4.144,85</u>
Total (1 + 2)				<u>4.248,85</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.062,21</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				184,82
Despesas Financeiras (1%)				42,49
Imprevistos (3%)				127,47
COFINS (3%)				127,47
PIS/PASEP (0,65%)				27,62
ISS (5%)				212,44
Lucro (8%)				339,91
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.311,06</u>

20. Oficina de loteamento e preparação para o reassentamento.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	80	2,50	200,00
Convite colorido	Unid	80	0,30	24,00
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Pincel atômico*	Unid	3	2,50	7,50
Total material de consumo (1)				<u>251,85</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68



Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>4.144,85</u>
Total (1 + 2)				<u>4.396,70</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.099,18</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				191,26
Despesas Financeiras (1%)				43,97
Imprevistos (3%)				131,90
COFINS (3%)				131,90
PIS/PASEP (0,65%)				28,58
ISS (5%)				219,84
Lucro (8%)				351,74
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.495,88</u>

21. Coleta de documentos, montagem dos dossiês e preparação para assinatura dos contratos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	80	0,30	24,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Pasta	Unid	100	0,95	95,00
Cópias simples	Unid	300	0,35	105,00
Total material de consumo (1)				<u>274,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>4.144,85</u>
Total (1 + 2)				<u>4.418,85</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.104,71</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				192,22
Despesas Financeiras (1%)				44,19
Imprevistos (3%)				132,57
COFINS (3%)				132,57
PIS/PASEP (0,65%)				28,72
ISS (5%)				220,94
Lucro (8%)				353,51
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.523,56</u>

22. Reunião informativa sobre o conteúdo do contrato a ser realizada pela GIHAB com a participação da Construtora e Equipe Social.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
---------------------	------	--------	-------------	-------------



Convite colorido	Unid	120	0,30	36,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópias simples	Unid	120	0,35	42,00
Total material de consumo (1)				<u>103,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	2	98,57	1.577,12
Assistente Social IV	8	1	98,57	788,56
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2)				<u>3.065,01</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>766,25</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				133,33
Despesas Financeiras (1%)				30,65
Imprevistos (3%)				91,95
COFINS (3%)				91,95
PIS/PASEP (0,65%)				19,92
ISS (5%)				153,25
Lucro (8%)				245,20
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.831,26</u>

23. Assinatura dos contratos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	120	0,30	36,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Pasta	Unid	120	0,95	114,00
Cópias simples	Unid	240	0,35	84,00
Total material de consumo (1)				<u>284,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	2	98,57	1.577,12
Assistente Social IV	8	1	98,57	788,56
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2)				<u>3.246,01</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>811,50</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				141,20
Despesas Financeiras (1%)				32,46
Imprevistos (3%)				97,38
COFINS (3%)				97,38
PIS/PASEP (0,65%)				21,10



ISS (5%)				162,30
Lucro (8%)				259,68
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.057,51</u>

24. Vistoria Individual

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópias simples	Unid	120	0,35	42,00
Convite colorido	Unid	120	0,30	36,00
Total material de consumo (1)				<u>78,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>4.144,85</u>
Total (1 + 2)				<u>4.222,85</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.055,71</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				183,69
Despesas Financeiras (1%)				42,23
Imprevistos (3%)				126,69
COFINS (3%)				126,69
PIS/PASEP (0,65%)				27,45
ISS (5%)				211,14
Lucro (8%)				337,83
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.278,56</u>

25. Ação de Reassentamento dos beneficiários.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Água mineral	Copo	500	0,65	325,00
Cópias simples	Unid	120	0,35	42,00
Papel madeira	Unid	60	0,60	36,00
Convite colorido	Unid	120	0,30	36,00
Total material de consumo (1)				<u>439,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	16	2	98,57	3.154,24
Assistente Social IV	16	1	98,57	1.577,12
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2)				<u>5.766,69</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.441,67</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				250,85



Despesas Financeiras (1%)				57,67
Imprevistos (3%)				173,00
COFINS (3%)				173,00
PIS/PASEP (0,65%)				37,48
ISS (5%)				288,33
Lucro (8%)				461,34
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>7.208,36</u>

26. Ação de avaliação sistemática pelas equipes técnicas interdisciplinares (Social, Engenharia, Jurídica e Regularização Fundiária).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	40	0,35	14,00
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>14,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	6	2	98,57	1.182,84
Técnico Social II	6	1	110,68	664,08
Assistente Social III	6	1	98,57	591,42
Assistente Social IV	6	1	98,57	591,42
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>3.626,09</u>
Total (1 + 2)				<u>3.640,09</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>910,02</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				158,34
Despesas Financeiras (1%)				36,40
Imprevistos (3%)				109,20
COFINS (3%)				109,20
PIS/PASEP (0,65%)				23,66
ISS (5%)				182,00
Lucro (8%)				291,21
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.550,11</u>

27. Pesquisa para avaliar o nível de satisfação dos moradores com Programa Aldeia da Praia.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	1000	0,12	120,00
Cartaz Colorido	Unid	40	1,25	50,00
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>170,00</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Empresa técnica especializada na área estatística	Unid	1	2.500,00	2.500,00



Total serviços de terceiros (2)				<u>2.560,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	16	2	98,57	3.154,24
Técnico Social II	16	1	110,68	1.770,88
Assistente Social III	16	1	98,57	1.577,12
Assistente Social IV	16	1	98,57	1.577,12
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>8.675,69</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>11.405,69</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.851,42</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				496,15
Despesas Financeiras (1%)				114,06
Imprevistos (3%)				342,17
COFINS (3%)				342,17
PIS/PASEP (0,65%)				74,14
ISS (5%)				570,28
Lucro (8%)				912,46
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>14.257,11</u>

28. Seminário Final de Avaliação e encerramento do Projeto.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Cartaz colorido	Unid	40	1,25	50,00
Cópias do instrumental de avaliação	Unid	1000	0,35	350,00
Clipes	Caixa	1	2,75	2,75
Impressão colorida da avaliação	Unid	2	37,50	75,00
Pasta A-Z	Unid	10	1,05	10,50
Total material de consumo (1)				<u>529,95</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área estatística	Unid	1	2.500,00	2.500,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>2.500,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	2	98,57	2.365,68
Técnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Assistente Social IV	10	1	98,57	985,70
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>6.040,21</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>9.070,16</u>



Despesas Indiretas (4)				<u>2.267,54</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				394,55
Despesas Financeiras (1%)				90,70
Imprevistos (3%)				272,10
COFINS (3%)				272,10
PIS/PASEP (0,65%)				58,96
ISS (5%)				453,51
Lucro (8%)				725,61
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>11.337,70</u>

29. Reunião com moradores, para socializar informações sobre as melhorias habitacionais e Regularização Fundiária na área, facilitando o acompanhamento/avaliação das mesmas, em conjunto com a CAO e em parceria com a equipe de Regularização fundiária.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	1181	0,12	141,72
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>141,72</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit. (Custo p/ hora)	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>2.962,01</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.163,73</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>790,93</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				137,62
Despesas Financeiras (1%)				31,64
Imprevistos (3%)				94,91
COFINS (3%)				94,91
PIS/PASEP (0,65%)				20,56
ISS (5%)				158,19
Lucro (8%)				253,10
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>3.954,66</u>

EIXO EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL (ESA)

01. Palestras educativas sobre o uso racional de água e energia elétrica.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	20	1,25	25,00



Convite colorido	Unid	220	0,30	66,00
Pincel atômico	Unid	1	2,50	2,50
Total material de consumo (1)				93,50
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				120,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	16	1	110,68	1.770,88
Assistente Social IV	16	1	98,57	1.577,12
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				3.944,33
Total (1 + 2 + 3)				4.157,83
Despesas Indiretas (4)				1.039,46
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				180,87
Despesas Financeiras (1%)				41,58
Imprevistos (3%)				124,73
COFINS (3%)				124,73
PIS/PASEP (0,65%)				27,03
ISS (5%)				207,89
Lucro (8%)				332,63
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				5.197,29

02. Campanhas educativas sobre Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	40	1,25	50,00
Folders	Unid	2220	1,25	2.775,00
Lanche	Unid	200	2,50	500,00
Cartaz colorido	Unid	8	1,25	10,00
Convite colorido	Unid	24	0,30	7,20
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	2	3,70	7,40
Sacos de lixo	Pacote	1	3,51	3,51
Pincel atômico	Unid	2	2,50	5,00
Tesoura	Unid	8	0,85	6,80
Caneta esferográfica	Cx	1	25,00	25,00
Cola branca	Unid	6	3,50	21,00
Fita adesiva	Unid	3	4,75	14,25
Barbante	Rolo	1	13,91	13,91
Avental infantil	Unid	25	3,50	87,50
Pincel para pintura	Unid	10	1,90	19,00
Crachá	Unid	25	2,50	62,50
Tinta guache	Caixa	10	5,49	54,90



Canetinha	Pacote	10	3,95	39,50
Cópia simples	Unid	2024	0,12	242,88
Total material de consumo (1)				<u>3.945,35</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.781,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>8.786,68</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.196,67</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				382,22
Despesas Financeiras (1%)				87,87
Imprevistos (3%)				263,60
COFINS (3%)				263,60
PIS/PASEP (0,65%)				57,11
ISS (5%)				439,33
Lucro (8%)				702,93
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>10.983,35</u>

03.Oficina de Reaproveitamento de Alimentos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	45	0,12	5,40
Convite colorido	Unid	50	0,30	15,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Total material de consumo (1)				<u>32,90</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>3.107,33</u>
Total (1 + 2)				<u>3.140,23</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>785,06</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				136,60
Despesas Financeiras (1%)				31,40
Imprevistos (3%)				94,21
COFINS (3%)				94,21
PIS/PASEP (0,65%)				20,41



ISS (5%)				157,01
Lucro (8%)				251,22
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.925,29</u>

04. Campanha educativa sobre a preservação do meio ambiente e cuidado dos recursos hídricos existentes no entorno da Comunidade.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Água mineral	Copo	600	0,65	390,00
Sacos de lixo	Pacote	50	3,50	175,00
Fita adesiva	Unid	6	4,75	28,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Faixas	Unid	4	35,00	140,00
Folders	Unid	1000	1,25	1.250,00
Lanche	Unid	100	2,50	250,00
Cartaz colorido	Unid	50	1,25	62,50
Pá	Unid	25	5,00	125,00
Ciscador	Unid	25	5,00	125,00
Bonés	Unid	50	5,50	275,00
Brindes	Unid	50	2,50	125,00
Total material de consumo (1)				<u>2.971,00</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	2	60,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>120,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.781,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>7.872,33</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.968,08</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				342,45
Despesas Financeiras (1%)				78,72
Imprevistos (3%)				236,17
COFINS (3%)				236,17
PIS/PASEP (0,65%)				51,17
ISS (5%)				393,62
Lucro (8%)				629,79
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>9.840,41</u>

05. Campanhas educativas sobre cuidados básicos com os animais domésticos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
---------------------	------	--------	-------------	-------------



Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Sacos de lixo	Pacote	5	3,50	17,50
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Faixas	Unid	4	35,00	140,00
Folders	Unid	1000	1,25	1.250,00
Total material de consumo (1)				<u>1.454,50</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.781,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>6.295,83</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.573,96</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				273,87
Despesas Financeiras (1%)				62,96
Imprevistos (3%)				188,87
COFINS (3%)				188,87
PIS/PASEP (0,65%)				40,92
ISS (5%)				314,79
Lucro (8%)				503,67
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>7.869,79</u>

06. Rodas de conversa sobre "Alcool, crack e outras drogas".

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cópia simples	Unid	400	0,12	48,00
Fita adesiva*	Unid	1	0,00	0,00
Caneta esferográfica*	Caixa	1	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				<u>85,50</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	16	1	110,68	1.770,88
Assistente Social IV	16	1	98,57	1.577,12



Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>3.944,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>4.089,83</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.022,46</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				177,91
Despesas Financeiras (1%)				40,90
Imprevistos (3%)				122,69
COFINS (3%)				122,69
PIS/PASEP (0,65%)				26,58
ISS (5%)				204,49
Lucro (8%)				327,19
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>5.112,29</u>

07. Ação de Imunização nas áreas de intervenção do projeto (Melhorias Habitacionais e Reassentamento).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	50	1,25	62,50
Panfleto informativo	Unid	1000	1,25	1.250,00
Luva	Caixa	2	15,00	30,00
Máscara	Caixa	2	8,00	16,00
Água mineral	Copo	200	0,65	130,00
Total material de consumo (1)				<u>1.488,50</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.781,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>6.329,83</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.582,46</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				275,35
Despesas Financeiras (1%)				63,30
Imprevistos (3%)				189,89
COFINS (3%)				189,89
PIS/PASEP (0,65%)				41,14
ISS (5%)				316,49
Lucro (8%)				506,39



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4) **7.912,29**

08. Palestras educativas abordando o tema Saúde Preventiva (Criança, Mulher, Homem e Idoso).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cópia simples	Unid	201	0,12	24,12
Sacos de lixo	Pacote	1	3,50	3,50
Total material de consumo (1)				125,12
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				60,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				3.107,33
Total (1 + 2 + 3)				3.292,45
Despesas Indiretas (4)				823,11
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				143,22
Despesas Financeiras (1%)				32,92
Imprevistos (3%)				98,77
COFINS (3%)				98,77
PIS/PASEP (0,65%)				21,40
ISS (5%)				164,62
Lucro (8%)				263,40
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				4.115,56

09. Campeonatos esportivos (surf, vôlei, futebol de areia, skate, etc) com vistas a promover um momento de lazer e valorização das práticas locais.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	50	1,25	62,50
Água mineral	Copo	550	0,65	357,50
Banner	Unid	7	30,00	210,00
Saco de lixo	Pct	8	2,64	21,12
Fita adesiva	Unid	6	4,75	28,50
Cópia simples	Unid	212	0,12	25,44
Pincel atômico	Unid	7	2,50	17,50
Barbante	Rolo	4	6,50	26,00
Troféus	Unid	20	35,00	700,00



Faixas	Unid	10	35,00	350,00
Crachá	Unid	200	2,50	500,00
Medalhas	Unid	150	3,50	525,00
Total material de consumo (1)				<u>2.823,56</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de tenda	Unid	10	80,00	800,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Unid	10	9,00	90,00
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>950,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	40	1	110,68	4.427,20
Assistente Social IV	40	1	98,57	3.942,80
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>8.966,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>12.739,89</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>3.184,97</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				554,19
Despesas Financeiras (1%)				127,40
Imprevistos (3%)				382,20
COFINS (3%)				382,20
PIS/PASEP (0,65%)				82,81
ISS (5%)				636,99
Lucro (8%)				1.019,19
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>15.924,86</u>

10. "Festival de Jovens Talentos", que proporcione momento de valorização das diversas manifestações Artísticas/Culturais presentes na comunidade, através da exposição e/ou apresentação dos projetos desenvolvidos por ONG's e associações comunitárias do bairro.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	29	1,25	36,25
Convite colorido	Unid	104	0,30	31,20
Cópia simples	Unid	501	0,12	60,12
Papel madeira	Unid	9	0,60	5,40
Lanche	Unid	200	2,50	500,00
Pincel atômico	Unid	6	2,50	15,00
Saco de lixo	Pct	5	2,64	13,20
Crachá	Unid	200	2,50	500,00
Brinde	Unid	50	15,00	750,00
Total material de consumo (1)				<u>1.911,17</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total



Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	40	1	110,68	4.427,20
Assistente Social IV	40	1	98,57	3.942,80
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>8.966,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>10.937,50</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.734,38</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				475,78
Despesas Financeiras (1%)				109,38
Imprevistos (3%)				328,13
COFINS (3%)				328,13
PIS/PASEP (0,65%)				71,09
ISS (5%)				546,88
Lucro (8%)				875,00
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>13.671,88</u>

11. Visita ao pontos históricos/ culturais da cidade: Teatro José de Alencar, Centro Cultural Dragão do Mar, Museu do Ceará, Mercado Central, dentre outros.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	50	0,30	15,00
Cartaz colorido	Unid	20	1,25	25,00
Cópia simples	Unid	100	0,12	12,00
Crachá	Unid	50	2,50	125,00
Lanche	Unid	60	2,50	150,00
Total material de consumo (1)				<u>327,00</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.781,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.168,33</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.292,08</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				224,82
Despesas Financeiras (1%)				51,68



Imprevistos (3%)				155,05
COFINS (3%)				155,05
PIS/PASEP (0,65%)				33,59
ISS (5%)				258,42
Lucro (8%)				413,47
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>6.460,41</u>

12. Seminários de apresentação, sensibilização quanto ao uso, manutenção e conservação dos principais equipamentos coletivos que serão implantados no projeto.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cartilha informativa	Unid	200	2,35	470,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Total material de consumo (1)				<u>512,25</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>180,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	24	1	110,68	2.656,32
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.618,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>6.310,58</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.577,65</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				274,51
Despesas Financeiras (1%)				63,11
Imprevistos (3%)				189,32
COFINS (3%)				189,32
PIS/PASEP (0,65%)				41,02
ISS (5%)				315,53
Lucro (8%)				504,85
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>7.888,23</u>

13. Oficinas educativas sobre Prevenção e Combate a Incêndios na Comunidade.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Aluguel de vídeo educativo	Unid	1	4,50	4,50
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00



Total material de consumo (1)				
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	24	1	110,68	2.656,32
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				
Total (1 + 2 + 3)				
Despesas Indiretas (4)				
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				257,71
Despesas Financeiras (1%)				59,24
Imprevistos (3%)				177,73
COFINS (3%)				177,73
PIS/PASEP (0,65%)				38,51
ISS (5%)				296,22
Lucro (8%)				473,95
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				

14. Encontros Intergeracionais promovendo o resgate/preservação da memória histórica da comunidade.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	100	0,30	30,00
Lanche	Unid	120	2,50	300,00
Cartaz colorido	Unid	20	1,25	25,00
Aluguel de vídeo educativo	Unid	1	4,50	4,50
Papel madeira	Unid	6	0,60	3,60
Saco de lixo	Pct	2	2,64	5,28
Pincel atômico*	Unid	6	0,00	0,00
Total material de consumo (1)				
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social IV	12	1	98,57	1.182,84
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				
Total (1 + 2)				
Despesas Indiretas (3)				



Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	151,19
Despesas Financeiras (1%)	34,76
Imprevistos (3%)	104,27
COFINS (3%)	104,27
PIS/PASEP (0,65%)	22,59
ISS (5%)	173,79
Lucro (8%)	278,06
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)	<u>4.344,64</u>

15. Visitas para tratar do Direito à Moradia com ações de apoio à Regularização Fundiária.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartilha informativa	Unid	1181	2,35	2.775,35
Total material de consumo (1)				<u>2.775,35</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>60,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	60	1	110,68	6.640,80
Assistente Social IV	60	1	98,57	5.914,20
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>13.151,33</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>15.986,68</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>3.996,67</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				695,42
Despesas Financeiras (1%)				159,87
Imprevistos (3%)				479,60
COFINS (3%)				479,60
PIS/PASEP (0,65%)				103,91
ISS (5%)				799,33
Lucro (8%)				1.278,93
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>19.983,35</u>

EIXO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (GTR)

01. Feiras locais com temáticas comemorativas (Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia do Idoso, Dia do Pescador e Dia da Pessoa com Deficiência).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	50	0,30	15,00



Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Banner	Unid	5	30,00	150,00
Saco de lixo	Pct	20	2,64	52,80
Fiita Gomada	Unid	6	4,75	28,50
Bandeirinhas	Pct	30	2,50	75,00
Brindes	Unid	30	25,00	750,00
Rosas (Dia das Mães)	Unid	100	6,00	600,00
Balas (Dia das Crianças)	Pct	50	5,50	275,00
Pincel atômico	Unid	4	2,50	10,00
Camisas	Unid	50	9,00	450,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00
Total material de consumo (1)				<u>2.450,80</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras	Unid	10	9,00	90,00
Aluguel de tenda	Unid	10	80,00	800,00
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>950,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	20	2	98,57	3.942,80
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>10.695,53</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>14.096,33</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>3.524,08</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				613,19
Despesas Financeiras (1%)				140,96
Imprevistos (3%)				422,89
COFINS (3%)				422,89
PIS/PASEP (0,65%)				91,63
ISS (5%)				704,82
Lucro (8%)				1.127,71
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>17.620,41</u>

02. Ação de Cidadania com prestação de serviços para a população da área.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Água mineral	Copo	750	0,65	487,50
Saco de lixo	Pct	10	2,64	26,40
Fita adesiva	Unid	6	4,75	28,50



Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Faixas	Unid	2	35,00	70,00
Lanche	Unid	56	2,50	140,00
Convite colorido	Unid	54	0,30	16,20
Cartaz colorido	Unid	50	1,25	62,50
Total material de consumo (1)				<u>856,10</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de tenda	Unid	4	80,00	320,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Unid	4	9,00	36,00
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>416,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	38	1	98,57	3.745,66
Assistente Social IV	30	1	98,57	2.957,10
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>7.299,09</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>8.571,19</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>2.142,80</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				372,85
Despesas Financeiras (1%)				85,71
Imprevistos (3%)				257,14
COFINS (3%)				257,14
PIS/PASEP (0,65%)				55,71
ISS (5%)				428,56
Lucro (8%)				685,70
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>10.713,99</u>

03. Oficinas de sensibilização e encaminhamento à rede formal de ensino (EJA, PROJOVEM, Ensino Regular).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	100	0,30	30,00
Cartaz colorido	Unid	20	1,25	25,00
Aluguel de vídeo educativo	Unid	1	4,50	4,50
Caneta esferográfica*	Caixa	2	0,00	0,00
Cartilha informativa	Unid	100	2,35	235,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Total material de consumo (1)				<u>299,25</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40



Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>4.539,13</u>
Total (1 + 2)				<u>4.838,38</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.209,60</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				210,47
Despesas Financeiras (1%)				48,38
Imprevistos (3%)				145,15
COFINS (3%)				145,15
PIS/PASEP (0,65%)				31,45
ISS (5%)				241,92
Lucro (8%)				387,07
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>6.047,98</u>

04. Cursos Profissionalizantes nas áreas de Higiene e Beleza.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Certificado	Unid	25	2,50	62,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Total material de consumo (1)				<u>203,95</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Mobilização com carro de som e gravação de CD (1 hora)	Unid	1	60,00	60,00
Empresa técnica especializada na área do curso	Turmas	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.060,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>10.591,64</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.647,91</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				460,74
Despesas Financeiras (1%)				105,92
Imprevistos (3%)				317,75
COFINS (3%)				317,75
PIS/PASEP (0,65%)				68,85



ISS (5%)				529,58
Lucro (8%)				847,33
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>13.239,55</u>

05. Capacitação sobre "Empreendedorismo Individual" com os comerciantes da área de intervenção.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópia simples	Unid	52	0,12	6,24
Crachá	Unid	25	2,50	62,50
Saco de lixo	Pct	1	2,64	2,64
Convite colorido	Unid	25	0,30	7,50
Certificado	Unid	25	2,50	62,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Total material de consumo (1)				<u>290,13</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Turmas	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Assistente Social IV	20	1	98,57	1.971,40
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>4.539,13</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>9.829,26</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.457,32</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				427,57
Despesas Financeiras (1%)				98,29
Imprevistos (3%)				294,88
COFINS (3%)				294,88
PIS/PASEP (0,65%)				63,89
ISS (5%)				491,46
Lucro (8%)				786,34
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>12.286,58</u>

06. Cursos profissionalizantes nas áreas de Infraestrutura, conservação e zeladoria.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75



Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Tesoura	Unid	1	0,85	0,85
Total material de consumo (1)				<u>130,35</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Turmas	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>10.458,04</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.614,51</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				454,92
Despesas Financeiras (1%)				104,58
Imprevistos (3%)				313,74
COFINS (3%)				313,74
PIS/PASEP (0,65%)				67,98
ISS (5%)				522,90
Lucro (8%)				836,64
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>13.072,55</u>

07. Cursos profissionalizantes nas áreas de Gastronomia e segurança alimentar .

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Pincel atômico	Unid	1	2,50	2,50
Total material de consumo (1)				<u>107,00</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Turmas	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68



Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2+ 3)				<u>10.434,69</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.608,67</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				453,91
Despesas Financeiras (1%)				104,35
Imprevistos (3%)				313,04
COFINS (3%)				313,04
PIS/PASEP (0,65%)				67,83
ISS (5%)				521,73
Lucro (8%)				834,78
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3+ 4)				<u>13.043,36</u>

08. Cursos na área de Turismo, hospitalidade e lazer.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Certificado	Unid	25	2,50	62,50
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Aluguel de vídeo educativo	Unid	1	4,50	4,50
Pincel atômico	Unid	1	2,50	2,50
Total material de consumo (1)				<u>218,25</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>5.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>10.545,94</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.636,49</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				458,75
Despesas Financeiras (1%)				105,46
Imprevistos (3%)				316,38
COFINS (3%)				316,38
PIS/PASEP (0,65%)				68,55
ISS (5%)				527,30



Lucro (8%)				843,68
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>13.182,43</u>

09. Curso de técnicas de conservação do pescado e mariscos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	25	2,50	62,50
Convite colorido	Unid	25	0,30	7,50
Cartaz colorido	Unid	25	1,25	31,25
Aluguel de vídeo educativo	Unid	4	4,50	18,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Tesoura	Unid	3	0,85	2,55
Bloco para anotações	Unid	25	1,80	45,00
Cartilha informativa	Unid	25	2,35	58,75
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Total material de consumo (1)				<u>255,30</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (2)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2)				<u>5.582,99</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.395,75</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				242,86
Despesas Financeiras (1%)				55,83
Imprevistos (3%)				167,49
COFINS (3%)				167,49
PIS/PASEP (0,65%)				36,29
ISS (5%)				279,15
Lucro (8%)				446,64
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>6.978,74</u>

10. Oficinas vivenciais sobre economia doméstica e orçamento familiar.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Convite colorido	Unid	25	0,30	7,50
Pincel atômico	Unid	1	2,50	2,50
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Total material de consumo (1)				<u>163,50</u>



Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.491,19</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.372,80</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				238,87
Despesas Financeiras (1%)				54,91
Imprevistos (3%)				164,74
COFINS (3%)				164,74
PIS/PASEP (0,65%)				35,69
ISS (5%)				274,56
Lucro (8%)				439,30
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>6.863,99</u>

11. Formação de grupos voltados para atividades físicas na orla, na nova praça do Projeto Aldeia da Praia, em parceria com o Corpo de Bombeiros.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Camisas	Unid	40	9,00	360,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópia Simples	Unid	55	0,35	19,25
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Total material de consumo (1)				<u>426,25</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				<u>5.327,69</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.753,94</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.438,49</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				250,30
Despesas Financeiras (1%)				57,54
Imprevistos (3%)				172,62
COFINS (3%)				172,62
PIS/PASEP (0,65%)				37,40
ISS (5%)				287,70
Lucro (8%)				460,32



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4) **7.192,43**

12. Cursos Profissionalizante voltado para capacitação na área da Construção Civil.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	30	2,50	75,00
Camisas	Unid	25	9,00	225,00
Cartaz colorido	Unid	9	1,25	11,25
Certificado	Unid	25	2,50	62,50
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Aluguel de vídeo educativo	Unid	1	4,50	4,50
Pincel atômico	Unid	1	2,50	2,50
Total material de consumo (1)				435,75
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				5.000,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	24	1	98,57	2.365,68
Assistente Social IV	24	1	98,57	2.365,68
Estagiários	—	4	60,74	242,96
Locação de veículo	—	1	353,37	353,37
Total recursos humanos (3)				5.327,69
Total (1 + 2 + 3)				10.763,44
Despesas Indiretas (4)				2.690,86
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				468,21
Despesas Financeiras (1%)				107,63
Imprevistos (3%)				322,90
COFINS (3%)				322,90
PIS/PASEP (0,65%)				69,96
ISS (5%)				538,17
Lucro (8%)				861,08
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				13.454,30